



MARCIA MARIA MELO QUINTSLR

**AGENDAS ESTATÍSTICAS OFICIAIS: POLÍTICA DE INFORMAÇÃO,
PODER E (IN) VISIBILIDADES**

**Dissertação de Mestrado
Abril de 2018**



INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IBICT
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO – ECO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – PPGCI

MARCIA MARIA MELO QUINTSLR

AGENDAS ESTATÍSTICAS OFICIAIS: POLÍTICA DE INFORMAÇÃO, PODER E
(IN) VISIBILIDADES

RIO DE JANEIRO
2018

MARCIA MARIA MELO QUINTSLR

**Agendas estatísticas oficiais:
política de informação, poder e (in) visibilidades**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Ciência da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria
Barcellos Malin

RIO DE JANEIRO
2018

CIP - Catalogação na Publicação

Q7a Quintslr, Marcia Maria Melo

Agendas estatísticas oficiais: política de informação, poder e (in) visibilidades / Marcia Maria Melo Quintslr. -- Rio de Janeiro, 2018. 201 f.

Orientadora: Ana Maria Barcellos Malin.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2018.

1. Ciência da Informação . 2. Estatísticas Oficiais. 3. Política de Informação. 4. Poder. I. Malin, Ana Maria Barcellos , orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

MARCIA MARIA MELO QUINTSLR

Agendas estatísticas oficiais: política de informação, poder e (in) visibilidades

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Ciência da Informação.

Aprovada em 25 de abril de 2018.

Profa. Dra. Ana Maria Barcellos Malin (Orientadora)

Profa. Dra. Maria Nélida González de Gómez

Prof. Dr. Nelson de Castro Senra

Prof. Dr. Marco André Feldman Schneider

Dedico

a Paulo, Ana e Enrique,

a colegas do IBGE de todos os tempos,

incansáveis na viabilização do retrato estatístico e geográfico do País, e

às pessoas que, no Brasil,

lutam no cotidiano

contra aviltantes preconceitos e iniquidades,

em direção à conquista

do pleno viver.

Agradecimentos

À parceria indispensável do meu amor, companheiro de vida, o que inclui o privilégio de contar com suas sábias e qualificadas observações.

À minha filha e ao meu filho, estímulos máximos e presenças imprescindíveis.

Às “manas de alma”, Giselle, Margarete e Letícia, pelos intensos momentos vividos que muito me iluminam e alegram.

Às minhas famílias: Melo, minhas origens e amor, Padilha, minhas meninas e meus presentes, e Quintslr, carinho e incentivo incondicionais.

À minha orientadora, Ana Malin, por sua generosidade no compartilhamento de seu conhecimento e de sua experiência. Grata, também, por sua preciosa dedicação em me conduzir para a construção de um trabalho claro e consistente.

Aos integrantes das bancas de qualificação e defesa, Maria Nélida González de Gómez, Nelson Senra e Marco Schneider, pelas valiosíssimas contribuições e críticas. É imensa a honra por ter contado com suas pacientes leituras e brilhantes participações no debate deste trabalho.

Aos professores Arthur Bezerra e Ricardo Pimenta, e à Sidnéia Cardoso, pela disponibilidade para assumirem as suplências na qualificação e defesa – puro luxo.

À equipe de professores do PPGCI/IBICT, obrigada, obrigada, obrigada! Quantas aulas e debates instigantes!

A Bianca, Fernanda, Michelle e Monique porque com essas queridas formamos as “Charlinhas do Leviatã”, espaço pleno em companheirismo e estudo, indispensável a esses dois anos de mestrado.

Aos colegas de curso, porque com eles reaprendi a ser estudante. E que aprendizado! Em especial, Carol, grata pelo convívio atencioso.

À direção do IBGE, especialmente, ao presidente da instituição, Roberto Olinto, e ao Cláudio Crespo, Diretor de Pesquisas, que me autorizaram a dedicação a este projeto.

Aos coordenadores Andrea Guimarães e Francisco Marta pelo apoio. À Priscilla Koeller, a quem agradeço o acolhimento, desde o primeiro momento, ao meu desejo de retorno à reflexão acadêmica.

Aos colegas Clician Oliveira, Frederico Barcellos e Paulo Gonzaga por suas observações competentes que me levaram a refletir e, certamente, aprimorar o trabalho realizado.

O significante “informação” vem do latim *informatio,-onis*, “ação de formar, plano”, daí o verbo *informare*, “dar forma, esboçar”. Desde suas origens, o significante denota um *processo* ou *movimento* de *dar forma* a algo ainda em *esboço* ou *em planejamento*. (DANTAS, 2012, p. 20)

QUINTSLR, Marcia Maria Melo. **Agendas estatísticas oficiais**: política de informação, poder e (in) visibilidades. 2018. 201 f. Dissertação de Mestrado (Ciência da Informação) – IBICT/UFRJ-ECO.

RESUMO

As agendas estatísticas oficiais determinam a programação de trabalho das agências produtoras e definem temas, grupos populacionais e territórios que se tornam (in) visíveis a partir das estatísticas. A visibilidade oferece empoderamento a diferentes atores e questões sociais. Para definir agendas, os gestores dos Sistemas Estatísticos Nacionais conciliam interesses variados de um conjunto heterogêneo de atores. A dinâmica de desenho dessas agendas no Brasil lida também com a defasagem temporal da legislação estatística e com a falta de registro sistematizado das mencionadas dinâmica e agendas. A pesquisa identificou variadas ações promovidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o delineamento dos rumos das estatísticas nacionais e extensa cobertura temática dos debates, ratificando a eficiência dessa dinâmica e respaldando o reconhecimento da excelência das estatísticas oficiais brasileiras. Por outro lado, apontou a necessidade de documentação do passo a passo para a definição das agendas e o imperativo requisito de diversificação de atores participantes, assegurando a representatividade de diferentes segmentos sociais. Adicionalmente, foi constatado que a gestão pública da informação no País carece de olhar estratégico totalizante em que a produção de estatísticas oficiais seja efetivamente contemplada.

Palavras-chave: Ciência da Informação. Estatísticas Oficiais. Política de Informação. Poder.

QUINTSLR, Marcia Maria Melo. **Agendas estatísticas oficiais**: política de informação, poder e (in) visibilidades. 2018. 201 f. Dissertação de Mestrado (Ciência da Informação) – IBICT/UFRJ-ECO.

ABSTRACT

The official statistical agendas determine the work program of the national statistical agencies and define themes, population groups and territories that become (in) visible from the statistics. Visibility provides empowerment to different actors and social issues. To define agendas, the managers of the National Statistical Systems reconcile varied interests of a heterogeneous set of actors. The dynamics of the design of these agendas in Brazil also deal with the temporal lag of statistical legislation and the lack of systematized registration of the dynamics and agendas. The research identified several actions promoted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics to delineate the directions of national statistics and extensive thematic coverage of the debates. Those actions ratify the efficiency of this dynamic and supporting the recognition of the excellence of official Brazilian statistics. On the other hand, the research pointed out the need for documentation of the step by step to define the agendas and the imperative requirement of diversification of participating actors for ensure the representability of different social segments. In addition, it was found that the public management of information in the country lacks a strategic all-encompassing view in which the production of official statistics would be effectively contemplated.

Keywords: Information Science. Official statistics. Information policy. Power.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Cenários fronteiriços e o SEN como um sistema finalizado aberto	48
Figura 2: Dinâmica de Construção das Agendas – componentes e conceitos associados ...	61
Figura 3: Fragmento do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, Brasil, 1974	88
Figura 4: Fragmento da Proposta de Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, sumário, Brasil, 1992	89
Figura 5: Fragmento da Proposta de Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, apresentação segundo área temática, Brasil, 1992	89
Figura 6: Atores e enfoques pesquisados	102
Figura 7: Cobertura temática e enfoques pesquisados	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Taxonomia de aplicações da informação, por Braman (2006)	28
Quadro 2: Síntese das descrições e aspectos selecionados dos critérios adotados, segundo as categorias de aplicação da informação, por Braman (2006)	28
Quadro 3: Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais - versão ratificada na 46 ^a Sessão da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas, 2013	55
Quadro 4: Instâncias e instrumentos para viabilizar articulações em favor do projeto Estatísticas Econômicas Integradas	57
Quadro 5: Categorias de Atores do entorno dos SEN, uma taxonomia para discussão	59
Quadro 6: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030, Organização das Nações Unidas	67
Quadro 7: Síntese do percurso da pesquisa: elementos das dinâmicas das agendas estatísticas, enfoques pesquisados e caracterização da pesquisa realizada, segundo período de referência, método de investigação e fontes consultadas	92
Quadro 8: Instâncias legal ou formalmente estabelecidas para a governança das estatísticas oficiais, objetivos, alcance e periodicidade de realização, Brasil, 2006-2016	95
Quadro 9: Tipos e descrições de interações, levantamento pelo IBGE, 2013	98
Quadro 10: Objetivos temáticos do projeto Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares e associação à Classificação de Informações Estatísticas, realizações dos fóruns desde 2006 a 2015	115
Quadro 11: Temas do domínio Estatísticas Sociais da CIE, bases de dados inventariadas no âmbito do Comitê de Estatísticas Sociais e instituições produtoras, Brasil, 2008-2015	117
Quadro 12: Temas do domínio Estatísticas Sociais da CIE, inserções nas bases de dados inventariadas pelo Comitê de Estatísticas Sociais e produtores, Brasil, 2008-2015	119
Quadro 13: Temas do domínio Estatísticas Econômicas e principais instituições produtoras de estatísticas nacionais, Banco Central, Brasil, 2018	120

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Interações exercidas pela área de pesquisa com atores diversos e interações com potencial para influenciar agendas, IBGE, 2013	99
Tabela 2: Atores, inclusive IBGE, e participações nas sessões dos Encontros Nacionais de Usuários e Produtores, 2006 e 2016	104
Tabela 3: Atores, exclusive IBGE, e participações nas sessões dos Encontros Nacionais de Usuários e Produtores, 2006 e 2016	105
Tabela 4: Atores mobilizados para participar das realizações do Fórum do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares, IBGE, desde 2006 até 2014	106
Tabela 5: Atores, interações com o IBGE e com a área de pesquisas do Instituto, levantamento pelo IBGE, 2013	107
Tabela 6: Domínios e temas da CIE e interações sobre eles, levantamento pelo IBGE, 2013	111
Tabela 7: Domínios da CIE e sessões sobre eles nos Encontros de Usuários e Produtores, 2006 e 2016	113
Tabela 8: Domínios e temas da CIE e sessões sobre eles nos Encontros de Usuários e Produtores, 2006 e 2016	113

LISTA DE SIGLAS

ALA	<i>American Library Association</i>
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados para controlar as admissões e demissões de empregados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho
CEA	Conferência de Estatísticas das Américas
CENU	Comissão de Estatísticas das Nações Unidas
CES	Comitê de Estatística Sociais
CI	Ciência da Informação
CIE	Classificação de Informações Estatísticas
CSA	<i>Classification of Statistical Activities</i>
CONCLA	Comissão Nacional de Classificações
DG	<i>Democratic Governance</i>
Eurostat	Gabinete de Estatística da União Europeia
FMI	Fundo Monetário Internacional
GFIP	Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social
IAOS	<i>International Association of Official Statistics</i>
IASI	<i>Interamerican Statistics Institute</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ISI	<i>International Statistical Institute</i>
OC	Organização do Conhecimento
OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONE	Órgão Nacional de Estatísticas
PARIS21	<i>Partnership in Statistics for Development in the 21st Century</i>
PGIEG	Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGCI	Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
PT	Partido dos Trabalhadores
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RFB	Secretaria da Receita Federal do Brasil

SEF	Secretaria de Educação Fundamental – Ministério da Educação
SEN	Sistema Estatístico Nacional
SOC	Sistema de Organização do Conhecimento
UN	<i>United Nations</i>
UNECE	<i>United Nations Economic Commission for Europe</i>

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 ESTATÍSTICAS OFICIAIS: INFORMAÇÃO E PODER	23
1.1 ESTATÍSTICAS NA SOCIEDADE E TEORIZAÇÃO SOBRE INFORMAÇÃO	24
1.2 NOTA HISTÓRICA E CARACTERIZAÇÃO	29
1.3 RELAÇÕES DE PODER E EMPODERAMENTO	34
1.3.1 Estatísticas no exercício de poder de Estado	35
1.3.2 Definição, gestão e monitoramento de políticas públicas	37
1.3.3 Estatísticas no exercício de cidadania	39
1.3.4 Geração de conhecimento sobre a sociedade	40
2 AGENDAS: POLÍTICA E (IN) VISIBILIDADES	43
2.1 SISTEMAS ESTATÍSTICOS E POLÍTICA DE INFORMAÇÃO	44
2.2 CONTÍNUO DIÁLOGO E DIREITO À INFORMAÇÃO	49
2.3 DA GOVERNANÇA ÀS (IN) VISIBILIDADES	56
3 CENÁRIOS GLOBAL E NACIONAL: INFLUENCIANDO AGENDAS	62
3.1 SOCIEDADE, INFORMAÇÃO E ESTATÍSTICAS OFICIAIS: CENA GLOBAL	63
3.2 CONTEXTO NACIONAL E ESTATÍSTICAS OFICIAIS DE 2006 A 2016	68
3.3 LEIS ESTATÍSTICAS NO BRASIL	74
3.4 INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA: SINERGIAS E CONTROVÉRSIAS	80
4 DA GOVERNANÇA ÀS (IN) VISIBILIDADES: BRASIL DE 2006 A 2016	87
4.1 PARA COMPREENDER A DINÂMICA DAS AGENDAS NO BRASIL	90
4.2 INSTÂNCIAS PARA A GOVERNANÇA	94
4.3 ATORES	101
4.4 COBERTURA TEMÁTICA E (IN) VISIBILIDADES	109
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
REFERÊNCIAS	134
ANEXOS	141
APÊNDICES	175

INTRODUÇÃO

No fazer das Ciências Sociais em que acredito, o observador e o objeto de estudo são integrados. Exerci, na maior parte do período estudado, 2006-2016, funções gerenciais no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em tais funções, a decisão sobre as demandas a atender ou, nos termos desta dissertação, sobre a agenda estatística a viabilizar, impôs o contínuo refinamento da percepção sobre as necessidades da sociedade. Foi exigida a interlocução com agentes sociais diversos, variadas organizações, inclusive outras produtoras de estatísticas oficiais no País. Interações com atores internacionais, sob a forma de avaliação, proposição e adoção de recomendações ou de intercâmbio técnico, também subsidiavam a mencionada decisão.

É papel central dos gestores dos Sistemas Estatísticos Nacionais (SEN) proporcionar elenco de estatísticas o mais completo possível, com abrangente cobertura de questões sociais, econômicas e ambientais, segundo recortes populacionais e territoriais de interesse da sociedade. Este exercício requer conciliar o atendimento às solicitações por estatísticas e dificuldades diversas, a exemplo de limitações metodológicas e de restrições de recursos humanos, materiais e financeiros. Levantar, negociar e administrar recursos são ações que também constituem a mencionada atividade nuclear dos responsáveis pelos Sistemas Estatísticos.

Tal conjunto de iniciativas cria condições para que as estatísticas ofertadas sejam legitimadas como fontes de desejadas visibilidades para atores representativos de diferentes setores da sociedade e para variadas questões sociais.

Busco agregar, à minha experiência profissional, um olhar fundamentado em marcos teóricos do âmbito da Ciência da Informação (CI) para o estudo da ação estratégica de definição de agendas estatísticas oficiais.

Os contextos global e nacional nos quais se insere a construção de agendas são analisados, bem como instâncias, atores e necessidades estatísticas, que influenciam e são influenciados pelas coberturas temática, espacial e populacional das agendas. O impacto social das invisibilidades decorrentes do não atendimento às demandas é também considerado.

Desde a Antiguidade, as estatísticas sobre a população e referentes a outros aspectos da gestão governamental foram utilizadas na administração de diversos modos de organização política. É destacada sua adoção como instrumento de governo por diferentes formas que caracterizam o Estado moderno e o contemporâneo.

A origem histórica das estatísticas oficiais está, portanto, em seu uso na administração do aparelho estatal, no monitoramento e controle da população, riqueza e território, tendo evoluído para a condução de ações que visavam ao benefício público. O impacto das estatísticas em sociedade transformou-se na mesma medida em que se alteraram os contextos políticos, culturais e sociais. Nos dias atuais, as aplicações estatísticas são marcadamente abrangentes.

Abarcam o exercício da cidadania, efetivado através de ações reivindicatórias e emancipatórias e, também, da avaliação de atos vinculados ao Estado ou aos governos respondentes momentâneos pela condução executiva do aparato estatal. As estatísticas oficiais servem ao desenho e ao monitoramento de políticas públicas. São utilizadas como parâmetros de apoio às decisões nos âmbitos público e privado. Possuem, portanto, potencial para limitar ou expandir o empoderamento de aspectos da vida em sociedade a partir das (in) visibilidades que lhes atribuem.

Em especial, em sociedades democráticas, a condição de autoconhecimento que as estatísticas lhes possibilitam é valorizada. Diferentes agentes sociais anseiam, também, por atuar sobre as estatísticas, definindo-as, propondo temas para investigação ou recortes para a análise dos resultados.

O presente projeto tem por objetivo o estudo da dinâmica de desenho das agendas estatísticas oficiais no Brasil desde 2006 até 2016. Tal dinâmica estabelece as estatísticas a serem viabilizadas pelas agências produtoras que integram o denominado Sistema Estatístico Nacional e, conseqüentemente, as coberturas temáticas, populacionais e espaciais das visibilidades proporcionadas pelas estatísticas.

As estatísticas oficiais resultam, predominantemente, de levantamentos censitários, pesquisas por amostragem e de registros administrativos¹. São apresentadas sob diversas formas concretas, a exemplo de publicações impressas ou digitais que contêm textos metodológicos e explicativos sobre os resultados, tabelas e gráficos. Disponibilizam-se digitalmente, também, bases de dados, aplicativos para apoio à sua exploração e metadados, que correspondem à documentação dos processos de obtenção das estatísticas, das bases de dados e de seu conteúdo.

Os portais na Internet das agências responsáveis por estatísticas oficiais propiciam acesso aos seus acervos e constituem a demonstração incontestável da extensão da presença

¹ No contexto denominado *data revolution*, que é abordado no capítulo 2, há iniciativas de produção de estatísticas a partir de fontes que se enquadram como *big data*. No Brasil, as estatísticas oficiais não se valem deste tipo de fonte no período estudado.

das estatísticas em sociedade. No Brasil, o portal do IBGE recebeu 71.437.903 de acessos no ano de 2016, sugerindo o alcance amplo dos usos das estatísticas oficiais. Os resultados também são disponibilizados em bibliotecas, mídias de massa e redes sociais. O expressivo volume de buscas realizadas e a significativa e diversificada disponibilidade estatística são, ao mesmo tempo, decorrências e promotores das múltiplas aplicações mencionadas anteriormente.

A constatação dos muitos usos das estatísticas torna desejável que as mensurações sejam exaustivas do ponto de vista da cobertura temática considerada relevante pela sociedade, alcançando, também, a exaustividade dos escopos populacional e territorial por representar. Essa tensão, entre a demanda por exaustividade e a necessária administração dos múltiplos interesses envolvidos, dos recursos e de outros fatores, torna atrativo que o estudo da definição das agendas seja conduzido sob a ótica da política de informação.

Utiliza-se propositalmente a denominação “agenda estatística” para evitar a expressão “plano estatístico”, empregada nos textos legais referentes às estatísticas brasileiras. Os planos, de acordo com a legislação, seriam atualizados segundo intervalos de cinco anos, a partir de resultado de Conferências Nacionais de Estatísticas, também estabelecidas em lei. O último plano constituído segundo este procedimento foi publicado em 1974. Após a publicação deste plano, as Conferências foram realizadas em 1989, 1996, 2006 e 2016.

Uma proposta de plano foi formalizada no portal do IBGE em 1992, como resultado de ampla discussão realizada a partir do evento de 1989. Posteriormente não ocorreram outras publicações.

De todo modo, as agendas (ou planos, conforme a legislação estatística) são efetivadas, isto é, as estatísticas seguem sendo produzidas, como resultado das relações contínuas dos gestores das estatísticas brasileiras com atores sociais de variados perfis.

A produção de estatísticas oficiais no País desfruta de reconhecimento positivo nacional e internacionalmente, o que pode ser um sinal de que os procedimentos sobre as agendas, construídos e acordados na prática, atendem ao volume e à diversidade que caracterizam as questões em sociedade. Também, pode ser indicativo de que possibilita adaptações suficientes do instrumento orientador da produção estatística, em ritmo adequado à mensuração dos fenômenos sociais tendo em vista intensivas e rápidas mutações.

A complexidade é presente na dinâmica de construção das agendas, que é alimentada por articulações contínuas com amplo espectro de atores que interagem com os Sistemas Estatísticos. É natural que existam desigualdades entre as capacidades desses atores para

influenciar as agendas, gerando desequilíbrios na manifestação das respectivas necessidades estatísticas, assim como em seu atendimento.

Cabe, portanto, buscar respostas às seguintes questões. Como se dá a dinâmica de construção das agendas? Propicia que as estatísticas oficiais nacionais reflitam as visibilidades demandadas? Fornece elementos suficientes para orientar a produção de estatísticas oficiais no País?

Assim, a compreensão da dinâmica de definição das agendas estatísticas no Brasil no período 2006-2016 é o objetivo geral da pesquisa aqui desenvolvida. A análise dos seguintes três elementos, que se relacionam com a mencionada dinâmica, constituem os objetivos específicos:

- Eventos e canais referidos à configuração das agendas estatísticas;
- Atores envolvidos na dinâmica de construção das agendas;
- Cobertura temática proposta ou debatida para compor as agendas.

A investigação, sob o enfoque da política informacional, exigiu aprofundar o entendimento sobre a noção de informação envolvida. O capítulo 1 é dedicado a apresentar acepções teóricas de informação, aspectos históricos e características específicas das estatísticas oficiais. Foi levada em conta a natureza das estatísticas oficiais, como instrumento de poder e promotora de mudanças em sociedade ou, no sentido mais original do termo informação, de “dar forma”.

Também, a taxonomia de aplicações das informações, construída por Sandra Braman (2006), no âmbito de extenso e profundo estudo sobre política de informação, é utilizada para estabelecer a conexão entre os usos das estatísticas e as concepções teóricas de informação. São apresentadas a descrição e a análise de utilizações principais das estatísticas oficiais. Encerra essa primeira parte do texto a seleção de características e de elementos teóricos que se mostraram adequados às estatísticas oficiais no contexto da dinâmica que constitui as agendas.

Os SEN e as abordagens teóricas atinentes à política de informação são incluídos no segundo capítulo. Dois recursos teóricos são utilizados para fundamentar a compreensão da atuação dos SEN na dinâmica das agendas - sistema finalizado aberto e regime de informação. Aspectos conceituais da política e ética informacional, com destaque para a noção de governança, são focalizados.

São observados, também, os componentes da dinâmica das agendas: instâncias de governança, atores e cobertura temática e (in) visibilidades. Os atores são analisados a partir das inserções na definição das agendas e segundo as duas construções teóricas adotadas para

estudar o SEN. No que diz respeito à cobertura temática e (in) visibilidades forjadas, recorre-se à Organização do Conhecimento, sob suas dimensões aplicada e sociopolítica.

O capítulo 3 tem por objetivo contextualizar a análise desenvolvida e identifica influências globais e nacionais sobre a definição das agendas. Sua primeira seção aborda o entorno dos Sistemas Estatísticos no que tange aos cenários globais informacional e das estatísticas oficiais.

O panorama nacional no período 2006-2016 é apresentado e inclui aspectos sociopolíticos e fatos relevantes sobre as estatísticas oficiais brasileiras. A legislação estatística vigente e sua defasagem temporal, bem como ações referidas às agendas, são observadas frente à gestão pública da informação no País.

O capítulo 4 apresenta a metodologia e os resultados da pesquisa realizada para a observação empírica da dinâmica de agendas no Brasil no período de 2006 a 2016. A metodologia é fundamentalmente baseada na análise de documentos, em que parte expressiva do material levantado e analisado referenciava o âmbito de atuação do IBGE. O escopo mais amplo do SEN brasileiro foi considerado quando possível. São descritos a metodologia adotada e o percurso metodológico aplicado. A apresentação de resultados foi organizada de acordo com os elementos constituintes da dinâmica de desenho das agendas: instrumentos e ações de governança; atores; cobertura temática das demandas e dos debates sobre as estatísticas e os registros de (in) visibilidades estabelecidas.

Foi contemplada, também, a análise quantitativa sobre variáveis observadas a partir da extensa exploração documental mencionada. Como foram comparadas fontes de dados de distintas naturezas e referidas a momentos diferentes dentro dos onze anos observados, foi adotada, para o estudo sobre cobertura temática e visibilidades, a Classificação de Informações Estatísticas (CIE), homologada pela Comissão Nacional de Classificações (CONCLA) em 2015. A observação comparativa dos atores exigiu a construção de taxonomia específica, tendo em vista que as categorizações alternativas pré-existentes estudadas não se adequavam aos objetivos da dissertação.

A pesquisa permitiu observar em que direção é possível atuar para a maximização do direito de diferentes atores sociais às estatísticas oficiais no País. Foi constatado que são requeridos avanços em sistematização da dinâmica de construção das agendas. Para alcançá-los, a viabilização de atos e instâncias para governança, com a inserção equilibrada de representações de diferentes setores da sociedade, é recomendada. O peso significativamente elevado da participação de atores da administração pública nos eventos pesquisados, frente à presença de outros setores da sociedade, ratifica a recomendação.

O aprimoramento e a criação de instrumentos tais como a documentação da própria dinâmica e o registro consolidado da agenda estatística em curso, isto é, das visibilidades, bem como das invisibilidades, foram identificados como necessários, com vistas a avançar em transparência e *accountability* da dinâmica de delineamento das agendas estatísticas oficiais no País.

A atualização da legislação estatística vigente é parte importante do aperfeiçoamento proposto pois, somada à sistematização da documentação das agendas, pode oferecer aporte para a própria delimitação institucional do Sistema Estatístico Nacional brasileiro. Uma nova versão do marco legal estatístico pode ganhar em consistência se, em sua construção, forem contemplados elementos para aproximá-la da concepção e prática mais recentes da gestão pública da informação no Brasil, assim como acercá-la das boas práticas nacionais e internacionais em estatísticas oficiais.

O capítulo final combina aspectos teóricos, de contextualização e empíricos, apresentando uma síntese dos achados da presente dissertação. São, complementarmente, sugeridas novas possibilidades de investigação a partir dos estudos aqui desenvolvidos.

Assim, o desejo maior é que esta reunião de saberes do campo das estatísticas oficiais e da CI, com o norte da política de informação, subsidie caminhos para aprimorar e aprofundar o atendimento no Brasil, através das estatísticas oficiais, ao direito humano à informação, tão caro nesses tempos de contra informação que se apresenta ampliada em diferentes espaços midiáticos.

1 ESTATÍSTICAS OFICIAIS: INFORMAÇÃO E PODER

A dinâmica de construção das agendas corresponde ao contínuo exercício, pelos gestores dos Sistemas Estatísticos, da conciliação entre recursos, diferentes demandas e interesses, por vezes conflitantes, de múltiplos atores sociais ao redor da escolha das estatísticas a produzir. De acordo com Schwartzman (1996a), controvérsias são inerentes à essa dinâmica.

Este aspecto, para além de justificar a fundamentação teórica sob a perspectiva da política de informação, torna atrativo considerá-la segundo abordagem que contemple a complexidade inerente à dinâmica observada, tomando em conta forças atuantes na mencionada conciliação e relações de poder envolvidas. É pertinente analisar, também, o impacto de ambientes institucionais, prerrogativas legais e de contextos sociopolítico nos quais a construção das agendas estatísticas oficiais está inserida.

O desenvolvimento teórico realizado por Braman (2006) no campo da política de informação foi adotado como orientação para o estudo da dinâmica das agendas. No entanto, a autora alerta que este não é um campo de fácil definição. O reconhecimento dessa dificuldade resultou em desenvolvimento de estratégia em que, no percurso de busca por compreender ou de construção relativos à política de informação, propõe considerar diferentes aspectos que, em seu conjunto, propiciam clareza ao quadro político de interesse, subsidiando a análise ou estabelecimento de política informacional.

A autora indica observar a historicidade e os contextos sociais, culturais, legais e institucionais. Para ela, importam, também, as disputas inerentes aos desafios do ato político focalizado e o ciclo informacional. Assim, a pesquisa sobre a dinâmica das agendas estatísticas oficiais é norteadada pela estratégia sugerida por Braman (2006).

Mais ainda, para lidar com determinada política informacional, recomenda, como pré-requisito, identificar a acepção de informação pertinente ao contexto sob observação. Pontua um caso particular que torna mais clara sua recomendação, registrando que a informação, ainda que acoplada a um mesmo meio físico, pode mobilizar prioridades e ações diferentes, a depender da contextualização e especificidades da política em foco.

Qualquer abordagem ao estudo da política de informação deve começar com a questão o que é informação. Não há uma resposta fácil [...] Os debates sobre o direito comercial internacional, por exemplo, são consistentemente marcados por diferenças entre aqueles que vêem fluxos de informações internacionais como filmes, programas de televisão e filmes como mercadorias e aqueles que vêem esses meios de comunicação como potentes forças culturais. (BRAMAN, 2006, p. 9, tradução livre)

Tal identificação, no que concerne às estatísticas oficiais na dinâmica das agendas, levou à exploração de marcos teóricos atinentes às estatísticas oficiais e de conceitos relativos à informação focalizados nos âmbitos da política de informação e da Ciência da Informação (CI). A observação de elementos históricos e de características inerentes às estatísticas oficiais também foi realizada. Os usos das informações estatísticas oficiais e suas vinculações com relações de poder e com empoderamento complementam o capítulo.

1.1 ESTATÍSTICAS NA SOCIEDADE E TEORIZAÇÃO SOBRE INFORMAÇÃO

O estudo da dinâmica das agendas implica observar as estatísticas oficiais sob uma perspectiva distinta daquela relacionada aos fundamentos teóricos e metodológicos da ciência estatística e da produção das estatísticas. Fundamentos os quais são contemplados pelo enfoque técnico-científico que, conforme Senra (2006), diz respeito à dimensão da performance interna às agências produtoras das estatísticas.

O mesmo autor estabelece um segundo enfoque que corresponde aos aspectos sociais e políticos inerentes às estatísticas, incluindo os relacionamentos com atores sociais que as demandam, subsidiam ou utilizam. Este é o olhar apropriado à dinâmica das agendas, sob o enfoque da política de informação.

Observe-se que a definição das agendas se constitui em etapa prévia ao ciclo estatístico, que pode ser resumido, segundo Senra (2006), em quatro etapas. A primeira delas é associada à concepção da investigação das estatísticas e, ao estabelecimento de conceitos e definições; a segunda, à obtenção dos registros individuais, que envolve o desenho do formulário ou questionário, a formação e preparação de equipes para a execução da captura de tais registros individuais e, após testes, a captura propriamente dita. À terceira etapa designa como a agregação dos registros individuais. A quarta etapa identifica como exploração e validação.

A combinação desse ciclo, similar ao identificado como fluxo informacional por Borko (1968) ao definir a Ciência da Informação, respalda a inclusão de uma quinta etapa que abarca a análise e o uso das estatísticas.

Esta quinta etapa, tanto quanto a dinâmica das agendas, possui forte caráter sociopolítico. Equivale às utilizações das estatísticas em que se concretizam as visibilidades desejadas, sendo, portanto, atreladas de forma intrínseca e tautológica ao desenho das agendas. Afinal, o interesse na visibilidade propiciada pelas estatísticas oficiais e seus usos é um elemento mobilizador das negociações em torno das necessidades estatísticas, as quais

se busca expressar nas agendas que, por sua vez, se constituem em prenúncio de visibilidade a ser propiciada por aplicações estatísticas de interesse.

Cunha (2014) e Giddens (2008), quando se atêm ao objetivo das estatísticas, as observam sob dois pontos de vista, identificados também com o enfoque sociopolítico: as estatísticas como construção pela sociedade e as estatísticas como constituintes da sociedade. Ao primeiro autor, esta abordagem induz, inclusive, ao questionamento da perspectiva puramente positivista sobre as estatísticas oficiais, uma vez que as define como representação da realidade dependente do contexto em que se inserem.

Na verdade, afigura-se-me que resulta claro que as Estatísticas Oficiais, contrariando a visão positivista dos dados estatísticos como simples imagem tendencialmente adequada de uma realidade socialmente desencarnada, podem ser lidas não só de uma forma crítica, mas também de uma forma sintomática, como que reflectindo o olhar que em determinado contexto socialmente definido a Sociedade tem sobre si própria. (CUNHA, 2014, p.1)

Giddens (2008), por seu turno, apontou forte aproximação entre as estatísticas públicas e as ciências sociais, destacando, por exemplo, o embasamento que as estatísticas propiciam às pesquisas dos cientistas sociais e do caráter, presente em ambas, de constituintes dos elementos e eventos sociais que são, ao mesmo tempo, seus objetos de investigação.

Agora pode muito bem ser aceito, considerando certas reservas sobre o modo de sua coleta, que as estatísticas oficiais são fontes inestimáveis de dados para a pesquisa social, mas elas não “correspondem” apenas a um dado universo de objetos e eventos sociais, elas são constituintes disso. (GIDDENS, 2008, p. 201)

No campo da CI, as acepções de informação ultrapassam a marca de uma centena, aspecto que Pinheiro (2002 e 2016) destaca como um alerta ao campo.

A informação de que trata a Ciência da Informação e o processo de comunicação em diferentes contextos flutuam numa escala tão vasta, que a área corre o risco de perder seus horizontes científicos, por mais que mutações e diferentes correntes de pensamento sejam naturais nas ciências. (PINHEIRO, 2016, apresentação em aula, disciplina Perspectivas em Ciência Informação, IBICT/UFRJ-PPGCI)

São aqui observadas acepções teóricas de informação que levam em conta os usos das informações e seus impactos e que retomam, portanto, o sentido originário do termo informação: “dar forma” (DANTAS, 2012; CAPURRO; HJØRLAND, 2003).

Foram consideradas três abordagens que possuem em comum o reconhecimento de que é inerente à informação a existência de um meio físico através do qual é transmitida ou revelada. Tomam em conta, também, contextos e a promoção de mudança (dar forma) do cenário em que a informação se insere, o que inclui o campo social.

Capurro e Hjørland (2003) destacam Buckland (1991) e sua proposição de quatro focos de análise: a informação como processo de informar e de geração de mudanças; informação como conhecimento acerca de fatos e eventos; informação como coisa, isto é, objetos, dados, documentos e; o processo informacional.

O esquema proposto por Buckland (1991) teve por objetivo organizar as múltiplas leituras do conceito de informação. O autor, ao desenvolver seu raciocínio a respeito dos suportes físicos da informação (como coisa), leva em conta as dimensões da interpretação e do contexto.

Ao foco analítico de Buckland (1991) referente à informação como coisa correspondem, nas estatísticas oficiais, as suas formas concretas, a exemplo de bases de dados em meio digital, documentos impressos e material on-line disponível para consulta ou utilização. No entanto, é a noção de informação como “processo de informar e de geração de mudanças” que, dentre as abordagens propostas pelo autor, é a mais conectada às estatísticas oficiais no contexto do delineamento das agendas e das visibilidades estatísticas demandadas.

Dantas (2015) destaca a definição de informação estabelecida por Vieira Pinto. Este último autor, ao mencionar a duplicidade de formas como a informação se apresenta, se aproxima dos enfoques técnico-científico e sociopolítico referenciados por Senra (2006) às estatísticas oficiais. “[...]. Por este motivo a informação apresenta-se sob o duplo aspecto de *aquisição de dados* objetivos e de *atividade de transformação* das estruturas materiais e sociais da realidade” (VIEIRA PINTO, 2008, p. 365, apud DANTAS, 2015, p. 497, grifos de DANTAS).

Em Wilden (2001) são examinadas as abordagens quantitativa e qualitativa para a informação. A primeira, baseada na teoria do sinal de Shannon e Weaver², leva em conta uma única forma, que se constitui, para o autor, na quantificação de informação que trafega num único canal de comunicação, que conecta um único emissor a um único receptor. Em sua abordagem qualitativa abarca diversos tipos de caracterização da informação (monetário, social, simbólico, entre outros) e simultaneamente se ocupa do valor associado ao seu uso (informação, para o que serve e quem dela usufrui).

No que concerne às estatísticas oficiais, sob o conceito qualitativo de Wilden (2001), são características inerentes, a metodologia de construção ou de cálculo e as formas físicas segundo as quais as estatísticas são disponibilizadas. O seu uso, traduzido por informação

² SHANNON, C.; WEAVER, W. A teoria matemática da comunicação, (1975 [1949]). Rio de Janeiro, RJ: Difel

“Para o quê? e Para quem?”, abarca a dimensão sociopolítica das estatísticas. As agendas, ao estabelecerem os programas estatísticos das agências produtoras e as (in) visibilidades, lidam com as respostas às duas perguntas.

As visões aqui apresentadas refletem, como importante e sempre presente, o elemento sintático da informação, que se observou no enfoque técnico-científico, trazido a partir de Senra (2006), na materialidade sempre existente, segundo Dantas (2012), nos dados objetivos lembrados por Vieira Pinto (2008) e nos diferentes atributos que caracterizam a informação de acordo com a proposição qualitativa de Wilden (2001).

O presente estudo sobre a dinâmica de desenho das agendas estatísticas considera que uma motivação para que um agente social participe na disputa por visibilidade nas estatísticas é a busca por ampliar sua capacidade de conhecer, avaliar e alterar elementos integrantes do contexto que vivencia. Este ponto de vista condiz com a dimensão da aplicação da informação que compõe a acepção qualitativa de Wilden (2001). Dialoga também com a “atividade de transformação” que integra o olhar proposto por Vieira Pinto (VIEIRA PINTO, 2008, apud DANTAS, 2016). Assim, essas duas visões teóricas são consistentes para atender ao enquadramento teórico das estatísticas oficiais no contexto de delineamento das agendas.

A conexão entre a dinâmica das agendas e o uso atribuído às estatísticas, anteriormente destacada, remete à reflexão de Braman (2006) sobre o conceito de informação e a multiplicidade de acepções existentes. A autora elaborou uma taxonomia das aplicações das informações que toma em conta os seguintes critérios: a complexidade da estrutura social em que a informação será usada; o escopo e a escala do processo social em questão ou do nível de análise de interesse; o poder e sua intensidade “associada à informação e sua criação, processamento, fluxo e uso” (BRAMAN, 2006, p. 11). O quadro 1 apresenta as categorias definidas.

Para a autora, a aplicação da informação como força constitutiva da sociedade está no topo da hierarquia que delineou. Essa categoria considera a abrangência completa do fenômeno e dos processos em que a informação é envolvida. A aplicação como força constitutiva da sociedade leva em conta, também, a estrutura social em diversos graus de articulação e complexidade, atribuindo à informação um forte poder de construção da realidade social e material.

Quadro 1: Taxonomia de aplicações da informação, por Braman (2006)

Categorias de Aplicação da informação
Recurso
Mercadoria
Percepção de padrão
Repositório de possibilidades
Agente
Força constitutiva da sociedade

Fonte: Braman (2006, p. 11).

O quadro 2 apresenta o resultado de síntese realizada das descrições e critérios aplicados na delimitação das categorias.

Quadro 2: Síntese das descrições e aspectos selecionados dos critérios adotados, segundo as categorias de aplicação da informação, por Braman (2006)

(continua)

Aplicação da informação	Síntese da descrição	Crítérios aplicados: aspectos selecionados
Recurso	A aplicação da informação é definida como recurso quando é tratada como algo que uma entidade – uma pessoa, uma organização ou uma comunidade – requer para realizar seu objetivo. O uso como recurso subsidia qualquer nível de tomada de decisão, produção ou processo burocrático.	Entre as categorias é a de mais fácil entendimento e requer apenas um sistema de entrada e saída (Braman menciona “bit as a bit as a bit”). Ênfase no uso da informação, no lugar da ênfase em seus impactos.
Mercadoria	Quando a informação se trata de algo que se vende ou se compra.	O escopo é mais amplo do que da informação como recurso porque incorpora intercâmbio, além do uso de informação. Também, a estrutura social é mais complexa porque envolve compradores, vendedores e corporações distribuidoras no mercado. No mínimo, o poder financeiro é envolvido.
Percepção de um padrão	Informações que expressam um padrão de comportamento, levando em conta contexto e estrutura. Este tipo de informação possui um passado e um futuro. Diz respeito à diferença que existe entre uma “pilha” de informações e informações organizadas.	Pressupõe estrutura social complexa, possui poder de significado ela mesma e possui poder de afetar espectros mais amplos do que as categorias anteriores. A autora destaca a utilização em pesquisas e estudos acadêmicos e considera de difícil operacionalização seu uso em políticas públicas.

Quadro 2: Síntese das descrições e aspectos selecionados dos critérios adotados, segundo as categorias de aplicação da informação, por Braman (2006)

(final)

Aplicação da informação	Síntese da descrição	CrITÉrios aplicados: aspectos selecionados
Agente	Informação que age por ela mesma. É o caso dos termostatos que a partir de determinada temperatura troca o modo de geração de calor de um dado ambiente.	Encerra um poder próprio que pode se aplicar através de estrutura social dita complexa.
Repositório de possibilidades	Refere-se às estatísticas às quais se associam probabilidades e margens de erro.	Aplicam-se através dos processos sociais e a todos os níveis da estrutura social.
Força constitutiva da sociedade	Informação que dá forma ou altera forma das estruturas sociais.	Trata-se da complexidade máxima de articulações e de estrutura. Para a autora este tipo de aplicação está no início e no final de ações de política de informação.

Fonte: Elaboração própria.

O desenho das agendas estatísticas possui identificação, ao envolver diferentes atores sociais e diferentes interesses, com a complexidade de articulações e estrutura associadas, no quadro 2, aos critérios que definem a categoria de aplicação das informações como força constitutiva da sociedade. A informação assim utilizada, por sua vez, se aproxima do sentido originário de informação, “dar forma” (DANTAS, 2012; CAPURRO; HJØRLAND, 2003), assim como é compatível com a dimensão semântica, contemplada em Vieira Pinto (2008) e no enfoque qualitativo de Wilden (2011).

1.2 NOTA HISTÓRICA E CARACTERIZAÇÃO

Para Braman (2006, p. 41), o olhar histórico sobre as políticas de informação dá suporte à adoção ou à compreensão de tais políticas na atualidade, além de revelar elementos que perduraram até a época presente. Destaca a importância da política de informação para o exercício do poder a partir do surgimento do Estado-nação no século XV e que “suas formas se tornam cada vez mais articuladas ao longo do tempo”.

E no que tange às estatísticas oficiais? De qual momento longínquo se tem notícia delas e de sua utilidade? Senra (2006) faz menção aos recenseamentos referidos na bíblia sagrada que teriam ocorrido em tempos antigos, ditos “imemoráveis” pelo autor.

O percurso trilhado, até que as estatísticas oficiais alcançassem a condição dos dias atuais em que atendem a múltiplas aplicações e a diferentes públicos, abarcou cenários em que preponderavam o interesse do Estado. Eram privilegiadas ações voltadas ao controle de recursos financeiros e humanos, ao poder disciplinar ou à administração de situações bem delimitadas, referentes à população ou ao território.

Giddens (2008) destaca a presença das estatísticas em diferentes formas de Estado. Menciona o sentido essencial da expressão “sociedades de informação”, presente desde o início da modernidade. Quaisquer que fossem os Estados, para assegurar poder, viabilizavam “a reunião regularizada, o armazenamento e o controle da informação voltados para fins administrativos” (GIDDENS, 2008, p. 199).

Aponta a sistematização da coleta das estatísticas oficiais na passagem do absolutismo ao Estado-nação, associando-a à autoregulação: “O poder administrativo gerado pelo Estado-nação não poderia existir sem a base de informação que são os meios de autoregulação reflexiva” (GIDDENS, 2008, p. 201).

Assinala finanças e população como temas estatísticos típicos de assuntos internos de Estado e de controle na vigência do absolutismo. Acrescenta que, a partir da segunda metade do século XVIII se ampliaram as mensurações para outras dimensões da vida em sociedade, tais como moradia, etnia, trabalho.

[...] pela primeira vez, são detalhadas, sistemáticas e quase completas. Elas incluem a coleta centralizada de materiais registrando nascimentos, casamentos e mortes, estatísticas relativas a residência, origem étnica e ocupação; e o que veio a ser chamado de “estatística moral” por Quêtelet e outros, relativos a suicídios, delinquência, divórcio, e assim por diante (GIDDENS, 2008, p. 201).

Foucault (2014, p. 408), por sua vez, pontuou que, desde o final do século XVI, governar esteve atrelado à máquina administrativa, sendo que, a partir do século XVII, ganharam mais força as estatísticas as quais designou como “conhecimento do Estado em seus elementos, dimensões e aspectos determinantes de sua força”.

Ressalta nessa evolução a noção de “governo das coisas” em contraposição ao exclusivo olhar sobre o território, que se constituía no fundamento do principado e da soberania (Idade Média). Tratava-se da “relação dos homens com diferentes coisas” tais como “riquezas, recursos, meios de subsistência, inclusive o território e seus limites, clima, seca, fertilidade” (FOUCAULT, 2014, p. 415).

O essencial para o ato de governar era, portanto, esse conjunto de coisas e os homens. Interpretava que governar era governar as coisas com sabedoria, para definir táticas e objetivos, e com diligência, duas qualidades ditas desejáveis no governante. Tal movimento

se associava ao deslocamento das questões econômicas, antes familiares, em direção à sua associação com as questões da população.

A estatística que, até então, era conhecimento que atendia às instâncias administrativas, dimensionando aparatos estatais e enumerando população de interesse passou a constituir para o filósofo o “principal fator técnico, ou um dos principais, do desbloqueio do desenvolvimento da arte de governar” (FOUCAULT, 2014, p. 424).

Tais reflexões foucaultianas estão inseridas no contexto em que ocorre a governamentalização, em substituição ao Estado administrativo, processo que não prescinde do desenvolvimento de aparelhos e saberes, com essa nova forma de governo sobrepondo-se aos poderes de soberania e da disciplina, uma vez que não deixam de existir. O autor afirma que desde o século XVIII, vivemos na era da governamentalidade (FOUCAULT, 2014).

Senra (2006) elaborou síntese histórica dos usos das estatísticas em diversos modelos de Estado ou formas observadas de organização política. Identificou que a demanda e a oferta das estatísticas se estabelecem como decorrência das formas de governar.

A caracterização das estatísticas oficiais, que se apresenta em continuação, impõe o enfrentamento da complexidade que lhes é intrínseca.

Senra (2014) destaca a necessidade das informações para a administração estatal como o contexto que dá significado inicial e nome às estatísticas oficiais.

Os Estados sempre quiseram números. Por natural similitude foram chamados de *estatísticas*, ou seja, números de interesse dos Estados. Já ao tempo dos processos técnico-administrativos, e mais ainda ao tempo dos processos técnico-científicos, valendo-se dos avanços das ciências, o fazer desses números foi chamado de *Estatística*, ou seja, a Ciência do Estado (SENRA, 2014, p. 1).

Avança, referindo-se aos profissionais atuantes com a Ciência do Estado. “Quem atuava neste fazer não escapou dessa similitude, e foi chamado de *estatístico*. Em suma: *Estado*, *estatísticas*, *Estatística*, *estatísticos* foram palavras associadas que emergiram naturalmente. Todas traziam o prefixo *estat*” (SENRA, 2014, p. 1).

Cumprir observar que são diversos os termos utilizados para designar as estatísticas oficiais por diferentes autores em diferentes épocas. São frequentemente adotadas as denominações: “Estatísticas”, “Estatísticas Públicas”, “Estatísticas Públicas Oficiais” e “Estatísticas Oficiais”.

A escolha é por adotar, neste texto, esta última denominação, que encontra respaldo em documentos ou atos relevantes de instituições que constituem, internacionalmente, importantes referenciais para o campo na atualidade, tais como a Comissão de Estatísticas

das Nações Unidas (CENU)³, o *International Statistical Institute* (ISI)⁴ e seu braço para as estatísticas oficiais, a *International Association of Official Statistics* (IAOS)⁵.

Schwartzman (1996a e 1996b) destaca o caráter das estatísticas oficiais de atendimento a múltiplas aplicações e a interesses diversificados de ampla clientela. Portanto, a gestão das estatísticas oficiais implica a construção contínua de relacionamentos com atores sociais diversos, em que se expressam, segundo Seltzer (1994) e Schwartzman (1996a), controvérsias que permeiam as diferentes etapas do ciclo de produção das estatísticas. Estão presentes, também, na definição das agendas, identificada por Schwartzman (1996b) como um lugar de permanente negociação, frente ao dinamismo das questões sociais a mensurar.

Schwartzman (1996a) aponta também a natureza governamental dos produtores de informações estatísticas oficiais, que se constituem, simultaneamente, em centros de pesquisa, ciosos de padrões científicos e tecnológicos, e em instituições públicas submetidas a valores do serviço público.

Senra (2006) destaca o papel do Estado na produção das estatísticas oficiais e a exigida alocação de recursos. Pontua, também, a requerida independência técnica das agências produtoras em relação ao mesmo Estado para fazerem valer os padrões científicos pertinentes às estatísticas.

[...] deverá dispor de muitos recursos, sem que isso lhe dê o direito de intervir nos resultados; os resultados serão feitos sob o amparo das ciências, livremente. Se fosse tentado a intervir nos resultados, numa ou noutra ocasião, desmoralizaria as estatísticas em todos os tempos; felizmente, mais e mais, isso é percebido e assimilado [...] (SENRA, 2006, p. 205).

Uma tensão sobre as estatísticas oficiais decorre de flutuações na confiança em entes públicos (principalmente, governantes ou integrantes da classe política) que acabam por atingir a reputação das organizações produtoras de informações estatísticas oficiais e a confiança nos resultados publicados. Colocam sob questão, inclusive, os tópicos priorizados nas agendas estatísticas para serem mensurados.

Fellegi (2004) mostrou-se atento à prevenção de danos potenciais sobre a confiança nas estatísticas, alertando que a necessária proximidade com os governos, com vistas ao

³ OFFICIAL Statistics. In: UNITED NATION STATISICAL DIVISION – UNSC, 2017. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/default.htm>>. Acesso em: 20jan. 2017.

⁴ OFFICIAL Statistics. In: INTERNATIONAL STATISTICAL INSTITUTE – ISI, 2017. Disponível em: <<https://www.isi-web.org/>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

⁵ OFFICIAL Statistics. In: INTERNACIONAL ASSOCIATION FOR OFFICIAL STATISTICS - IAOS, 2017. Disponível em: <<http://www.iaos-isi.org/>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

levantamento de suas necessidades por estatísticas e a negociação para a alocação de recursos, deve ocorrer mediante cautelosa distância e com transparência.

Mas não há nenhuma contradição aqui: é preciso estar perto dos governos - no sentido de "ser conectado" para entender suas necessidades estatísticas. Isso não precisa (de fato não deve) significar qualquer compromisso que invalide a condição de independência no que diz respeito a controle sobre a metodologia, conteúdo do questionário, disseminação e análise de resultados. (FELLEGI, 2004, p. 143, tradução livre)

A legitimidade das agências estatísticas, para Schwartzman (1996a), é ratificada por padrões técnicos de excelência e valores éticos que lhes são exigidos. Senra (2006) trata esse valor da legitimidade sob perspectiva distinta. Focaliza, no processo decisório sobre o atendimento às demandas dos diferentes atores sociais, o balanceamento entre duas qualidades institucionais – a credibilidade e a legitimidade, que define como “faces indissociáveis da integridade” das instituições responsáveis pelas estatísticas.

Como seja, isso põe as instituições estatísticas pública e oficial diante de um grande dilema: de um lado, deixar-se envolver pelas demandas flutuantes, o que pode ameaçar sua credibilidade; de outro lado, voltar-lhes as costas, pura e simplesmente, o que pode ameaçar sua legitimidade. Ora, **credibilidade e legitimidade** não são indissociáveis, ao contrário, são as duas faces da integridade das instituições estatísticas, aquela sendo sua dimensão interna, técnica e científica, e esta sua dimensão externa, social e política. (SENRA, 2006, p. 134, grifos do autor)

Assim, em que pese o conceito de credibilidade de Senra se aproxime da acepção de legitimidade proposto por Schwartzman, importa destacar o somatório das qualidades expressas por ambos, como características esperadas e desejáveis das estatísticas oficiais. Tais características, se presentes, ampliam a autoridade dos gestores dos SEN na administração das controvérsias presentes no entorno dos Sistemas Estatísticos.

Adicionalmente, essas mesmas qualidades potencializam a capacidade dos gestores como promotores da sinergia requerida na consecução de diferentes etapas do ciclo estatístico. A obtenção do apoio de empresas ou de pessoas físicas no fornecimento dos respectivos dados para a produção das estatísticas é um exemplo.

A própria definição de agendas, em que predominam negociação e tomada de decisão, é beneficiária de relacionamento que seja marcado, para além das inerentes controvérsias, também por sinergia de propósitos entre os diferentes atores sociais envolvidos com os Sistemas Estatísticos.

Destaque-se a dimensão internacional do debate e da configuração de recomendações sobre as estatísticas oficiais, como uma outra perspectiva de almejada sinergia, neste caso, direcionada a assegurar padrões científicos e valores éticos às estatísticas oficiais.

O relato, por Penneck (2014), então presidente da IAOS, do painel de abertura da

reunião de 2013 da associação propicia entender a natureza das questões que mobilizam a comunidade estatística internacional.

Na mencionada reunião, foram discutidos a possibilidade de ampliar eficiência da relação produção e custos, a oferta de suporte técnico a países menos desenvolvidos, a pertinência de coleta de novos dados frente ao aproveitamento de dados existentes, o impacto das políticas de dados abertos sobre a produção das estatísticas oficiais, entre outros tópicos indicados na transcrição seguinte.

Os tópicos de discussão, escolhidos pelos membros da IAOS, em parte através do seu site, foram: 1. Como as agências estatísticas nacionais podem contribuir para reduzir seus custos? 2. Como os escritórios de estatística mais desenvolvidos podem aprimorar o apoio àqueles que estão menos desenvolvidos? 3. Quando os recursos são escassos, devemos nos concentrar na coleta de dados e permitir que outros façam a análise? 4. Dados abertos. É uma ameaça ou uma oportunidade? Como as agências estatísticas devem responder? 5. Quais os limites das estatísticas oficiais? 6. Como devemos responder àqueles que gostariam de medir algo que na verdade não é mensurável (por exemplo, a medida estatística da economia não observada)? 7. Como desenhamos uma fronteira entre pesquisas e estatísticas ou previsão? 8. O censo de população tem futuro? 9. Como a comunidade estatística oficial pode apoiar melhor os seus membros que têm problemas para assegurar a integridade estatística junto a seus governos? (PENNECK, 2014, p. 3, tradução livre)

Nesse debate internacional foram tratados tópicos relacionados às estatísticas oficiais relativos às suas dimensões técnico-científica (que predomina no item 5, por exemplo), assim como à sociopolítica (item 9, entre outros).

1.3 RELAÇÕES DE PODER E EMPODERAMENTO

Considerando as múltiplas aplicações das estatísticas oficiais, Feleggi (1996) reforça os atributos das estatísticas oficiais, tais como a relevância, a qualidade de serem abrangentes, a precisão e a independência técnica. Coloca-os como condicionantes para o atendimento adequado às diversificadas demandas. Incluía a manutenção de um público informado e o planejamento privado, como usos das estatísticas para além do campo estatal.

[...] para fornecer informações estatísticas relevantes, abrangentes, precisas e objetivas (não influenciadas politicamente). Os fins ... são múltiplos, ... o acompanhamento da evolução das condições econômicas e sociais do país, o planejamento e a avaliação de programas e investimentos governamentais e privados, debates políticos e a criação e manutenção de um público informado. (FELLEGI, 1996, p. 165)

A análise que segue torna mais clara a afirmação do autor sobre as propriedades e atributos que são inerentes às diferentes utilizações das estatísticas. Também, observam-se as relações de poder implicadas e o empoderamento de questões ou grupos sociais investigados.

1.3.1 Estatísticas no exercício de poder de Estado

Para conceituar Estado opta-se pelo recurso da dicotomia proposto por Bobbio (1985) entre Estado e sociedade civil. O autor defende a utilidade das dicotomias nos casos em que a caracterização e profundidade de ambas as noções são mutuamente influenciáveis, o que se aplica ao par mencionado. Convém destacar, no entanto, que a revisão elaborada por Bobbio sobre o tema é extensa e abrange diversas interpretações teóricas.

Sob a égide da dicotomia, para Bobbio, a sociedade civil compreende o conjunto das relações sociais não reguladas pelo Estado que, por sua vez, pode ser entendido, simplificada, “como o conjunto de aparatos que, numa organização social, exerce o poder coativo” (BOBBIO, 1985, p. 33). Esta leitura restritiva de Estado sustenta a abordagem dicotômica, também, pela associação da sociedade civil à garantia dos direitos ditos naturais e, portanto, fora da esfera de atuação do Estado.

O mesmo Bobbio (1985), em relação aos espaços sociais ocupados pelas duas instâncias, se afasta da perspectiva dual, destacando as condições de separação, de contiguidade e de distinção entre Estado e Sociedade Civil, porém, na presença de interdependência.

[...] os conceitos de “sociedade civil” e “Estado” são distintos, mas interdependentes, implicando, em atuarem como dois momentos necessários, separados, mas contíguos, distintos, mas interdependentes, do sistema social em sua complexidade e sua articulação interna. (BOBBIO, 1985, p. 52)

As acepções de Bourdieu (2008) e de Gramsci, segundo Bobbio (1985), sobre a relação Estado e sociedade civil ao privilegiarem, respectivamente, a força simbólica do Estado, influenciando comportamentos e opiniões, e a luta de classes, em que o Estado atua como reprodutor de valores e escolhas das classes dominantes, também reforçam o caráter de busca por compreensividade, mencionado por Felleggi, das questões sociais, recortes populacionais ou recortes territoriais nas agendas estatísticas que, idealmente, deveria ser contemplado.

As estatísticas oficiais são intrínsecas ao exercício do poder de Estado, assumindo distintas formas. Para Foucault (2008 e 2014), a instrumentalização de tática de governo que leva em conta a população, seu controle e a observação e atuação sobre suas condições de vida. Para Giddens (2008), fator reflexivo para a organização administrativa do Estado e controle da população. Tais significações persistem na aplicação das estatísticas pelo Estado nos dias atuais.

Braman (2006) destaca nas estatísticas oficiais o seu papel constitutivo das nacionalidades a partir, por exemplo, do estabelecimento do perfil de sua etnicidade, obtido, segundo a autora, a partir de artefatos estatísticos expressos em categorizações construídas para a representação de diferentes grupos étnicos. Menciona a história dos censos como ilustrativa disso. Este é um campo em que se percebe as estatísticas configurando a sociedade e como instrumento constituinte do próprio Estado-nação. Por outro lado, se a produção de tais configurações não for exaustiva, parte da formação étnica nacional pode ficar na invisibilidade, deixando, portanto, de ser considerada em vários aspectos da vida em sociedade.

Bourdieu (2008), por sua vez, destaca as estatísticas oficiais e outros elementos informacionais utilizados pelo Estado para o exercício da força simbólica. Tal força corresponde à atribuição pelo Estado, a elementos resultantes de construções culturais, a percepção de que são naturais. Através dessa dimensão do poder estatal, a naturalização de construções sociais torna-se tão arraigada à sociedade que os próprios governados resistem aos necessários questionamentos ou atualizações dos mencionados elementos. Entende como espaços e instrumentos de reprodução simbólica, a codificação (jurídica, linguística, métrica), a unificação de registros, as formas de comunicação, as estruturas orçamentárias, as burocracias e as classificações entre outros itens.

Assim, para Bourdieu,

Tudo remete à concentração de um capital simbólico de autoridade reconhecida que, ignorado por todas as teorias sobre a gênese do Estado, surge como a condição ou, pelo menos, como o acompanhamento de todas as outras formas de concentração, se elas têm uma certa permanência. O capital simbólico é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social) percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor. (BOURDIEU, 2008, p. 107)

As ações de nomeação e de produção de atestados e declarações, para Bourdieu (2008, p. 113), se inserem num capital simbólico acumulado em “toda a rede de relações de reconhecimento, constitutivas do universo burocrático”. Ao declarar a existência social de um ser, coisa ou pessoa, o Estado exerce um poder quase divino que é corroborado, inclusive, por determinadas lutas sociais (mulheres e homossexuais) que reivindicam, do mesmo Estado, visibilidade e reconhecimento.

É ilustrativo o debate em curso no grupo de especialistas sobre classificações estatísticas da Divisão de Estatísticas das Nações Unidas em que Canadá, Austrália e Nova Zelândia propõem a criação de uma terceira categoria para indicar sexo, tendo em vista

empreenderem políticas sobre diferentes identidades de gênero⁶. Foram apontadas dificuldades operacionais e a necessidade de avançar com a discussão do tema. Afinal, uma construção desse tipo rompe com uma das naturalizações mais consolidadas nas sociedades – a concepção binária de sexo. O importante é observar o nascimento de uma demanda por visibilidade que coloca em xeque o enquadramento binário das pessoas.

Bourdieu (2008) identifica no conceito de família, adotado pela agência estatística oficial francesa, a naturalização de uma construção social e sua consequente força simbólica, bem como destaca essa força nas classificações estatísticas.

Em todos os usos de conceitos classificatórios, como o de família, fazemos ao mesmo tempo uma descrição e uma prescrição que não aparece como tal porque é (quase) universalmente aceita, e admitida como dada: admitimos tacitamente que a realidade à qual atribuímos o nome família, e que colocamos na categoria de *famílias de verdade*, é uma família *real* (BOURDIEU, 2008, p. 127).

Assim, constata o potencial das informações estatísticas oficiais e das classificações e conceitos que lhes são atinentes para reificar, no sentido de Luckács (SCHNEIDER; BEZERRA, 2017), construções socioculturais, pautando, muitas vezes, a formação da opinião pública pois, não é fácil apreender que refletem o contexto, tempo e espaço em que surgem, assim como os próprios objetivos de tais construções.

1.3.2 Definição, gestão e monitoramento de políticas públicas

No que tange às políticas públicas sobre diferentes domínios da vida em sociedade, as estatísticas oficiais subsidiam a proposição, desenho, execução, monitoramento e avaliação de tais políticas. A proposição e avaliação das políticas públicas envolvem tanto agentes estatais, quanto não-estatais. As frentes de desenho, execução e monitoramento impõem condução por agentes estatais, ainda que apoiados por outros segmentos da sociedade.

Na seção anterior, foi visto que Foucault (2014) e Giddens (2008) pontuaram temas para a mensuração estatística que o próprio Estado apontava, com a finalidade da gestão administrativa. O filósofo francês apontou aplicação mais abrangente no contexto do que denominou governo das coisas. Foucault (2008) atrelou a noção de utilidade pública e sua associação com as estatísticas, ao campo do controle e pacificação da população.

⁶ NAÇÕES UNIDAS, Final Report, **Meeting of the Expert Group on International Statistical Classifications**, New York, 2017. Disponível em <https://unstats.un.org/unsd/class/intercop/expertgroup/2017/AC340-4.PDF>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

Além da quantidade de pessoas, Foucault (2008) cita como objetos de preocupação e intervenção da polícia (que define como ações de política pública com vistas ao controle, pacificação e alocação da população em atividades produtivas), a observação das necessidades da vida, a saúde e a ocupação. “De maneira geral, no fundo, o que a polícia vai ter de regular e que vai constituir seu objeto fundamental são todas as formas, digamos, de coexistência dos homens” (FOUCAULT, 2008, p. 437). Também a designa, segundo significado que passa a vigorar a partir do século XVII.

A partir do século XVII, vai-se começar a chamar de "polícia" o conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo, ao mesmo tempo, a boa ordem desse Estado. Em outras palavras, a polícia vai ser o cálculo e a técnica que possibilitarão estabelecer, uma relação móvel, mas apesar de tudo estável e controlável, entre a ordem interna do Estado e o crescimento de suas forças. (FOUCAULT, 2008, p. 421)

Assim, em Foucault (2008) é identificado que, no uso das estatísticas no que define como polícia, o interesse no fortalecimento do Estado, o controle e a promoção de benefícios à população caminham juntos.

A aplicação das estatísticas em políticas públicas que interessa a atores estatais e não-estatais, além de cumprir com os objetivos dos governos na condução do aparato do Estado, implica em efeitos sobre a sociedade como um todo. Sob o ponto de vista de atores externos ao Estado, o anseio por visibilidade nas agendas estatísticas, em muitas situações, é motivado por reivindicação, assim como por proposição ou questionamento da inexistência, de políticas públicas. A expectativa dos atores sociais demandantes das estatísticas é de que tais políticas contemplem questões, recortes populacionais e territoriais de seu interesse.

Jannuzzi (2016), por sua vez, identifica a aplicação das estatísticas oficiais na avaliação e monitoramento de programas sociais, que toma como desdobramentos de políticas públicas. Registra o seguinte conceito de política pública, dentre os diferentes que reconhece existentes. Observe-se que, nessa apresentação do conceito, os exemplos destacados apontam o tipo de empoderamento ofertados pelas políticas citadas.

[...] conjunto de decisões tomadas pelas instituições de Estado em busca da solução de um problema ou da promoção de um objetivo comum desejado pela sociedade. Políticas de combate à fome visam assegurar meios para que a população que padece dessa iniquidade possa ter acesso a alimentação suficiente e nutritiva. Políticas educacionais promovem ações e ofertam serviços como o intuito de garantir que todos os indivíduos possam desenvolver seu potencial cognitivo e de sociabilidade. (JANNUZZI, 2016, p. 14)

Esclarece que programa é um dos instrumentos operacionais das políticas públicas e que compreende a avaliação de políticas como processo amplo que se aproxima de uma perspectiva mais acadêmica do que técnico-profissional.

Mais amplamente, para ele informação e conhecimento são insumos fundamentais à gestão, quer de políticas, quer de programas.

Informação e Conhecimento são insumos fundamentais para o aprimoramento e inovação das políticas e programas públicos.

Por si só não são suficientes, mas são certamente imprescindíveis frente à escala, escopo e complexidade que caracterizam a ação governamental no mundo contemporâneo. (JANNUZZI, 2016, p. 9)

Especificamente trata de programas sociais e de “Fontes de dados para construção de indicadores de monitoramento” (JANNUZZI, 2016, p. 119), destacando as estatísticas oficiais, citando explicitamente aquelas produzidas pelo IBGE, além daquelas que podem ser obtidas a partir de registros administrativos, construídos no âmbito de ministérios sobre temáticas diversas.

1.3.3 Estatísticas no exercício de cidadania

O exercício da cidadania consiste em aplicação fundamental das estatísticas oficiais em sociedades democráticas.

Em González de Gómez (2002), o requisito da relação política entre os indivíduos e a comunidade, assim como a existência de direitos deste cidadão e de compromissos para com a comunidade política, é ressaltado. A autora pontua, ainda, ações de comunicação e informação como basilares deste relacionamento político. “ O direito à cidadania requer como ponto de partida uma relação política entre um sujeito individual e uma comunidade política, requer para seu exercício uma condição comunicacional e informacional. ” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 36)

Em presença de democracia, agentes sociais, a seu modo, se dedicam à participação social ou à disputa por espaços de empoderamento, direitos ou visibilidades, concretizados ou assegurados através de políticas públicas. Uma das condições possíveis para atribuir substância a tais lutas ou barganhas é ancorá-las em estatísticas oficiais sobre os domínios ou grupos populacionais específicos. A afirmativa de Senra (2006), que define as estatísticas oficiais como saber inerente ao exercício do poder, encaixa-se nesta busca por conquistas de interesse de grupos delimitados, assim como na de alcance mais ampliado: “Informação estatística significa um saber essencial ao exercício do poder; poder como capacidade

transformadora, como capacidade de intervir em eventos para mudá-los” (SENRA, 2006, p. 121).

Cardoso (2016, p. 38) avança na abordagem das estatísticas oficiais como constitutivas do papel do cidadão. Aponta no contexto da ação cidadã, a noção de contrapoder e seu vínculo com as estatísticas oficiais e aspectos políticos que a conformam: “[...] discute-se a possibilidade de a estatística constituir também um recurso de contrapoder a ser usado pelos novos sujeitos na defesa e construção de seus interesses individuais e coletivos [...]”.

Ademais da ação cidadã comprometida, transformadora e de manutenção de direitos como um uso das estatísticas, Cardoso (2016) ressalta sua utilização no exercício da cidadania, como um instrumento de resistência, sob condições que incluam o controle social sobre as próprias informações.

Assim, a autora propõe potencializar, por exemplo, o valor da independência das estatísticas oficiais, como concernente, também, à ação cidadã, através do exercício do controle social. Adiciona, portanto, um novo elemento às assertivas anteriormente apresentadas no que tangia à garantia de independência. Fellegi (1996), Schwartzman (1996a) e Senra (2006) a apresentavam como produto da ação das agências estatísticas nacionais e da percepção das autoridades estatais sobre a importância de assegurá-la às estatísticas oficiais.

1.3.4 Geração de conhecimento sobre a sociedade

A produção de conhecimento sobre a sociedade corresponde à aplicação das estatísticas de amplo alcance. Constitui-se em uma aplicação em si mesma e possibilita todas as demais. É de interesse de todos os atores do entorno dos Sistemas Estatísticos, inclusive do próprio Estado. Inclui a exploração das informações estatísticas oficiais por especialistas para avançar na compreensão de distintas questões sociais, assim como a publicação de resultados obtidos a partir das estatísticas oficiais através de diferentes mídias.

Esse tipo de aplicação das estatísticas oficiais aponta mais uma vez para a desejável exaustividade das questões sociais, recortes populacionais e territoriais a serem cobertos pelas agendas estatísticas, dizendo respeito, também, à formação de público informado, destacada na citação de Fellegi, transcrita no início desta seção.

A adoção das estatísticas para o conhecimento sobre a sociedade, tanto quanto as demais aplicações, exige, por parte de agentes estatais, de agentes do setor privado, de

especialistas e de cidadãos em geral, competência para o acesso, busca, recuperação, interpretação e, inclusive, para o próprio uso das estatísticas oficiais.

Tem sido uma preocupação das agências estatísticas, além da oferta das estatísticas oficiais propriamente ditas, promover ações no campo da *statistical literacy* (CORREIA, RIBEIRO; ZILHÃO, 2014). Tais ações possuem motivações similares àquelas que Bezerra (2015) atribui à promoção da competência crítica em informação. O autor ressalta a importância do termo “crítica” para compor este conceito de capacitação para lidar com informações. Como referência, Bezerra extrai a noção de *information literacy* do relatório final da *American Library Association* (ALA), de 1989⁷.

Competência em informação é uma habilidade de sobrevivência na Era da Informação. Em vez de se afogar na abundância de informação que inunda suas vidas, pessoas competentes em informação sabem como encontrar, avaliar e utilizar as informações de forma eficaz para resolver um determinado problema ou tomar uma decisão – não importa se a informação selecionada venha de um computador, um livro, uma agência governamental, um filme, ou qualquer outra fonte possível (ALA, 1989, apud BEZERRA (2015), tradução de Bezerra)

Ações de *statistical literacy* são motivadas e requeridas, também, em razão do cenário de abundância de informação e desinformação da atualidade, em que as estatísticas estão imersas. É importante torná-las mais claras e facilitar o acesso a elas, inclusive para o público menos familiarizado com seus enfoques conceituais, valores e usos.

São, portanto, inúmeras as utilizações das estatísticas oficiais. Servem à delimitação de parâmetros para ações de política social ou econômica, a exemplo do corte de rendimento familiar a partir do qual, no Brasil, o programa Bolsa Família é atribuído.

Definem parâmetros, também, para ações legais e contratos. Sendo este o caso, por exemplo, daqueles que atrelam a execução de determinado item ou cláusula ao alcance de um dado patamar por resultado de determinada estatística. Os índices de inflação se prestavam, com frequência, a esse tipo de aplicação.

Podem subsidiar uma infinidade de decisões de natureza privada, individual ou corporativa. Para a decisão sobre a abertura de um estabelecimento empresarial em determinada localidade é usual se buscar conhecer as condições de vida ou os rendimentos médios auferidos pela população ali residente, com vistas a avaliar o perfil da clientela e a força de trabalho disponíveis no lugar.

A comparação entre condições sociais, econômicas ou ambientais, em níveis intranacional ou internacional enquadram-se também neste rol de aplicações. O cálculo do

⁷ AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). Presidential Committee on Information Literacy. Final Report. Chicago: *American Library Association*, 1989. Disponível em <<http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>>. Acesso em 10 mai. 2017.

Índice de Desenvolvimento Humano, que serve a ambos os níveis de comparação, é obtido, prioritariamente, a partir de estatísticas oficiais sobre população, saúde e educação, além de cobrir outros aspectos sobre condições de vida em sociedade.⁸

Portanto, foi evidenciada, no recorte histórico, a intrínseca relação das estatísticas oficiais com a administração e a constituição do poder do aparelho estatal e de valores que o sustentam. A visão foucaultiana as identificou como elementos de promoção do desenvolvimento da arte de governar.

Observou-se que a carga histórica segue presente em elementos que a caracterizam tais como a natureza governamental das instituições que as produzem e, também, em parte das utilizações que lhes são atribuídas, tais como a gestão administrativa do Estado e o desenho, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Por outro lado, foi visto que tais usos se expandem e passam a ser demandados por atores estatais e não-estatais, conferindo visibilidades a assuntos de interesse da sociedade em geral, servindo de avaliação das próprias ações do Estado, embora, ratificando valores de interesse estatal.

As aplicações das estatísticas cancelam sua categorização como forças constitutivas da sociedade, conforme descrito por Braman (2006), especialmente, no contexto da definição das agendas. Vale lembrar, a informação usada como força constitutiva da sociedade, por sua vez, aproxima-se do sentido originário de informação, “dar forma” (DANTAS, 2012; CAPURRO; HJØRLAND, 2003), assim como é compatível com a dimensão semântica contemplada em Vieira Pinto (2008) e no enfoque qualitativo de Wilden (2011).

⁸ NAÇÕES UNIDAS. Desenvolvimento Humano, 2016b, PNUD. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/relatorio-do-pnud-destaca-grupos-sociais-que-nao-se-beneficiam-do-desenvolvimento-humano-brasil-estagnou-no-idh/>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

2 AGENDAS: POLÍTICA E (IN) VISIBILIDADES

A partir da recomendação de Braman (2006), a análise da dinâmica das agendas, sob a ótica da política, vai se apoiar em definições de informação que privilegiam o reconhecimento da existência e do impacto de um contexto e a possibilidade de alterá-lo. Ainda, no que diz respeito ao uso das estatísticas oficiais, é adotada a força constitutiva da sociedade, como o tipo de aplicação que motiva as demandas por estatísticas. Resultam, portanto, nesse tipo de força, as visibilidades forjadas a partir das agendas.

Tal racionalidade coincide com a de Braman (2006) que associa a essa categoria o início e o final de uma política informacional. É entendido aqui como o início, o momento da demanda, e como o final, o estabelecimento das (in) visibilidades.

Daqui em diante, tendo em vista a conexão entre a política que corresponde à dinâmica de desenho das agendas e a aplicação constitutiva da sociedade, esse caráter da aplicação das estatísticas passa a ser um elemento básico à reflexão que se segue.

O presente capítulo tem por objetivo propor fundamentação teórica à compreensão do que se passa desde a explicitação das demandas até a configuração das agendas, isto é, entender as ações, agentes, relações de poder e contextos os quais os gestores do SEN devem administrar ou considerar.

Estão envolvidos no delineamento das agendas diferentes atores sociais e interesses conflitantes, além da alocação de recursos e da avaliação de viabilidade metodológica das demandas. Os SEN, portanto, conduzem procedimentos para equilibrar esses múltiplos aspectos, determinando as (in) visibilidades que são conferidas a partir das estatísticas oficiais.

Parte dos atores está em busca de seu direito à informação, através do atendimento às demandas por estatísticas. Outros atores, assim como os contextos que cercam a dinâmica de composição das agendas, afetam estas últimas ou são por elas afetados, diante da força constitutiva da sociedade expressa nas aplicações estatísticas.

O panorama em que se insere a atuação dos SEN sobre as agendas é, portanto, tão complexo quanto o são as próprias estatísticas oficiais. Fato que requer abordagem no campo da política de informação que contemple apreciação de amplo espectro, conforme sugerida por Braman (2004 e 2006) sobre o enfrentamento de cenários que, por reais, se mostram intrincados. No Brasil, a definição de agendas estatísticas oficiais possui uma especificidade que agrega uma dificuldade a mais. A dinâmica se sobrepõe à legislação estatística vigente, que não se mostra ajustada às ações adotadas para o estabelecimento de agendas.

Essa especificidade ratifica a busca de marco teórico que abarque a complexidade do desenho das agendas. Adicionalmente, essa questão brasileira encontra ressonância, mais uma vez, em Braman (2006) que, no campo informacional contemporâneo, reconhece que o aparecimento, desaparecimento e mudança de sistemas legais específicos são afetados por normas comportamentais e éticas, práticas culturais, estruturas de conhecimento, setor privado, pelas tecnologias e por formalidades e regulações de governos, entre outros.

O amplo campo em que os sistemas jurídicos particulares aparecem, mudam e desaparecem, inclui normas éticas e comportamentais, hábitos de discurso, práticas culturais, estruturas de conhecimento, formas organizacionais, setor privado e tomada de decisão individual, e as próprias tecnologias, bem como as leis formais e regulamentos de governos oficialmente reconhecidos (BRAMAN, 2006, p. 3).

A fundamentação requerida para dar suporte à apreensão dos múltiplos impactos sobre as agendas, inicia com a identificação de marcos teóricos que ofereçam suporte à observação dos Sistemas Estatísticos Nacionais, tendo em vista seu papel de condutores da construção das agendas que lidam com a complexidade mencionada. Tal atuação dos SEN procura, essencialmente, equilibrar as necessidades estatísticas e os múltiplos fatores condicionantes, motivando reflexão teórica conexa à acepção de governança.

Os atores demandantes das estatísticas nesse contexto reivindicam, a rigor, o cumprimento de seu inquestionável direito à informação, o que sugere, também, atenção a aspectos éticos. Estes últimos, por sua vez, implicam a necessária ponderação sobre o entorno da política de informação sob estudo. Assim, fundamentos referentes ao direito à informação, ética e contexto são tratados.

Encerram o capítulo, as instâncias de governança no campo das estatísticas oficiais e as abordagens conceituais sobre os atores inseridos ou impactados pela dinâmica, bem como aqueles enfoques referentes às coberturas temática, populacional e territorial das agendas e às decorrentes (in) visibilidades.

2.1 SISTEMAS ESTATÍSTICOS E POLÍTICA DE INFORMAÇÃO

O Sistema Estatístico Nacional diz respeito ao conjunto de instituições que tradicionalmente viabilizam as operações censitárias, as pesquisas por amostragem e o tratamento de registros administrativos, ou seja, concretizam as fontes geradoras das

estatísticas oficiais.⁹

No campo das estatísticas, algumas concepções de SEN se apresentam. Guimarães (1990) identifica o sistema por sua natureza institucional, na qual são observadas ações de coordenação e de articulação entre as entidades que o integram, com o objetivo de viabilizar as informações estatísticas oficiais.

Este olhar do autor corresponde à definição dos SEN como arranjos dos órgãos produtores ou compiladores de informações estatísticas oficiais que, nos países, se estruturam para viabilizar ações conjuntas e integradas, as quais resultam nas estatísticas sobre as sociedades. Tais sistemas tratam-se sob esta concepção, portanto, de organizações com vistas à gestão da política de informação referente às estatísticas oficiais.

Guimarães comenta sobre a constituição institucional dos SEN:

[...] de natureza institucional, refere-se ao conjunto de entidades produtoras de estatísticas e está preocupada com a coordenação e a articulação entre essas entidades, de forma a garantir uma atuação eficiente [...]. É certamente possível, em princípio, conceber um Sistema Estatístico nessa acepção (natureza institucional), vale dizer, é certamente possível formular o desenho de uma estrutura institucional que organize e articule as atividades das entidades produtoras de estatística. (GUIMARÃES, E., 1990, p. 5)

São participantes dos SEN, em cada país, a instância que coordena o Sistema e os organismos produtores das fontes de dados. Os SEN existem segundo modelos centralizados ou descentralizados, sendo que, qualquer que seja o modelo, liderança é atribuída às agências responsáveis por parcela importante da produção de estatísticas oficiais. No modelo centralizado, esta agência é única e é aqui designada como o Órgão Nacional de Estatísticas - ONE. No Brasil, o IBGE é a agência que exerce este protagonismo.

Considerar, no estudo do desenho das agendas, o contexto, incluindo as controvérsias, bem como modos de sinergia presentes nas relações entre os SEN e atores de seu entorno, tem respaldo em Chenais (2008)¹⁰. O autor, ao apresentar os Sistemas Estatísticos e atribuições que lhes são pertinentes, corrobora esta abordagem, destacando os relacionamentos com atores que afetam os Sistemas. Considera tais interações intrínsecas à constituição dos próprios SEN.

⁹ O recurso do *Big data* ainda não se faz notar nas estatísticas brasileiras. Embora existam iniciativas internacionais que contemplam, por exemplo, dados de empresas de telefonia e de códigos de barras no comércio, entre outras (NAÇÕES UNIDAS, 2016a).

¹⁰ CHENAIS, G. A National Strategy for the Development of Statistics (NSDS): a proposal for the structure of the final document. The Partnership in Statistics for Development in the 21st Century - Paris 21. 2008.

Este documento define o sistema estatístico como um sistema composto por unidades do setor público cuja atividade principal consiste em produzir dados estatísticos, coordenar atividades de produção, divulgar informações ou fornecer treinamento especializado para profissões estatísticas. A interação deste sistema com fornecedores de dados individuais, usuários, fontes de financiamento ou com órgãos de governo e seus parceiros também é levada em consideração (Chenais, 2008: 8). (CHENAIS, apud CARDOSO, 2017a, p. 110)

Malin (2003), ao focalizar a informação nas corporações, considerou a visão de Davenport de ambiente informacional, como uma totalidade, levando em conta “os valores e crenças organizacionais sobre informação [cultura]; como se usa e o que se faz com a informação [comportamento e processo de trabalho]; as interferências políticas e os sistemas de informação e os recursos tecnológicos [...] O ambiente informacional está arraigado ao ambiente mais amplo, que o envolve [...]” (DAVENPORT, 1999, p. 12, apud MALIN, 2003, p. 18).¹¹

Ainda, mais diretamente, a respeito dos relacionamentos, afirma a autora:

Um fato importante para a adoção da visão de ambiente de informações é sua forte ênfase na observação e na descrição do que aí acontece. Desta maneira, podem ser explicitados relacionamentos, prioridades, interesses e conflitos que, de outra forma, passariam despercebidos. (MALIN, 2003, p. 19)

A adoção dos conceitos de regime de informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012) e de sistema finalizado aberto (WILDEN, 2001) oferecem fundamentos para a descrição dos SEN e de suas peculiaridades no que diz respeito à sua ambientação institucional, sociopolítica, legal e às relações com os atores de seu entorno na definição das agendas.

As mencionadas construções teóricas vão ao encontro da afirmação de Frohman (1995), ratificada por Braman (2004) e Gonzalez de Gómez (2012), sobre a pertinência em se tratar a política de informação levando em conta a complexidade consistente com as relações de poder e contextos sociais, econômicos e culturais que lhe são atinentes, tal como interessa ao presente estudo.

Em resposta ao intrincado cenário informacional vigente desde a década de 1990, González de Gómez (2002) aponta a utilidade da noção de regime de informação, destacando que seria o modo informacional dominante em uma formação social.

González de Gómez (2012) destaca a visão de Frohman (1995) sobre regime de informação como a genealogia das políticas de informação. Tal genealogia coloca-se para além da formulação, execução e avaliação de tais políticas, contemplando, também, práticas, forças e interesses que as circundam ou afetam.

¹¹ DAVENPORT, Thomas H. Ecologia da informação. São Paulo: Futura, 1998.

Vê, portanto, no conceito, uma possibilidade para refutar o que Frohman define como simplificação (reducionismo) da visão de políticas de informação adotada na Ciência da Informação. Tal reducionismo é identificado com a circunscrição da política à operacionalização da gestão, com sua observação restrita ao campo estatal e com a desconsideração de questões relativas a como o poder é exercido.

(...) questões de como o poder é exercido em e através das relações sociais mediadas pela informação, como o domínio sobre a informação é alcançado e mantido por grupos específicos, e como formas específicas de dominação – especialmente de raça, classe, sexo e gênero – estão implicadas no exercício do poder sobre a informação. (FROHMAN, 1995, p. 5, tradução de González de Gómez)

Em especial, o ponto levantado por Frohman, referente à dominação de grupos específicos no que diz respeito à informação, deve ser alvo de atenção na construção de agendas estatísticas que se pretendam abrangentes no atendimento à sociedade. O caráter de aplicações como forças constitutivas da sociedade ratifica esse requisito de cuidado.

González de Gómez (2012) identifica elementos constituintes do regime de informação, tais como os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades, assim como os meios e recursos de informação, valores (a exemplo de padrões de excelência) e modelos de organização entre outros aspectos. Os “sujeitos” na concepção de regime de informação têm aderência com a noção de atores do entorno do SEN, por exemplo.

Também, a visão de González de Gómez de que o regime de informação é constituído por um “plexo de relações e agências”, estando exposto a questões culturais, políticas e econômicas, reforça a similaridade com os tópicos que estão em jogo no estudo proposto sobre o desenho das agendas estatísticas, que envolve múltiplos atores e interesses. A autora afirma, ainda, que dentre as atribuições, destaca-se:

Entre atribuições dos regimes de informação, uma das principais seria colocar em evidência essa tensão entre as configurações socioculturais das interações em que se manifestam e constituem os diferenciais pragmáticos de informação, e as estruturas jurídico-normativas, técnico-instrumentais e econômico-mercado-lógicas, que visam a sobre determinar essa configuração, com alguma imposição de direção ou valor. As regras, as normas, os padrões, os códigos, seriam justamente o domínio onde acontecem essas tensões e essa imposição. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 56)

Assim, essas considerações ratificam esse constructo teórico para apoiar a compreensão do conjunto dos fatores, bem como de suas inter-relações, com os quais os SEN lidam na condução do delineamento das agendas. Interessante notar que Braman (2004) vê utilidade do recurso regime de informação, também, para analisar cenários informacionais complexos que sejam circunscritos, apesar da intenção inicial que lhe atribuiu, formulando-o como regime global de informação.

No que diz respeito aos sistemas finalizados abertos, cabe citar Wilden (2001). Para o autor, esta construção teórica reflete as necessárias, simultâneas e diversificadas trocas de informações entre diferentes sistemas, realizadas a partir de suas fronteiras. A pertinência da associação entre os Sistemas Estatísticos no processo de constituição de agendas e os sistemas finalizados abertos ganha clareza na descrição que segue.

Um sistema aberto se relaciona e se distingue do ambiente através de fronteiras mais do que de barreiras, típicas dos sistemas fechados. Dito de outra forma as fronteiras do sistema aberto não agem como filtros, mas sim como transdutores, são “lugares reais de troca de informação com o ambiente – traduzem e transformam a variedade disponível de tal modo que o sistema aberto, finalizado, a possa usar como informação (ordem)”. (WILDEN, 2001)

Para Wilden (2001) sistemas se ordenam, reduzem entropia ou sobrevivem a partir da efetiva absorção das informações dos sistemas que os rodeiam. Um Sistema Estatístico Nacional em processo de desenho de agendas, ademais da relação com atores, apresenta relações fronteiriças com diferentes contextos os quais propiciam indicativos sobre a melhor decisão para manter-se “vivo”. A figura 1 ilustra um conjunto de interações inescapáveis aos SEN na condução da dinâmica de definição das agendas, tendo em vista a influência sobre as decisões que venham a ser tomadas.

Figura 1: Cenários fronteiriços e o SEN como um sistema finalizado aberto



Nota: Figura ilustrativa das transduções relevantes ao presente estudo, não se trata de representação exaustiva e nem as áreas de fronteira indicam intensidade da transdução.

Fonte: Elaboração própria.

A instrumentalização propiciada pelas noções de regime de informação e de sistemas finalizados abertos sustentam a exigência de atenção, pelos gestores das estatísticas oficiais, para a observação de agentes, relações de poder, impactos e contextos em que se insere a

definição das agendas. Essa postura maximiza a conexão das estatísticas oficiais com a realidade a retratar.

2.2 CONTÍNUO DIÁLOGO E DIREITO À INFORMAÇÃO

Para Schwartzman (1996b) é positiva a ocorrência do contínuo diálogo sobre as estatísticas entre os responsáveis por sua produção e múltiplos atores sociais. Para ele, este diálogo corresponde a um exercício de “aproximações sucessivas” entre os resultados expressos através das estatísticas oficiais e a realidade por elas retratadas. Esta afirmativa imprime valor à dinâmica de desenho das agendas em que tal diálogo se estabeleça.

Para o autor, tal prática, no caso brasileiro, substitui com vantagens a concepção da lei estatística vigente, que implicaria intervalos discretos de tempo entre processos de definição de distintas versões das agendas.

Conforme visto, a condução da dinâmica de construção das agendas pelos gestores dos Sistemas Estatísticos Nacionais (SEN) os coloca a execução de uma ação de política que atribui (in) visibilidades, através das estatísticas oficiais e de suas aplicações como força constitutiva da sociedade. Vale sempre lembrar, isto ocorre, diante de limitações de recursos humanos, financeiros e materiais, assim como de dificuldades de ordens técnica e metodológica, a serem balanceadas de acordo com os variados interesses em jogo.

A política de informação para Braman inclui governo (instituições e leis), governamentalidade (“disposição cultural para adoção e reprodução de práticas que tornam determinadas práticas de governo ou de governança possíveis”) e governança, que define como “processo decisório com efeitos estruturais que ocorram nos campos privado ou público, seja formalmente, seja informalmente” (BRAMAN, 2006, p. 3).

A aceção de governança apresentada pela autora motiva o seu aprofundamento, tendo em vista o caráter de balanceamento entre recursos e interesses de amplo espectro de atores, com potencial para afetarem e serem afetados pelo delineamento das agendas e as consequentes “forças constitutivas da sociedade” por elas estabelecidas.

Athias e outros (2017) relatam a proeminência que adquiriu o conceito de governança desde a década de 1990, a característica multidimensional que detém e a sua história que remonta à antiguidade.

Governança é um termo antiquíssimo, com muitas acepções e nuances, ao mesmo tempo em que ganha importância nas últimas décadas. O conceito está relacionado às teorizações de Platão e Aristóteles, que se preocupavam com os tipos de governo, com os bons e os maus governos. Já Kaufmann e Kraay (2007) atribuem a primeira referência direta a governança ao ministro indiano Kautilya, em 400

a.C., que apresentou num tratado os pilares da “arte da governança”, fundados na justiça, ética e tendências anti-autocráticas. (ATHIAS e outros, 2017)

González de Gómez (2002), em referência ao cenário informacional, registra o elo entre informação e política “como expressão de interesses e desejos, escolha e decisão” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 32). Identifica as ações de governança como o meio para a consolidação desse elo. Essa abordagem toma em conta a governança dita informacional, em que considera relevante ser assegurada transparência não apenas das informações disponíveis, mas também sobre os processos que a geram. Por outro lado, a autora faz consideração crítica ao tomar a governança como um instrumento do mundo capitalista e não propriamente como uma incursão teórica.

O Banco Mundial procurou promover a aceitação e propagação de melhorias em governança, especialmente vinculada à efetividade do desenvolvimento econômico e social, dito em prol de objetivo maior, avançar em equidade. Em seu relatório de 1992, o Banco apontou dimensões consideradas centrais no exercício da governança, tais como a prestação de contas e a transparência mencionados, também, por González de Gómez (2002) ao discutir a governança informacional: “Este relatório identifica quatro áreas de governança que são consistentes com o mandato do Banco: gerenciamento do setor público, prestação de contas, o quadro legal para o desenvolvimento e informação e transparência.” (WORLD BANK, 1992)

O Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2017: Governança e a Lei, por sua vez, constatou como a distribuição desigual do poder em uma sociedade interferia na eficácia das políticas, e atribuiu à melhoria na governança a potencialidade para a superação dessa situação. As relações formais e informais, presentes no olhar de Braman (2006) sobre o conceito, foram citadas.

[...] conclui que os países e os doadores precisam pensar em termos mais amplos a fim de melhorar a governança e possibilitar o êxito das políticas. Define melhor a governança como o processo por meio do qual o Estado e os grupos não estatais interagem para formular e implementar políticas, trabalhando em um conjunto de normas formais e informais modeladas pelo poder.¹²

Athias e outros (2017), adicionalmente, mencionam o caráter participativo da governança citado em Stiglitz e outros (2009), que se aproxima do enfoque democrático propalado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

¹² BANCO MUNDIAL. **Relatório do desenvolvimento Mundial: Governança e a lei**, 2017. Disponível em <<http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2017/01/30/improving-governance-is-key-to-ensuring-equitable-growth-in-developing-countries>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

Em escritos do PNUD aparece que, “de um ponto de vista do desenvolvimento, boa governança é governança democrática (DG)” e que “a noção de DG, como empregada pelo PNUD, é centrada nas pessoas [...] DG significa que as pessoas participam das decisões que afetam suas vidas e podem responsabilizar os tomadores de decisão” (UNDP, 2010, p. 15, apud ATHIAS e outros, 2017)¹³.

González de Gómez (2002), por sua vez, descreve o deslocamento do protagonismo em ações informacionais em que os atores públicos passam a dividi-lo com atores privados, passando a participantes das cadeias decisórias.

[...] o conceito de *governança* deslocou-se aos poucos da descrição de procedimentos e da avaliação do desempenho dos governos, até então considerado sujeito principal da ação política, a uma nova definição da cadeia decisória, horizontalizada pela inclusão de atores públicos e privados, que passariam de objeto do controle e intervenção do Estado a sujeitos participantes (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 35).

Assim, a governança implicaria, também, incrementar o controle social sobre as agências públicas e a responsabilidade do Estado pela prestação de contas e pela transparência administrativa, sugerindo o foco em impactos éticos de sua condução. Esta concepção adere bem à condução dos muitos elementos constituintes das agendas estatísticas, oferecendo uma cobertura para além das ações de negociação que se estabelecem como umas das faces da operacionalização da governança.

Tratam-se aqui múltiplas demandas e interesses de amplo leque de atores, o que induz ao pressuposto de possibilidades desiguais para expressar ou assegurar as estatísticas oficiais necessárias, sugerindo a pertinência de se levar em conta aspectos do campo da ética informacional baseados, principalmente, no amplo direito à informação, que é condição intrínseca à dinâmica das agendas. Também, a transparência e a *accountability*, inerentes à governança, merecem ser observadas sob a orientação ética, por determinantes que são das relações entre os atores inseridos nos processos das agendas e os SEN. Observe-se que tal enfoque já se justificaria, tão somente, em razão da inseparável relação entre ética e política, tendo em vista nesta dissertação se adotar como norte a política de informação. Schneider (2013, p. 63) comenta essa inseparabilidade: “A política, portanto, é o território da efetividade da ética – seja de que ética for-, já que a ética sem política é inócua, potência sem ato.”

Entende-se aqui que a ética propicia a percepção crítica dos códigos morais estabelecidos, tratando-se de ciência que tem por objeto a compreensão de elementos

¹³ UNDP. **A guide to UNDP democratic governance practice**. New York/Oslo: UNDP, 2010. Disponível em: http://www.undp.org/content/dam/aplaws/publication/en/publications/democratic-governance/dg-publications-for-website/a-guide-to-undp-democratic-governance-practice/DG_FinalMaster2-small.pdf

históricos, culturais ou da vida em sociedade que sustentam tais códigos. Assim, a ética se estabelece no campo da apreensão dos fatores determinantes dos preceitos morais adotados ou praticados em grupos ou contextos sociais específicos. Schneider e Saldanha (2015) que organizaram a LIINC¹⁴ revista volume 11, número 2 de 2015, na apresentação, a partir do artigo de Frohman ali publicado, destacaram que códigos morais anunciados podem, apesar de seu caráter normativo, no lugar de sinalizarem sua efetividade, despertar rigorosos questionamentos.

Frohmann, com o artigo de título provocativo “Against ethics”, sinaliza, a partir de John Caputo, a procura por uma contra ética informacional, apropriando-se das ideias de obrigação, desse autor, e de liberdade, de Foucault. Para o autor, é necessária uma visão crítico-desconstrutiva da ética no território dos bens e das ideias tecnologicamente mediatizadas, dado que mesmo corporações como a Monsanto possuem seus códigos de ética, ou seja, propagam dimensões de uma moralidade constituída, porém destituída de uma preocupação com a racionalidade e, logo, com a verdade. (SCHNEIDER;SALDANHA, 2015, Introdução)

Assim, a existência de um código moral ou código de boas práticas num determinado contexto social é um indicativo do compromisso com os valores ali declarados. No entanto, trata-se de indicativo insuficiente de sua efetividade, sendo exigida a permanente apreciação ética do contexto em que tais preceitos se inserem e se sustentam. Esta avaliação é que vai ratificar a real associação dos valores declarados com a historicidade e elementos políticos que levaram ao desenho do referido código e que, portanto, são consistentes com a verdade ou racionalidade, nos termos destacados por Saldanha e Schneider (2015) que sustentam a efetiva adoção de tal código. Esse tipo de escrutínio ético é que se almeja aqui.

Em razão de ações de governança sobre políticas públicas em geral, ou, duplamente, se esta política se refere à construção de agendas estatísticas oficiais, o valor ético do direito à informação é central. No caso das agendas, também o é no que diz respeito à necessária resposta às demandas por visibilidade estatística. O caráter de força constitutiva das estatísticas oficiais, ainda que sob percepção no campo da intuição de parte dos atores sociais, implica a expectativa para os demandantes de que, apenas em casos extremos de recursos indisponíveis ou de impossibilidade técnica e metodológica, a resposta negativa deveria ocorrer.

Interessante notar que o código internacional de boas práticas das Estatísticas Oficiais ratifica a preocupação com a explicitação de valores éticos no âmbito das estatísticas oficiais.

¹⁴ SCHNEIDER, M.; SALDANHA, G. (orgs.) (2015). Apresentação. Desafios ético-epistemológicos da era da informação, **Liinc em Revista**, v. 11, n. 2, 2015. Disponível em <<http://liinc.revista.ibict.br/index.php/liinc/issue/view/47>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

O quadro 3 apresenta os dez Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais¹⁵. O primeiro princípio é descrito como segue e focaliza o direito amplo à informação pública.

As informações estatísticas oficiais constituem um elemento indispensável no sistema de informação de uma sociedade democrática, oferecendo ao governo, à economia e ao público dados sobre a situação econômica, demográfica, social e ambiental. Com esta finalidade, os órgãos oficiais de estatística devem produzir e divulgar, de forma imparcial, estatísticas de utilidade prática comprovada, para honrar o direito do cidadão à informação pública. (NAÇÕES UNIDAS, 2014b)

O terceiro princípio tem como título exatamente “Transparência e *Accountability*”, indicando que, sob o aspecto normativo, a orientação para o desenvolvimento de processos no campo das estatísticas oficiais tem consistência com a governança e suas intrínsecas dimensões. O fato de tais princípios terem sido estabelecidos na década de 1990 indica conexão com o debate internacional mais amplo realizado naquela década, que contou com a participação de diferentes organismos internacionais, conforme ratificado pelo relatório do Banco Mundial anteriormente citado.

O debate das agendas sob o olhar político não tem intenção de se deter na defesa ou na crítica especificamente dirigida a esse código, mas sim, destacá-lo como um “código de boas práticas” no sentido que lhe atribui Capurro (2001), isto é, como um conjunto de normas acordadas por um grupo para serem cumpridas ou asseguradas. O avanço na reflexão ética sobre eles vai ocorrer através da observação de contextos em torno dos SEN, com vistas a identificar se constituem campo fértil à realização dos atributos mencionados. Tais atributos fornecem, portanto, critérios norteadores da análise dos contextos do entorno das agendas e de possíveis impactos sobre elas.

No campo da reflexão ética informacional é central o valor correspondente à realização do direito humano à informação, dimensão ética encorajada em diferentes códigos de boas práticas em informação, conforme destacado em Capurro (2001) (Conferência de Abertura do Primeiro Simpósio de Ética da Informação, João Pessoa, Brasil).

Adicionalmente, Vieira Pinto (2008) e Capurro (2001) se preocupam com a real possibilidade de cumprimento desse valor, especialmente diante das oportunidades desiguais inerentes às políticas informacionais que visam a atender amplo escopo de atores, caso da dinâmica de definição das agendas estatísticas oficiais. Preocupação similar àquela anteriormente apresentada a partir de González de Gómez (2012) e Frohman (1995), no que tange à discussão das relações de forças que integram os regimes de informação.

Capurro (2001) associa as questões éticas informacionais a uma visão totalizante, que

¹⁵ NAÇÕES UNIDAS. Fundamental Principles of Official Statistics, 2014b. Disponível em: <<http://unstat.un.org/unsd/dnss/gp/fundprinciples>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

não admite a omissão das dificuldades e necessidades dos grupos sociais mais vulneráveis.

Este questionamento abre as expectativas de mudanças nas relações de poder, especialmente no que diz respeito às demandas e esperanças de sociedades ou grupos sociais oprimidos ou marginalizados, a novas formas de criatividade e a conceber e praticar melhores condições de vida comum, levando em consideração singularidades históricas e culturais, bem como interações menos violentas e destrutivas do ambiente do que as geradas pela sociedade industrial. (Conferência de Abertura do Primeiro Simpósio de Ética da Informação, João Pessoa, Brasil, tradução livre) (CAPURRO, 2001)

Vieira Pinto, por sua vez, apresenta uma lógica para a informação social que é consistente com o comprometimento com a maximização da promoção do direito à informação, no entanto, com a devida atenção aos desequilíbrios presentes nos diversos contextos. Alerta que “tensões, contradições e a história da própria humanidade são elementos inerentes a esta lógica” (VIEIRA PINTO, 2008, p. 242). Mais ainda, aponta para diferentes interesses e perspectivas no contexto humano.

A informação será distribuída conforme a "desigualdade interna à espécie". As sensações de calor ou frio, por exemplo, serão diferentes para quem disponha, ou não, dadas as suas condições de renda ou posição de classe, de aparelhos de calefação ou de ar condicionado. A informação social, pois, adquire um caráter de *classe*, não no sentido apenas lógico desta palavra, mas no propriamente sociológico. (VIEIRA PINTO, 2008, p. 242 apud DANTAS, 2015, p. 497)

Bobbio (2015), por sua vez, ao refletir sobre democracia e segredo, admite a relação de oposição entre a opacidade do poder e os dois valores que considera próprios das práticas democráticas de governo - o amplo acesso à informação e a transparência. Amplia o debate da opacidade do poder, abordando, também, o tema da vigilância pelo Estado. Ressalta a filosofia política e a reflexão de Bentham, conectando-as com a questão do amplo acesso à informação e democracia.

Donde a pergunta clássica da filosofia política: quis custodiet custodes [quem vigia o vigilante/ quem cuida do cuidador]? Como bom democrata, Bentham deu sua resposta: o edifício deverá ser submetido à inspeção contínua não somente de pessoal qualificado, mas também do público. Com essa resposta, Bentham antecipava de algum modo o problema atualíssimo do direito de acesso à informação, que é uma das tantas formas do direito que o Estado democrático reconhece aos cidadãos. (BOBBIO, 2015, p. 47)

Portanto, o caráter de processo decisório com efeitos estruturais, ressaltado por Braman (2006) em referência à governança, inspirou a observação mais acurada dessa acepção. Sob diversos olhares, a governança apresenta características que a credenciam para o caminhar com vistas às agendas estatísticas. Também, o enfoque ético, visando perceber a efetividade do direito à informação e os exercícios da transparência e da *accountability*, se mostrou relevante. Para tanto a análise do entorno das agendas é requerida. Para além de

considerá-los como normas a cumprir, cabe apreender as condições oferecidas pelo ambiente para que se concretizem nesse entorno da dinâmica de desenho das agendas.

Quadro 3: Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais - versão ratificada na 46^a Sessão da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas, 2013

Princípio Fundamental 1 - Relevância, imparcialidade e igualdade de acesso

As informações estatísticas oficiais constituem um elemento indispensável no sistema de informação de uma sociedade democrática, oferecendo ao governo, à economia e ao público dados sobre a situação econômica, demográfica, social e ambiental. Com esta finalidade, os órgãos oficiais de estatística devem produzir e divulgar, de forma imparcial, estatísticas de utilidade prática comprovada, para honrar o direito do cidadão à informação pública.

Princípio Fundamental 2 - Padrões profissionais e ética

Para manter a confiança nas estatísticas oficiais, os órgãos de estatística devem tomar decisões, de acordo com considerações estritamente profissionais, aí incluídos os princípios científicos e a ética profissional, para a escolha dos métodos e procedimentos de coleta, processamento, armazenamento e divulgação dos dados estatísticos.

Princípio Fundamental 3 – Responsabilidade (accountability) e transparência

Para facilitar uma interpretação correta dos dados, os órgãos de estatística devem apresentar informações de acordo com as normas científicas sobre fontes, métodos e procedimentos estatísticos.

Princípio Fundamental 4 - Prevenção do mau uso dos dados

Os órgãos de estatística têm direito de comentar interpretações errôneas e utilização indevida das estatísticas.

Princípio Fundamental 5 – Eficiência

Os dados utilizados para fins estatísticos podem ser obtidos a partir de diversos tipos de fontes, sejam pesquisas estatísticas ou registros administrativos. Os órgãos de estatística devem escolher as fontes levando em consideração a qualidade, oportunidade, custos e ônus para os informantes.

Princípio Fundamental 6 – Confidencialidade

Os dados individuais coletados pelos órgãos de estatística para elaboração de estatísticas sejam referentes a pessoas físicas ou a jurídicas, devem ser estritamente confidenciais e utilizados exclusivamente para fins estatísticos.

Princípio Fundamental 7 – Legislação

As leis, regulamentos e medidas que regem a operação dos sistemas estatísticos devem ser tornados de conhecimento público.

Princípio Fundamental 8 - Coordenação nacional

A coordenação entre os órgãos de estatística de um país é indispensável, para que se obtenha coerência e eficiência no sistema estatístico.

Princípio Fundamental 9 - Uso de padrões internacionais

A utilização de conceitos, classificações e métodos internacionais pelos órgãos de estatística de cada país promove a coerência e a eficiência dos sistemas de estatística em todos os níveis oficiais.

Princípio Fundamental 10 - Cooperação internacional

A cooperação bilateral e multilateral na esfera da estatística contribui para melhorar as estatísticas oficiais em todos os países.

Observação: Os Princípios Fundamentais encontram-se no portal da Organização das Nações Unidas nos idiomas declarados oficiais (árabe, espanhol, inglês, russo). A tradução acima foi transcrita da publicação Código de Boas Práticas das Estatísticas do IBGE (IBGE, 2013a).

Conceitos e práticas referentes aos instrumentos de governança da dinâmica, bem como aos atores e às agendas propriamente ditas, integram a seção seguinte. Os contextos que envolvem os SEN são focalizados no próximo capítulo.

2.3 DA GOVERNANÇA ÀS (IN) VISIBILIDADES

O caráter de conciliação de múltiplos interesses, assim como o de escuta permanente, que prevalece na definição das agendas, e os inerentes componentes transparência e *accountability* que definem a governança, apontaram as ações a ela referentes como aquelas pertinentes à condução da dinâmica. São aqui observados instâncias e instrumentos concernentes a tais ações.

Para os SEN, tomados como sistemas finalizados abertos, as ações de governança, que viabilizam as negociações pertinentes à dinâmica das agendas, correspondem a articulações e relações fronteiriças com outros sistemas que, de acordo com essa acepção teórica, mantém vivo os SEN, minimizando sua entropia (WILDEN, 2001), com a sustentação de sua necessária capacidade para bem retratar a sociedade através das estatísticas produzidas a partir das agendas.

No exame dos SEN, com apoio na instrumentalização propiciada pelo conceito de regime de informação, é pertinente identificar tais ações de governança como o caminho para lidar com o plexo de relações (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012) constituintes dos regimes. Relações estas que, na condução da dinâmica das agendas, envolveriam proposições de demandas por estatísticas, negociações, a análise de viabilidade de tais demandas frente a recursos, capacidades técnicas e metodológicas. São contempladas, portanto, situações associadas à sinergia e às controvérsias entre os atores e os SEN.

Em resumo, as ações de governança são conexas, de acordo com ambas as perspectivas teóricas adotadas para a observação dos SEN, à condução política dessa complexa teia de interesses, interações e condicionantes, com vistas a ouvir, debater e decidir sobre as coberturas temáticas, populacionais e territoriais das agendas.

Assim, para assegurar o amplo direito à informação, diante desse intrincado cenário, aos gestores de um SEN cabe a adoção de estratégias para que a condução da dinâmica das agendas estatísticas, idealmente, assegure a máxima representatividade das questões relevantes para as políticas de Estado e para a vida em sociedade avaliadas.

Uma, dentre as práticas usualmente utilizadas, nacional e internacionalmente, é a de instituir instâncias ou fóruns de discussão em que seja maximizada a participação de representantes de diferentes segmentos da vida em sociedade. O apontamento para as

condições de (in) visibilidade resultará da relação dialética entre credibilidade e legitimidade, conforme Senra (2006) que associa, à credibilidade, valores atinentes à precisão técnico-científica que atribui ao ambiente interno às agências estatísticas. A legitimidade, para o autor, se consolida na medida em que demandas da sociedade são atendidas.

Como exemplo da prática internacional é pertinente a consideração do documento, “*Guidelines on Integrated Economic Statistics*” (NAÇÕES UNIDAS, 2013). São ali sugeridos diferentes formatos de instâncias e instrumentos, descritos no quadro 4, com vistas à integração das estatísticas econômicas. Um dos itens discutidos no texto é o estabelecimento de prioridades pertinentes às estatísticas a produzir, explicitado no mesmo quadro através da instância (ou instrumento) designada como “Mecanismos formais para identificar demandas e necessidades de usuários”. A presente pesquisa realizada sobre a dinâmica das agendas no Brasil no período de 2006 a 2016 identificou tais instâncias.

Quadro 4: Instâncias e instrumentos para viabilizar articulações em favor do projeto Estatísticas Econômicas Integradas

Instâncias e instrumentos
Espaço institucionalizado para contato entre gestores de alto nível hierárquico, com vistas à definição de diretrizes e ao compromisso institucional com os desdobramentos decorrentes;
Sistema de comitês consultivos de suporte a decisões importantes sobre o sistema;
Mecanismos formais para identificar demandas e necessidades de usuários;
Grupos técnicos de trabalho interinstitucional para trabalhos estatísticos, visando à solução de problemas práticos;
Memorandos de entendimento e acordos de serviço.

Fonte: Nações Unidas, 2013, tradução livre.

Diferentes atores do entorno dos Sistemas Estatísticos são afetados pelas agendas ou interferem sobre elas. São partícipes das negociações desenvolvidas, assim como interagem entre si ou com os SEN, segundo relações que implicam sinergia ou controvérsias, também, com potencial para influenciar as agendas. Três tipos de inserções em relação à dinâmica de desenho das agendas correspondem a esses atores: integram os Sistemas Estatísticos; atuam efetivamente na dinâmica, através da participação em pelo menos uma das instâncias constituídas para a governança; são afetados pelas agendas, em razão das (in) visibilidades que estas determinam e pelo amplo impacto das diferentes aplicações das estatísticas como forças constitutivas da sociedade.

Os atores sociais, no que tange à leitura da política gerida pelos SEN,

instrumentalizada pelo conceito de regime de informação, podem ser identificados de acordo com a categorização proposta por González de Gómez (2002), em que são definidos três agrupamentos, segundo relações intermediáticas, interorganizacionais e intersociais.

Um regime de informação, assim, está configurado, em cada caso, por plexos de relações plurais e diversas:

- intermediáticas (TV, jornais, conversas informais, Internet etc.);
- interorganizacionais (empresa, universidade, domicílios, associações etc.)
- intersociais (atores comunitários, coletivos profissionais, agências governamentais, entre outros) (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 35).

As relações informacionais atinentes às agendas estatísticas são abrangentes, tendo em vista a natural expectativa de que as estatísticas oficiais propiciem máxima cobertura temática, populacional e espacial. Assim, é admissível que os atores, independentemente do tipo de inserção na dinâmica de delineamento das agendas, estejam contidos nas três categorias de relações propostas por González de Gómez. Afinal, seria legítimo que cada um dos tipos de atores, dentre os que integram os agrupamentos construídos pela autora, reivindicasse estatísticas oficiais pertinentes para assegurar visibilidade para mensurações de seu interesse.

A exemplo de González de Gómez (2002) que agrupa atores, segundo relações que constituem o regime de informação, Senra (2006) também propõe categorias de atores no contexto do estabelecimento da programação de trabalho dos Sistemas Estatísticos. Emprega as seguintes categorias para identificar os demandantes por estatísticas oficiais na configuração das agendas estatísticas: governo, comunidade (sociedade civil) e mercado. Senra (2006, p. 21) nomeia essa formação como “triângulo da demanda”: “Triângulo da demanda: governo, comunidade (sociedade civil), mercado; com governo com alguma supremacia, interferindo, inclusive, tendo em vista sua relação com os demais.”

Cabe, para a compreensão do processo de geração das agendas, lembrar que no relacionamento dos atores com os SEN, além das controvérsias, a sinergia também está presente. As relações entre os atores e os SEN são múltiplas e se configuram sob diferentes formas: demanda por estatísticas oficiais sobre tópicos ou recortes de interesse; iniciativa e concretização de parcerias; sugestão para o aprimoramento e questionamento sobre o conteúdo das agendas, os resultados publicados e as análises realizadas; solicitação de esclarecimentos sobre os custos incorridos e os recursos requeridos na produção das estatísticas oficiais; compartilhamento de bases de dados; limitação na oferta de recursos e; proposição para adesão a padrões internacionais, entre outras possibilidades.

Tais relacionamentos encontram-se, sob uma forma ou outra, abordados nas obras de Schwartzman (1996a), Seltzer (1994) e Senra, Fonseca e Millions (2016).

Um olhar tácito-empírico sobre as relações do entorno do SEN, também baseado em diferentes textos no campo das estatísticas oficiais, aponta um conjunto de categorias de atores, conforme o quadro 5.

Quadro 5: Categorias de Atores do entorno dos SEN, uma taxonomia para discussão

Comunidade Estatística Internacional
Governos, classe política e órgãos governamentais (componentes do Estado)
Organizações públicas e privadas produtoras de informações, a academia e os meios de comunicação
Profissionais na produção de estatísticas públicas
Cidadãos e entidades no papel de respondentes das fontes estatísticas
Cidadãos e entidades no papel de usuários

Fonte: Elaboração própria.

Compõem o apêndice A notas sobre tais categorias, cujos critérios de formação, que levam em conta as relações desses atores com os SEN, exigem ainda amadurecimento.

Cabe comentar agora as agendas propriamente ditas. Seu conteúdo abrange o registro das coberturas de questões sociais, interesses de grupos populacionais e recortes territoriais que definem o leque de estatísticas a produzir. Em consequência atribui, também, (in) visibilidades para as diferentes necessidades estatísticas que continuamente são pautadas.

A dinâmica de definição das agendas estatísticas, sob o ponto de vista dos Sistemas Estatísticos e de seus gestores, apesar de seu caráter contínuo, tem similaridade com a aceção de Senra (2006) de demandas *ex ante*. O autor pontua que o detalhamento das demandas *ex ante* orienta o programa de trabalho dos órgãos oficiais produtores das estatísticas a ser realizado num determinado período, posterior à expressão da demanda.

Porém, há que se destacar que muitas demandas dirigidas às agendas estatísticas são atendidas sob a forma das demandas *ex post*, assim designadas pelo mesmo autor. Este tipo de demanda abrange resposta customizada à necessidade de demandante específico a partir de dados pré-existent. São atendimentos que propiciam contornar a impossibilidade de inclusão do pedido na agenda em execução no período em curso ou, até mesmo, em agenda futura. O autor se refere a situações conflituosas, que guardam similitude com a noção de controvérsias frente aos distintos interesses em jogo.

Da demanda *ex ante*, a ser desvelada e revelada, configurando um programa de trabalho, à demanda *ex post*, a ser atendida, após cumprido o processo de oferta, em suas fases de produção e de disseminação, há um sem número de situações conflituosas a serem administradas (SENRA, 2006, p. 133).

Sob o ponto de vista dos atores externos ao SEN, conforme observado, é requerido

que as agendas estatísticas desenhadas e disponibilizadas propiciem ações de informação que contemplem tópicos de interesse daqueles agentes, propiciando-lhes visibilidade.

Ambas as perspectivas, a do gestor-produtor das estatísticas e a dos demandantes, autorizam o entendimento das agendas estatísticas oficiais, como Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC). Tais agendas se materializam no registro, isto é, na representação das coberturas temáticas, populacionais e espaciais do conhecimento sobre a sociedade proporcionado pelas estatísticas oficiais. Consistem, portanto, na representação dos diferentes domínios, no sentido atribuído a esse termo por Guimarães (2014), correspondentes aos fenômenos relevantes e pertinentes para serem retratados a partir das estatísticas oficiais.

Refletindo uma construção social (um acordo intersubjetivo) que depende de considerações pragmáticas de seus membros e da interação social entre eles existente, a análise de domínio permite identificar as categorias fundamentais do campo (a partir das questões e tópicos que os pesquisadores da área consideram relevantes para estudo) e, por conseguinte, as bases para sua garantia literária (BEGHTOL, 1995). Desse modo, o domínio constitui, como destaca Smiraglia (2012), uma importante unidade para a construção de sistema de organização do conhecimento (GUIMARÃES, J., 2014, p. 16).

A importância em se examinar as agendas estatísticas sob os marcos conceituais da Organização do Conhecimento (OC) é reforçada na adoção de seu recorte sob a dimensão sociopolítica. Isto ocorre, para além do aspecto aplicado da construção e estruturação dos SOC que, no caso das agendas, é uma estrutura classificatória que organiza os assuntos sobre os quais as estatísticas são produzidas.

As agendas, em sua função de atribuição de (in) visibilidades, geram impactos consistentes com aqueles associados aos SOC, que são analisados sob a dimensão sociopolítica da OC. As agendas, tanto quanto os diferentes SOC, possuem elevado potencial para influenciar e receber influência de fatores de ordem social, política e cultural, além, de serem dotadas de força simbólica, decorrente da visibilidade que atribuem a faces da vida em sociedade ou a grupos sociais e recortes territoriais. No portal da *International Society of Knowledge Organization*, capítulo Brasil¹⁶ os tópicos próprios dessa dimensão da OC são mencionados: “[...] A dimensão social e política da organização do conhecimento (educação e práticas profissionais, ética em OC, cultura e identidade em OC, e OC e desenvolvimento sustentável)”.

Cumprir destacar que as reflexões, nesse contexto sociopolítico, possuem alta similaridade com a força simbólica estatal, vista no primeiro capítulo, e identificada por

¹⁶ INTERNATIONAL ISKO Conference - iskrio2016, 14., 2016, Rio de Janeiro. In: ISKO-BRASIL, 2017. Disponível em: <http://isko-brasil.org.br/?page_id=711>. Acesso em 30 mar. 2018.

3 CENÁRIOS GLOBAL E NACIONAL: INFLUENCIANDO AGENDAS

A ordem informacional global contemporânea possui aspectos com alto potencial de impacto sobre o direito à informação, inclusive às estatísticas oficiais. São intrínsecos a esse cenário: a intensificação da disponibilidade e dos avanços das tecnologias da informação, a consolidação da rede internet e o deslocamento de parte do protagonismo, no campo das políticas de informação, dos agentes estatais para os agentes privados.

Complementam a análise da contextualização global o panorama, as recomendações e práticas internacionais afetos às estatísticas oficiais. A explosão de informações obtidas a partir de diferentes fontes, com potencial para complementar ou substituir as estatísticas oficiais em suas aplicações habituais, é focalizada.

Nas conferências, congressos e discussões no âmbito da CENU, do ISI e da IAOS, a elaboração de indicadores estatísticos para o monitoramento dos objetivos e metas da Agenda 2030 para o desenvolvimento global sustentável tem ocupado lugar proeminente.¹⁷

No Brasil, de 2006 a 2016, as estatísticas oficiais avançaram destacadamente sob os pontos de vista da intensificação do uso de tecnologia e de sua inserção internacional. Ações para o atendimento e o relacionamento com a sociedade foram ampliadas. Persistiram, porém, dificuldades na alocação de recursos para os projetos estatísticos e no compartilhamento de bases de dados, que atenderia à otimização dos custos das estatísticas integrantes das agendas.

O cenário nacional mais abrangente, no final do período de estudo, aponta questões atinentes à fragilização do regime democrático no País, fator crucial à sustentação do amplo direito à informação, transparência e *accountability*, valores intrínsecos ao desenho de agenda estatística oficial inclusiva.

No País, o marco legal estatístico vigente, concebido nas décadas de 1960 e 1970, requer a proposição formal de planos a intervalos discretos de cinco anos que, na prática, são substituídos por uma dinâmica de contínua interação entre o SEN brasileiro e atores de seu entorno, que resulta nas agendas que se efetivam na produção estatística nacional.

Além de aspectos diretamente relacionados ao SEN e à legislação estatística, são observados neste capítulo elementos do regime de informação pública no Brasil, como suporte à pretendida compreensão das razões para a defasagem temporal dos textos legais estatísticos, bem como da dificuldade no cumprimento dos processos referidos às agendas

¹⁷ OBJETIVOS de Desenvolvimento Sustentável - ODS. In: NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

(planos, nos textos legais). Esse olhar mais abrangente visa também ao entendimento de pontos associados a controvérsias associadas às decisões sobre as agendas. Vale lembrar que essa condução para o tema é, também, inspirada em Braman (2006) e em sua afirmativa, já comentada, referente às transições nas leis que regem políticas informacionais e sua conexão com fatores culturais, sociais e políticos dos ambientes em que ocorrem.

3.1 SOCIEDADE, INFORMAÇÃO E ESTATÍSTICAS OFICIAIS: CENA GLOBAL

No que diz respeito ao cenário social global vigente, no planeta prevalece o sistema de relações econômicas capitalista em sua versão mais recente, em que a maior valorização do capital está em informação e conhecimento (DANTAS, 2012), afetando a divisão internacional do trabalho e decorrentes comportamentos sociais e culturais. Também, o cenário de espetacularização midiática (DÉBORD, 1967), que influencia interações sociais e necessidades frente aos intensos fluxos informacionais é presente.

As características da sociedade, sob o modo mais avançado do sistema capitalista, resultante da transição nomeada em González de Gómez (2002) como “mudança do modo de produção para o modo de informação”, afetam a relação dos atores sociais com a informação em geral, o que inclui a possibilidade de impactos, também, sobre percepções referentes às estatísticas oficiais.

Neste conjunto de características, Harvey (1996) destaca a instantaneidade e o caráter descartável das mercadorias, assim como a aceleração nos tempos de produção. Para o autor, estes aspectos, que passam a influenciar hábitos, geram a capacidade de “jogar fora relações duradouras, estilos de vida, apego às coisas, edifícios, lugares” (HARVEY, 1996, p. 258). Cita, também, Simmel (1967) e sua definição de comportamento blasé, como defesa frente ao excesso de mensagens com as quais o homem citadino do final do século XIX tinha que lidar. Percebe esta atitude de autoproteção ampliada nos tempos ditos pós-modernos.

Observa-se, também, que o capitalismo avançado afeta valores culturais, especialmente no que diz respeito à informação, ao conhecimento e a inserções socioeconômicas da população global, com a presença de forte desigualdade. Segundo Harvey (1996) a celeridade e a fragmentação de relações sociais são características dominantes, contribuindo para as iniquidades experimentadas.

González de Gómez (2002, p. 30), embora reconheça a importância da informação nas sociedades desde sempre, ressalta o surgimento das expressões “sociedade da informação” e “infraestrutura de informação”, que ratificam o empoderamento da

informação na atualidade, afetando, como nunca, diferentes dimensões da vida em sociedade: “[...] fenômenos, processos, atividades de informação passaram a ser reconhecidos como um plano constitutivo de todas as atividades e manifestações econômicas, sociais e culturais, de um modo como nunca antes o tinham sido.”

Entende-se que tal assertiva é aplicável, também, às estatísticas oficiais, como tipo de informação que se vê fortalecida em seu papel de mensurar e retratar questões abrangentes representativas de variados interesses, conforme visto, propiciando aplicações categorizadas como forças constitutivas da sociedade.

Ainda, no que diz respeito a esse efeito de poder informacional intensificado, Braman (2006) lembra que as relações e negócios internacionais, propiciados principalmente após a II Guerra Mundial, levaram alguns pesquisadores a cogitar o fim do Estado. Para a autora, o que ocorreu foi uma nova mudança de forma, em que o uso de tecnologias da informação e o poder da informação são mais importantes do que em formas de Estado anteriormente vigentes. Designa a nova forma como Estado informacional.

No que tange ao poder de Estado, a autora registra as três formas adotadas por diferentes cientistas políticos para caracterizá-lo: instrumental (força física), estrutural (regras e instituições) e simbólico (manipulação de símbolos, imagens e palavras). Acrescenta que o poder informacional corresponde a um quarto tipo que atravessa os demais, atuando nas bases informacionais que lhes são associadas.

Para a autora este modelo de Estado implica tendências em políticas de informação as quais impactam a sociedade de diferentes formas. Cresce, por exemplo, a capacidade do Estado em acessar informações sobre os indivíduos. Crescimento que não é observado com a mesma intensidade na direção contrária.

Braman (2006) analisa o princípio da coleta de dados pelo governo, tendo em vista o mandato constitucional para a realização de censos populacionais, considerando-o contraditório. Justifica esta avaliação, tomando em conta a habilidade de coleta de informação individual por outros meios que vem se aprimorando (Braman trabalha sobre a experiência dos Estados Unidos da América). Esta ponderação sobre os censos populacionais encontra ressonância em fóruns de debate típicos das estatísticas oficiais, a exemplo do IAOS em sua reunião de 2013, anteriormente mencionada, relatada por Peneck (2014). O debate, ali conduzido, abordou a tendência de uso continuamente mais intensivo de registros administrativos na produção de informações estatísticas oficiais.

A autora aponta, também, que as informações disponibilizadas são muito mais completas sobre o momento presente do que sobre o passado, o que pode, para ela, implicar

avaliações e decisões sem o devido cuidado com as causas estruturais relacionadas a determinado evento. Adverte que narrativas são menos presentes do que imagens, frases curtas e gráficos, o que pode contribuir para uma simplificação inadequada de situação ou evento sob apreciação. Aos estatísticos oficiais cabe lidar com essa demanda por informação de mais fácil assimilação, o que nem sempre é possível, tendo em vista a complexidade dos temas e resultados abrangidos. Necessárias ações de *statistical literacy* ganham força nesse cenário.

Influenciam as estatísticas oficiais globalmente, três perspectivas do debate da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.

A primeira é a denominada revolução de dados (NAÇÕES UNIDAS, 2014a) decorrente da disponibilização e utilização intensificada de tecnologias de informação e comunicação. Tal revolução possibilita ampliar o leque de informações para monitorar as condições de vida da população do planeta. No contexto da definição de indicadores para monitorar e avaliar cumprimento dos objetivos e metas da Agenda-2030, esta profusão de fontes de informações ou revolução de dados atribui protagonismo para produtores das bases de dados alternativas às fontes tradicionais das estatísticas oficiais (censos, pesquisas e registros administrativos), quer na esfera privada, quer na pública. Essas bases alternativas não são originalmente estruturadas para prover estatísticas. É parte desse debate, por exemplo, o uso de *big data* (NAÇÕES UNIDAS, 2016).

Estatísticas oficiais contribuem para o entendimento de diferentes aspectos da sociedade e direcionam ações sobre eles. Stiglitz e outros (2009), frente a crise financeira internacional de 2008, ressaltaram a necessidade de estatísticas mais abrangentes sobre as condições de vida no planeta. Foram colocadas como igualmente relevantes a realização de mensurações estatísticas considerando-se as dimensões sociais, econômicas e ambientais, um indicativo global que exerceu a função de agenda que, apesar de seu caráter genérico, influenciou o debate e a produção de estatísticas em diferentes países.

Esse panorama se repete e é conexo à segunda perspectiva sob a qual a Agenda-2030¹⁸ afeta o ambiente estatístico oficial global, a ampliação de domínios de investigação.

Assim, é demandada a expansão e o aprofundamento dos temas a mensurar, situando as questões relativas à paz, segurança, governança e proteção ambiental no mesmo nível de importância de temas tradicionalmente cobertos pelas estatísticas oficiais - os tópicos demográficos, sociais e econômicos (NAÇÕES UNIDAS, 2012c). Assim, essa necessidade

¹⁸ Também denominada Agenda pós-2015. Ambas as denominações são encontradas no portal <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em: 10 jul. 2017. Opta-se aqui por Agenda-2030.

expressa a partir da agenda global tem impacto sobre o desenho de agendas estatísticas dos países cujos governos estejam comprometidos com a Agenda 2030. São 17 os objetivos e são 169 as metas a eles associadas. O quadro 6, a seguir, apresenta os objetivos do desenvolvimento sustentável.

Dentre as 169 metas, algumas delas abordam questões inerentes à política, produção, disseminação de informações e ao desenvolvimento de habilidades para o seu uso adequado. Constituem, portanto, a terceira perspectiva que afeta as estatísticas oficiais, isto é, a da valorização da governança, da transparência, do acesso à informação e da prestação de contas. Inserções relevantes estão explicitadas em parte das metas do objetivo 16.

16.6 Desenvolver **instituições eficazes**, responsáveis e **transparentes** em todos os níveis

16.7 Garantir a **tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa** em todos os níveis
[...]

16.10 **Assegurar o acesso público à informação** e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais.¹⁹

Também, a capacitação estatística é explicitamente mencionada em duas metas associadas ao objetivo 17, nas quais se destacam a importância das informações sob o enfoque do monitoramento e prestação de contas referentes ao cumprimento da Agenda-2030.

Dados, monitoramento e prestação de contas

17.18 Até 2020, reforçar o **apoio à capacitação** para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para **aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais**

17.19 Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a **capacitação estatística** nos países em desenvolvimento²⁰

No panorama global das estatísticas oficiais, para além dos debates referidos à Agenda 2030, são atuais as recomendações sobre às relações entre os Sistemas Estatísticos e os atores do entorno. Instrumentos promotores de boas práticas nessa direção são chancelados no âmbito da CENU.

¹⁹ OBJETIVOS de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Objetivo 17. In: NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods16/>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

²⁰ OBJETIVOS de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Objetivo 17. In: NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/ods17/>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

Quadro 6: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030, Organização das Nações Unidas

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades
Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos
Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos
Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos
Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos
Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos
Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade
Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: Organização das Nações Unidas do Brasil.²¹

O mais basilar dentre eles, que faz o papel de código de boas práticas, é o conjunto dos dez Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais anteriormente apresentados. Foram adotados e ratificados nas sessões da Comissão realizadas, respectivamente, em 1994 e 2013. A versão atualizada do preâmbulo dos Princípios, revisto em 2013, reforça ações de

²¹ OBJETIVOS de Desenvolvimento Sustentável - ODS. In: NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

accountability na viabilização das estatísticas e na interação com os diferentes atores do entorno dos Sistemas Estatísticos.

Outro instrumento é o modelo geral do marco nacional de garantia de qualidade das estatísticas oficiais, adotado pela 43ª Sessão da CENU. No modelo é destacado o caráter multidimensional do conceito de qualidade das estatísticas oficiais, por abranger amplo conjunto de propriedades desejadas das estatísticas. Materializa, sob a forma de recomendações, o compromisso da Comissão e de todas as organizações envolvidas na viabilização das informações estatísticas oficiais com os Princípios. Ali são pontuados itens tais como: a coordenação dos Sistemas Estatísticos, a gestão das relações com agentes sociais usuários das estatísticas, a independência profissional, a transparência e a garantia da acessibilidade e da clareza das informações estatísticas oficiais.

Note-se que os instrumentos de suporte à adoção dos Princípios e à implantação do esquema da gestão da qualidade das estatísticas, desenvolvidos a partir de recomendações da CENU, são detalhados e completos (NAÇÕES UNIDAS, 2012a e 2012b), existindo, inclusive, versões derivadas, elaboradas com foco específico na produção de estatísticas na União Europeia e na América Latina.

3.2 CONTEXTO NACIONAL E ESTATÍSTICAS OFICIAIS DE 2006 A 2016

O Brasil, na maior parte desses onze anos, experimentou estabilidade política e evolução favorável de variados indicadores socioeconômicos. A partir de 2013, o cenário sociopolítico começou a se alterar, culminando, em 2016, em contexto de risco para o regime democrático vigente no País. Sob democracia, as aplicações das estatísticas, como forças constitutivas da sociedade, se diversificam e ratificam. Contribuem para a consolidação do próprio regime. O mencionado risco pode afetar a produção de estatísticas oficiais, no mínimo, em seu modelo de relacionamento com a sociedade. Especialmente, no que tange à definição das agendas estatísticas, conforme visto, em tais relações são relevantes a atenção ao amplo direito à informação e as práticas de transparência e *accountability*.

Desde 2006 a 2013, indicadores econômicos e sociais no Brasil apresentaram sucessivos resultados de comportamento positivo, a menos de inflexão observada no período 2008-2009 quando da crise do sistema financeiro internacional analisada por Stiglitz e outros (2009). O cenário político mostrava estabilidade até emergirem os sinais de desgaste frente a aspectos econômicos e, também, com a configuração política no País. Em 2013 ocorreram diferentes manifestações públicas de insatisfação, alvos de múltiplas leituras por cientistas políticos.

Até o início de 2015, os índices de desocupação mantiveram níveis positivamente avaliados por especialistas em mercado de trabalho, alcançando patamar em torno de 6%, o que estimulou o debate da pertinência da adoção do conceito de pleno emprego para caracterizar aquele momento nacional.²² Nos últimos trimestres dos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016, a taxa de desocupação brasileira observada através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua resultou, respectivamente em 6,2%, 6,5%, 9,0% e 12,0%.²³

No período 2013-2015, a inflação encontrava-se sob controle, de acordo com a avaliação da equipe econômica do governo. Esta posição era rechaçada por analistas econômicos e setores da sociedade que anteviam o risco de descontrole inflacionário. O crescimento do produto interno bruto já não se apresentava nos patamares alcançados em anos anteriores. A taxa acumulada do Produto Interno Bruto nos últimos trimestres de 2010 e 2011 registrou 7,5% e 4,0%, respectivamente. Essa mesma taxa, observada nos últimos trimestres de 2012, 2013, 2014 e 2015, mostrou-se decrescente a partir de 2013, alcançando: 1,9%, 3,0%, 0,5% e (-3,5%).²⁴

O panorama sociopolítico nacional iniciou guinada radical a partir de 2014, ano da eleição para a Presidência da República, em que se revelou um Brasil dividido, o que se confirmou pela apertada margem de votos que conduziu a Presidenta Dilma Rousseff a seu segundo mandato. Configurava-se o quarto mandato exercido pelo Partido dos Trabalhadores, PT, que governou o País desde 2003.

A polarização prosseguiu e a insatisfação com a Presidenta reeleita se aprofundou, o que resultou em seu afastamento da presidência em agosto de 2016, decorrente de articulações dos partidos de oposição, derrotados nas eleições de 2014, que contaram com a adesão, também, do partido do então vice-presidente eleito. Segmento significativo da sociedade brasileira também apoiou este afastamento.

Há interpretações de que a polarização refletia, para além do debate entre as visões desenvolvimentistas e neoliberais, a luta de classes. Segundo essa última leitura, as classes

²² TOMAZELLI, I. FGV: Mercado de trabalho vive situação de pleno emprego. **Estadão**, São Paulo, 17 jan. 2014. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,fgv-mercado-de-trabalho-vive-situacao-de-pleno-emprego,175625e>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

²³ INDICADORES IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - PNAD-C – Trimestre móvel Fev.-Abr. 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018, p.4. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

²⁴ SISTEMA de Contas Nacionais Trimestrais – SCNT. Séries históricas do PIB a preços de mercado – taxa acumulada em 4 trimestres (%). 1º trimestre 1996 – 1º trimestre 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 1996-. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?edicao=20920&t=series-historicas>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

dominantes posicionavam-se contrariamente à permanência do Partido dos Trabalhadores no poder (MIGUEL, 2016, p. 32) e isso, centralmente, moveria a inserção das classes hegemônicas no cenário político da época.

Bresser Pereira (2016)²⁵, por outra razão, também se posicionou contrariamente ao afastamento da Presidenta, identificava ruptura democrática que implicaria retrocessos políticos ao País.

Parcela expressiva da população, movida por diferentes motivos, aderiu à percepção e preocupação com a fragilização da democracia no Brasil. Este é um ponto crítico aos aparatos éticos e de governança da condução da produção das informações estatísticas oficiais, fundamentados em transparência e *accountability*. Cabe lembrar a intrínseca relação que Bobbio (2015) estabelece entre democracia e transparência.

Outro contingente expressivo da população viu no afastamento da Presidenta eleita o uso legítimo de um instrumento constitucional – o impedimento por irresponsabilidade fiscal, em razão de uso de artifícios orçamentários, que teriam servido para mascarar um cenário econômico avaliado como catastrófico. Alguns especialistas se alinharam a esta leitura, destacadamente sob argumentação do campo jurídico.

O novo governo, conduzido pelo vice-presidente, eleito pelos mais de 54 milhões de votos atribuídos à chapa que compôs com a Presidenta afastada, contribuiu para ratificar a interpretação de que a democracia fora golpeada. Foram implementadas políticas de teor inconsistente e algumas vezes oposto à escolha de quem elegeu a chapa vencedora.

Em síntese, é relevante, para o entendimento da dinâmica de definição das agendas estatísticas desde 2006 a 2016, entender que, nestes 11 anos, prevaleceu no país o cenário de estabilidade política, com avanços em muitos indicadores sociais e econômicos. Os fatores observados nos três últimos anos do período, no entanto, geraram ambiente político bastante conturbado em que, à fragilização do processo eleitoral e, conseqüentemente da democracia, seguiram-se decisões com potencial impacto sobre os atores do entorno do desenho das agendas estatísticas e respectivas capacidades para expressarem suas necessidades estatísticas.

Dentre elas, foram notáveis a redução de importância atribuída às áreas e ações políticas direcionadas às chamadas minorias ou às lutas identitárias. Concretamente, as políticas voltadas às mulheres, à desigualdade racial e aos direitos humanos em geral

²⁵ BRESSER-PEREIRA sobre impeachment: ‘É uma vergonha’. Revista Fórum. Porto Alegre. 17 abr. 2016. Disponível em <<https://www.revistaforum.com.br/bresser-pereira-sobre-impeachment-e-uma-vergonha/>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

deixaram de usufruir do status de ministério, o que propiciava ações transversais facilitadas pelo nivelamento de poder ao das demais autoridades ministeriais. No novo governo, passaram a constituir secretarias dentro de ministérios outros.

No IBGE, desde 2006 a 2016, três presidentes foram indicados, dois deles na vigência dos governos do PT, ambos servidores do quadro do IBGE. O terceiro presidente no período foi indicado a partir de julho de 2016.

Em Senra, Fonseca e Millions (2016), é destaque, na gestão de Eduardo Pereira Nunes, que presidiu o IBGE no período 2003- 2011, a realização do Encontro Nacional de Usuários e Produtores de Informações em 2006, evento amplo que, desde de 1996, inclui a realização da Conferência Nacional de Estatísticas, da Conferência Nacional de Geociências e outros.²⁶

Também, se aprofundou e consolidou, no decorrer dessa gestão do IBGE, o uso de aparatos eletrônicos portáteis para a coleta de dados em levantamentos censitários inclusive, tais como a Contagem de População 2007, o Censo Agropecuário 2006 e o Censo Demográfico 2010. O controle da coleta no território nacional, sob a rede internet, registrou passos importantes.

Limitações orçamentárias levaram à realização simultânea da Contagem da População e do Censo Agropecuário em 2007, sendo que a primeira se restringiu a cobrir os municípios com população de até 170 mil habitantes, feita a exceção para 21 municípios de 14 Unidades da Federação com apenas um ou dois municípios com população acima de 170 mil habitantes.²⁷

Ganhou fôlego nesse período o projeto de reformulação das estatísticas domiciliares, com a implantação de encontros semestrais com usuários sobre o projeto, cujo impacto se faria sentir, sob a forma de reestruturação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, referência fundamental das estatísticas oficiais nacionais desde a década de 1960.

O presidente do IBGE presidiu a Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho, promovida pela Organização Internacional do Trabalho em 2003, além de ter participado dos fóruns que lideravam os debates globais sobre estatísticas do turismo e da agropecuária. Foi intensificada a inserção do IBGE internacionalmente, acarretando,

²⁶ ENCONTRO nacional de produtores e usuários de informações sociais, econômicas e territoriais, 2., 2006, Rio de Janeiro. In: IBGE, 2018. Disponível em:

<https://ww2.ibge.gov.br/confest_e_confefe/index2.htm>. Acesso em: 05 dez. 2017.

²⁷ CONDIÇÕES de vida, desigualdade e pobreza - Conceitos e métodos - Agregado por Setores Censitários. In: CONTAGEM da População. IBGE, 2007. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9065-contagem-da-populacao.html?=&t=conceitos-e-metodos>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

inclusive, desdobramentos para a gestão que se seguiu, como a realização do 60º Congresso Mundial do ISI no Rio de Janeiro em 2015.²⁸

Nesta gestão, favorecida por realinhamento mais geral no âmbito do governo federal, ocorreu a criação de carreira própria para os servidores do IBGE, com significativa atualização salarial, elemento de forte impacto para a evitar evasão, que vinha sendo observada, de quadros técnicos treinados e qualificados.

No que diz respeito ao período em que Wasmália Bivar atuou como a primeira mulher no exercício da presidência do IBGE (2011-2016), destaca-se a criação e consolidação do Comitê de Estatísticas Sociais, instância de encontro de diferentes organizações responsáveis pela produção de estatísticas no campo social.²⁹ A pesquisa apresentada no próximo capítulo discute as (in) visibilidades proporcionadas pelas estatísticas, a partir de análise de documentação deste Comitê.

Ocorreu a publicação da primeira pesquisa resultante do projeto de reformulação das pesquisas domiciliares, a PNAD Contínua, que cobriu importante lacuna estatística, propiciando estatísticas conjunturais sobre mercado de trabalho, cobrindo o Brasil e todas as Unidades da Federação. Procederam-se avanços importantes em estatísticas ambientais, consolidando-se atuações nos campos do uso da terra e de estudos sobre áreas de risco de desastres ambientais e climáticos.

No período foram publicados muitos dos resultados do Censo 2010. Foi lançado, em 2013, o Código de Boas Práticas do IBGE em Estatísticas Oficiais. A presidenta do IBGE presidiu, em 2016 e 2017, as sessões da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas, uma clara demonstração da proeminência do IBGE no cenário estatístico internacional. Foi realizado, em 2016, o primeiro encontro nacional para discussão dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável no contexto da Agenda-2030, cujo objetivo foi reunir diferentes organizações produtoras de informações para produção de indicadores, sob a coordenação do IBGE.

Foi notável, especialmente sob o ponto de vista de sua aplicabilidade na pesquisa sobre a dinâmica das agendas, a homologação em 2015, pela Comissão Nacional de Classificações (CONCLA)³⁰ da Classificação de Informações Estatísticas (CIE) que foi elaborada pelo IBGE, adotando-se como referência a Classification of Statistical Activities

²⁸ CONGRESSO Mundial do ISI – ISI2015, 60., 2015, Rio de Janeiro. In: INTERNATIONAL STATISTICAL INSTITUTE – ISI, 2017. Disponível em: <<http://www.isi2015.org/>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

²⁹ Disponível em <<https://ces.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

³⁰ Disponível em <<https://concla.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

(CSA) da *United Nations Economic Commission for Europe (UNECE)*. A CIE tem por objetivo a representação dos temas e operações referentes à produção de estatísticas oficiais pelo IBGE. Os grandes grupos da CIE, denominados domínios são os seguintes: Estatísticas Sociais, Estatísticas Econômicas, Estatísticas Multidomínio e Meio Ambiente.

A CIE foi fundamental para viabilizar diferentes exercícios comparativos, apresentados no próximo capítulo, que compõem a pesquisa realizada sobre a dinâmica das agendas estatísticas. A estrutura completa da CIE e respectivos descritores são apresentados no anexo A.³¹

Paulo Rabello de Castro³² foi indicado para a função de presidente da Instituição a partir de julho de 2016. Seu momento inicial na instituição foi cercado por polêmicas. Sua atuação em empresas de consultoria na área privada fez com que sua nomeação sofresse pertinentes questionamentos da representação sindical dos trabalhadores do IBGE, uma vez que apontava conflito de interesses entre esta experiência profissional e os requisitos do cargo público que passava a ocupar.

Os seis meses dentro do período 2006-2016, nos quais Paulo Rabello presidiu o IBGE, tiveram peso relativo, em relação aos 11 anos estudados, maior do que seria de se esperar, no que diz respeito às agendas estatísticas.

Por um lado, foi realizado o III Encontro Nacional de Usuários e Produtores das Informações Estatísticas e Geográficas, que vinha sendo preparado pela gestão anterior, em dezembro de 2016³³. O Encontro, renomeado como Infoplan, constituiu-se em um espaço para o diálogo sobre as agendas estatísticas, abarcando demandas, aprofundamento de temas para a mensuração estatística, avanços técnico-metodológicos para viabilização das estatísticas e a gestão do SEN, entre outros aspectos.

Por outro lado, causou preocupação entre especialistas da temática agrícola, a revisão do questionário do Censo Agropecuário, com a alteração de tópicos anteriormente acordados

³¹ Disponível em <<https://metadados.ibge.gov.br/consulta/prnClassificacaoTematica.aspx>>. Acesso em: 08 dez. 2018.

³² Em junho de 2017 houve nova mudança na presidência do IBGE, que passou a ser exercida por Roberto Olinto Ramos, quarto funcionário da instituição a ocupar a função. O primeiro foi Sebastião Aguiar Ayres (1967-1970)

³³ Esta realização do III Encontro ganhou a denominação de “Informações para o Planejamento - Infoplan”. Maiores detalhes em CONFERÊNCIA Nacional de Produtores e Usuários de Informações Estatísticas, Geográficas e Ambientais - INFOPLAN, 3., 2016, Rio de Janeiro. In: IBGE. 2018. Disponível em: <<https://eventos.ibge.gov.br/3conferencia>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

com usuários e pesquisadores, como forma de viabilizar o levantamento, cuja autorização não se concretizara em razão de alegados altos custos.

O novo modelo do levantamento foi adotado rompendo-se com o ritual de submissão prévia, como vinha sendo prática no IBGE, aos especialistas do tema e aos representantes de diferentes segmentos de usuários do Censo. De fato, estes atores e a sociedade em geral foram apenas comunicados sobre as mudanças, que foram apresentadas como solução para que o Censo Agropecuário se realizasse, superando-se a restrição orçamentária inicialmente imposta, que ameaçava a própria realização da operação censitária.

O importante é registrar que rupturas assim, a rigor, podem ocorrer em qualquer situação de troca de governo e colocar em risco parte da cobertura de agendas acordada com a sociedade. Tais descontinuidades demonstram que há espaço para aprofundar mecanismos de sustentação de estatísticas previamente mapeadas e acordadas para serem produzidas em consonância com diferentes atores interessados.

3.3 LEIS ESTATÍSTICAS NO BRASIL

Para o entendimento da legislação vigente sobre o SEN brasileiro, assim como de documentos elaborados para a caracterização e gestão institucional do IBGE, retorna-se à década de 1960. Tais documentos abordam, além do SEN, o IBGE, os planos estatísticos³⁴ e as conferências nacionais para a consulta aos usuários e a articulação com produtores de estatísticas oficiais, para definição dos planos estatísticos oficiais.

Em geral, as leis afirmam o papel do IBGE como coordenador do SEN e, portanto, como responsável por conduzir o processo de viabilização dos planos. Também, a instituição é designada como produtor de parte importante das estatísticas que compõem tais planos.

Realizadas desde a década de 1960, as Conferências Nacionais de Estatísticas constituem-se em reuniões, com usuários especializados e com outros produtores de fontes de informações estatísticas e geográficas. As três últimas realizações ocorreram a intervalos de dez anos (1996, 2006, 2016), com o objetivo de proceder o ajuste e atualização do plano de informações estatísticas oficiais. Desde 1996, as Conferências Nacionais de Estatística estão integradas a evento mais amplo, os Encontros Nacionais de Usuários e Produtores de Informações Estatísticas.

Em termos de periodicidade da realização das Conferências, os instrumentos legais apresentam proposições distintas expressas nos termos, “trienal”, “periodicamente” e

³⁴ Recorde-se que, na dissertação, é utilizado o termo “agendas”, com o objetivo de se reservar a adoção do termo “planos” para designar exclusivamente os instrumentos definidos legal ou formalmente no Brasil.

“intervalo não superior a cinco anos”. Esta última se constitui na proposição vigente, sendo explicitada nas versões mais recentes do estatuto (2003) e do regimento interno (2004) do IBGE. Tais periodicidades corresponderiam aos intervalos de tempo entre os planos estatísticos oficiais publicados e atualizados, levando em conta o plano anterior vigente e a consolidação das recomendações de cada realização das conferências.

Os planos são definidos na lei nº 5.878 de 11 de maio de 1973, que dispõe sobre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e no decreto-lei nº 161 de 13 de fevereiro de 1967 que diz respeito à realização de Conferências Nacionais de Estatísticas, Geografia e Cartografia, com o envolvimento dos usuários e produtores das informações, para o exame dos programas de atividades. Na lei nº 5.878 foi consubstanciada a definição do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas – PGIEG, do qual o plano estatístico, mais precisamente, o Plano Geral de Informações Estatísticas é uma parte, prevendo sua publicação como resultado de cada realização das Conferências mencionadas e propostas para realização a cada 5 anos, porém, conforme visto, viabilizadas a cada 10 anos desde 1996.

A última publicação de um plano estatístico oficial que seguiu estritamente o rito legal correspondeu ao PGIEG de 1974³⁵, como anexo ao decreto-lei nº 74.084 de 20 de maio de 1974. Ocorreu, também, uma última publicação formal, pelo IBGE, de uma proposta de PGIEG, datada de 1992.³⁶

Uma compilação dos principais instrumentos para a legalização e a formalização do SEN, das atribuições do IBGE e de outros integrantes do Sistema, dos planos estatísticos, das Conferências, entre outros aspectos, é apresentada e se apresenta a seguir, com destaque para os trechos dos documentos legais que foram considerados de maior utilidade para a pesquisa aqui desenvolvida.

O Decreto-lei nº 161 de 1967 autorizou a instituição da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística" e instituiu o Plano Nacional de Estatísticas. Nos artigos primeiro e segundo transcritos a seguir, foi atribuída ao IBGE, a coordenação das atividades do SEN, instituiu-se o Plano Nacional de Estatística de caráter anual ou plurianual. Definiu-se que os planos seriam dotados de flexibilidade de modo a “atender necessidades eventuais ou de caráter urgente”, conforme texto citado a seguir. Essa concepção de plano flexível, curiosamente, revela preocupação com a atualização dos planos, segundo intervalos rígidos, vis a vis o reconhecimento de que as necessidades estatísticas poderiam surgir em meio a

³⁵Disponível em https://ww2.ibge.gov.br/confestat_e_confestat/anexo_decreto_74084. Acesso em: 10 dez. 2018.

³⁶Disponível em https://ww2.ibge.gov.br/confestat_e_confestat/pgieg_1992.pdf. Acesso em: 10 dez. 2018.

esse período. Assim, o parágrafo primeiro do artigo segundo previa uma sistemática de atualização dos planos que se aproxima do que aqui se toma como o caráter contínuo da dinâmica de desenho das agendas.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a **instituir**, vinculada ao Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**Fundação IBGE**), a qual, na condição de órgão central, **coordenará** as atividades do **sistema estatístico nacional**, bem como as de natureza geográfica e cartográfica, realizando levantamentos e estudos naqueles campos, na forma da presente lei.

[...]

Art. 2º Ficam instituídos o Plano Nacional de Estatística e o Plano Nacional de Geografia e Cartografia Terrestre, a serem formulados em conformidade com a legislação de diretrizes e bases da espécie, e definidos por ato do Poder Executivo, compreendendo o conjunto de informações e levantamentos necessários ao conhecimento da realidade econômica, social, cultural e física do país.

§ 1º **O Plano Nacional de Estatística, de caráter anual ou plurianual, será dotado de suficiente flexibilidade** para incorporar levantamento destinados a **atender a necessidades eventuais ou de caráter urgente**. (BRASIL, 1967)

Neste texto legal, a cooperação entre União, Estados e Municípios foi ratificada e se estabeleceu a periodicidade máxima de três anos para a realização das Conferências Nacionais de Estatística, indicando a participação de representantes dos Ministérios, Governos Estaduais e outras entidades públicas e privadas, produtoras ou usuárias de estatísticas. A valorização da integração dos diferentes níveis de governo é destacada, assim como o é a indicação para a participação de representantes dos estados e municípios nas conferências nacionais.

Art. 5º Ficam **mantidos os princípios de cooperação entre a União, os Estados e os Municípios**, consagrados pela Convenção Nacional de Estatística (Decreto nº 1.022, de 11 de agosto de 1936) e pelos Convênios Nacionais de Estatística Municipal (Decreto-lei nº 5.981, de 10 de novembro de 1943), observadas as disposições desta lei e as diretrizes e bases do sistema estatístico nacional.

Art. 14. A Fundação IBGE realizará, **com periodicidade máxima de três anos, as Conferências Nacionais de Estatística e de Geografia e Cartografia**, com o objetivo de **examinar com representantes dos Ministérios, Governos Estaduais e outras entidades públicas e privadas, produtoras ou usuárias de estatísticas** e de informações geográfico-cartográficas, os **programas** das respectivas atividades. (BRASIL, 1967)

A dotação orçamentária e parcerias para execução dos planos e programas também foram explicitados nos artigos 24 e 28 do mesmo Decreto-lei. Cabe lembrar que no período de 2006 a 2016, a questão orçamentária foi descrita como uma dificuldade para a condução do SEN no Brasil, implicando, inclusive, em adaptações metodológicas das operações censitárias em 2007 e 2016.

Art. 24. O Orçamento da União consignará dotação global que permita a execução dos planos e programas de responsabilidade da Fundação IBGE, aprovados pelos órgãos competentes.

Art. 28. Fica a Fundação IBGE autorizada **a realizar convênios, com entidades públicas e privadas, para a execução das atribuições** que lhe confere esta lei. (BRASIL, 1967)

A lei nº 5.534 de 14 de novembro de 1968 rege a obrigatoriedade de prestação de informações estatísticas e o uso exclusivamente para fins estatísticos das informações prestadas. Define sanções. Esta lei segue em vigor em sua integridade.

Art 1º. Toda pessoa natural ou jurídica de direito público ou de direito privado que esteja sob a jurisdição da lei brasileira é obrigada a prestar as informações solicitadas pela Fundação IBGE para a execução do Plano Nacional de Estatística (Decreto-lei número 161, de 13 de fevereiro de 1967, artigo 2º, §2º).

Parágrafo único. **As informações prestadas terão caráter sigiloso, serão usadas exclusivamente para fins estatísticos**, e não poderão ser objeto de certidão, nem, em hipótese alguma, servirão de prova em processo administrativo, fiscal ou judicial, excetuado apenas, no que resultar de infração a dispositivos desta lei. (BRASIL, 1968)

A lei estatística vigente é a lei número 5.878, de 11 de maio de 1973 que dispôs sobre a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, suas funções de produtora e coordenadora e institui o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, que substituem os Planos Estatístico Nacional e Geográfico Nacional definidos na lei nº 161 de 1968.

Art. 2º Constitui objetivo básico do IBGE assegurar informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica e demográfica necessários ao conhecimento da realidade física, econômica e social do País, visando especificamente ao planejamento econômico e social e à segurança nacional.

§ 1º **A atuação do IBGE se exercerá mediante a produção direta de informações e a coordenação e orientação e o desenvolvimento das atividades técnicas** dos sistemas estatístico e cartográfico nacionais (Constituição art. 8º, item XVII, alínea u e Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, art. 39, item V).
[...]

Art. 5º É instituído o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, como instrumento de orientação e coordenação das atividades de produção das informações destinadas à consecução do objetivo constante do artigo 2º.

§ 1º As informações constantes do Plano a que se refere este artigo serão de **responsabilidade do IBGE, podendo este**, para assegurar a sua exatidão e regularidade do seu fornecimento, **avocar a produção de informações compreendidas na competência de órgãos sob sua coordenação técnica**.

§ 2º Será submetido, dentro de um ano, à aprovação do Chefe do Poder Executivo, **o Plano Geral de informações Estatísticas e Geográficas, que incorporará o Plano Nacional de Estatísticas Básicas**. (BRASIL, 1973)

O decreto nº 74.084 de 1974 aprovou uma edição do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, definiu as informações que deveriam conter e as fontes de dados às quais se deveria recorrer para a produção de tais planos.

Art. 2º. O Plano de que trata o artigo 1º, de responsabilidade da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, compreende o conjunto de informações estatísticas, geográficas, cartográficas, geodésicas, demográficas, socioeconômicas, de recursos naturais e de condições do meio-ambiente, inclusive poluição, necessárias ao conhecimento da realidade física e econômica e social do País em seus aspectos considerados essenciais ao planejamento econômico e social e à segurança nacional.

Art. 3º. As informações a que se refere o artigo 2º serão levantadas de acordo com o elenco de tópicos constantes de **Anexo a este Decreto**.

Art. 4º. As informações a serem produzidas de acordo com o Plano de que trata o artigo 1º serão apresentadas segundo esquema em que se relacionem, distintamente, **os levantamentos primários** (apurações de registros ou de levantamentos diretos), **os dados derivados** (resultantes de elaboração com base nos levantamentos primários), os levantamentos cartográficos (levantamentos geodésicos, mapeamentos em escalas topográficas, mapas gerais e mapeamentos temáticos), os estudos e pesquisas geográficas, de recursos naturais, de meio ambiente (inclusive poluição) e demográficas. (BRASIL, 1974)

O decreto lei avança no detalhamento das atribuições do IBGE como coordenador dos processos de definição dos planos estatísticos e de sua execução, em seu artigo sétimo.

Art. 7º. Sem prejuízo do disposto no artigo 5º, a orientação, coordenação e desenvolvimento, em todo o território nacional, das atividades técnicas do plano de que trata o artigo 1º, cabem ao IBGE que expedirá a respeito, instruções e normas operacionais:

§ 1º. A orientação e coordenação prevista neste artigo serão exercidas pelo IBGE através das seguintes medidas de caráter programático, a serem por ele progressivamente implementadas:

a) **exame do programa anual das atividades específicas dos Sistemas Estatístico e Cartográfico Nacionais**, respeitando, quanto a este, o disposto no Decreto-lei nº 243, de 28 de fevereiro de 1967, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973;

b) **acompanhamento da elaboração da proposta orçamentária da União**, em relação aos projetos **dos diversos órgãos ou entidades integrantes** dos referidos sistemas;

c) presença de representantes próprios juntos aos órgãos e entidades públicas ou privadas a que tiver sido delegada a produção de informações na forma prevista no § 2º deste artigo;

d) **estudo conjunto das necessidades do País no concernente às informações** a que se refere o artigo 2º, em **reuniões periódicas**, com os representantes dos diversos órgãos ou entidades integrantes dos referidos Sistemas.

§ 2º. **A produção**, propriamente dita, das informações a que se refere o artigo 2º, pode sempre que for julgado conveniente, **ser delegada a outras entidades públicas e privadas, mediante acordos, convênio** e contratos, nos termos do disposto no artigo 8º, da Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, assegurada, pelos meios indicados, a observância das normas técnicas exigidas. (BRASIL, 1974)

O Decreto nº 77.624 de 17 de maio de 1976 dispôs sobre a utilização, pelo IBGE, de dados informativos de origem governamental na produção de informações e estudos de interesse do planejamento econômico e Social e da segurança nacional. Este decreto aponta para o compartilhamento de bases de dados, para sua padronização e para o que hoje se caracterizaria como parte das ações de coordenação junto aos integrantes do SEN na produção de informações. Destaque-se que os presidentes do IBGE identificaram esse

intercâmbio de bases, com esforços de harmonização, como um ponto relevante a ser alcançado como perspectiva de futuro de um SEN que viabilize o atendimento mais completo às demandas da sociedade (SENRA, FONSECA e MILLIONS (2016)).

Art. 1º na conformidade do disposto na Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, **ao IBGE será dado acesso às informações estatísticas existente nos órgãos e entidades da administração federal civil, direta e indireta, e nas fundações supervisionadas, para a produção de informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica e demográfica** necessários ao conhecimento de realidade física, econômica e social do País, visando especialmente ao planejamento econômico e social e à segurança nacional.

§ 1º **Nos casos em que houver sigilo** a ser resguardado tal circunstância será prévia e expressamente comunicada ao IBGE pelo órgão, entidade ou fundação fornecedor dos dados.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, **O IBGE dará tratamento especial aos dados recebidos** sendo o responsável pela rigorosa observância do disposto no artigo 6º da Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, e no parágrafo único do artigo 1º da Lei 5.534, de 14 de novembro de 1968.

Art. 2º caberá ao IBGE a expedição das normas que forem necessárias à **uniformização de conceitos ao uso de classificação comum e à manutenção de metodologia uniforme de coleta, com vistas à compatibilização dos registros** com os princípios da legislação em vigor sobre os Sistemas Estatístico e Cartográfico Nacionais e o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas. (BRASIL, 1976)

Através do decreto presidencial nº 4.740 de 13 de junho de 2003, foi aprovada a versão do estatuto do IBGE, vigente no período desta pesquisa. Em seu artigo primeiro, define a natureza e a finalidade da instituição e sua competência no que diz respeito ao Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas. Define periodicidade máxima de 5 anos para a realização das conferências nacionais para consulta à sociedade e a proposição de revisões periódicas do PGIEG pelo IBGE.

Art. 1º A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, fundação pública, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, instituída nos termos do Decreto-Lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967, com duração indeterminada, e sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, rege-se pela Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973, por este Estatuto e demais disposições que lhe sejam aplicáveis.

Art. 2º A Fundação IBGE **tem como missão retratar o Brasil, com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania, por meio da produção, análise, pesquisa e disseminação de informações de natureza estatística - demográfica e sócio-econômica, e geocientífica - geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental.**

Art. 3º Compete à Fundação IBGE, ainda:

I - **propor a revisão periódica do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas**, criado pela Lei nº 5.878, de 1973, **após consulta à sociedade por meio da promoção das Conferências Nacionais de Estatística - CONFEST** e de Geociências - CONFEGE, a serem realizadas em intervalos não superiores a cinco anos;

II - **atuar** nos Planos Geodésico Fundamental e Cartográfico Básico, criados pelo Decreto-Lei nº 243, de 28 de fevereiro de 1967, e no Sistema Estatístico Nacional, mediante **a produção de informações e a coordenação das atividades técnicas**, em consonância com o Plano Geral de Informações Estatísticas e

Geográficas - PGIEG, sob sua responsabilidade, instituído pela Lei nº 5.878, de 1973, e aprovado pelo Decreto nº 74.084, de 20 de maio de 1974; e

III - **acompanhar a elaboração da proposta orçamentária** da União referente ao previsto no **Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas**. (BRASIL, 2003)

A portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004 do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, aprovou o Regimento Interno da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE que, no que diz respeito aos planos estatísticos, reflete o teor do estatuto. Ambos destacam a revisão periódica dos planos estatísticos e a realização das conferências a intervalos de tempo não maiores do que cinco anos.

Portanto, o marco legal estatístico vigente, estabelece procedimentos, referentes aos planos, que não se viabilizam na prática. Também, a letra da lei determina assegurar recursos para as estatísticas oficiais e o compartilhamento das bases de dados para fins estatísticos e ambos os aspectos foram mencionados em depoimentos de ex-presidentes do IBGE, como dificuldades enfrentadas no período de estudo. Essas constatações são particularmente importantes, tendo em vista o interesse que as gestões mais recentes do IBGE vêm manifestando em rever essa legislação.³⁷

3.4 INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA: SINERGIAS E CONTROVÉRSIAS

As definições legais fundamentais que dispõem sobre o SEN brasileiro, o IBGE e sobre os planos estatísticos foram concebidas nas décadas de 1960 e 1970. Os cenários social, político, econômico, cultural e informacional se alteraram fortemente desde então.

No País, naquelas décadas, prevaleceu o regime de governo ditatorial. O panorama social e econômico, desde então, sofreu mudanças radicais. Por exemplo, o percentual de população com moradia em situação rural em 1970 era expressivamente superior ao atual (de 44,0% frente a 15,6%), de acordo com as informações dos Censo Demográficos de 1970 e 2010³⁸. Do ponto de vista educacional, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios de 1992, portanto, em torno de vinte anos após à concepção da legislação, registravam 24,2% das crianças e adolescentes, com idades de 5 a 17 anos, fora da escola. Na realização da mesma pesquisa em 2015 registraram-se percentuais marcadamente

³⁷ Paulo Rabello deu início à articulação com esse objetivo. Entrevista referente ao tema está disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/295/fala_2016_n14_maio_set.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.

³⁸ Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=series-historicas>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

inferiores; 15,7% das crianças com 4 a 5 anos de idade, 1,4% daquelas com idades de 6 a 14 anos e 15% dos jovens com 15 a 17 anos de idade.

Acrescentem-se, no campo da informação e da comunicação, alterações, incluindo mudanças de paradigma consistentes com o cenário informacional global, comentado na seção inicial deste capítulo. A concepção da letra da lei estatística brasileira antecede, portanto, o tempo do uso da expressão “sociedade da informação”, incluindo a consolidação da rede internet. Até mesmo apenas dentro do período do presente estudo verificou-se, no Brasil, a ampliação do percentual de pessoas com acesso à internet de 34,8% em 2008 para 57,5% em 2015. Cresceu, também, a participação de domicílios com microcomputadores com acesso à internet (16,75% em 2006 para 40,47% em 2015).

A legislação estatística vigente é anterior ao ano de 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal, já no contexto da redemocratização do País. Cardoso (2016) destaca aspectos da Constituição que dizem respeito a institucionalização do controle da sociedade sobre a gestão de políticas públicas, criando espaços públicos não estatais, como os conselhos de políticas públicas. Essa é uma diretriz a ser observada numa eventual revisão do marco legal estatístico, uma vez que a governança das estatísticas nacionais requer desenho de política pública específico, devendo, de acordo com os preceitos constitucionais, se beneficiar dessas ações de controle social, em prol de aprofundamento de transparência e *accountability*.

Malin (1998) cita o movimento de Reforma do Estado das décadas de 1980 e 1990 e duas características emblemáticas: a transição da rigidez da administração burocrática para uma administração gerencial e a redistribuição de competências e recursos de coordenação entre diferentes níveis organizacionais e institucionais, governamentais e não-governamentais. Ademais destaca que a Constituição, coerentemente com o artigo 19 da Declaração Universal de Direitos Humanos³⁹, assegura o direito e o acesso à informação, referindo-se, também, às tendências internacionais.

O momento de desenho da legislação estatística vigente antecede, ainda, a percepção de Malin (1998), sobre a baixa prioridade atribuída pelo Estado brasileiro a um necessário olhar integrado e consistente sobre políticas de informação. A autora defendia considerar aspectos essenciais tais como os impactos de utilização da informação e mecanismos para assegurar transparência. Propunha atuação para além do foco em tecnologia. A autora identificou, nesse cenário, o que denominou de “mal-estar informacional”.

³⁹ Disponível em <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

A inserção do Brasil na sociedade da informação segue caminho contrário e paradoxal: ao lado da fácil aceitação dos aparatos tecnológicos, há uma resistência silenciosa mas tenaz às práticas necessárias para produzir e organizar as informações. [...]

A introdução das tecnologias de informação no âmbito do setor público se deu, até hoje, sem um pronunciamento político a seu respeito. As tentativas de coordenação das ações na área têm sido reiteradamente rechaçadas. (MALIN, 1998, 32 e 33)

No mesmo contexto, a autora cita José Maria Jardim (1998, apud MALIN, p. 32)⁴⁰ que se referia ao “caos informacional da administração pública na sua teia de estruturas organizacionais e nos contenciosos legais entre seus aparelhos”. Comenta, também, “Nesse frouxo regime de informação, os órgãos tendem a se relacionar com suas informações como se estas fossem objeto de apropriação privada” (MALIN, 1998, p. 33).

Essas assertivas relacionam-se a uma das questões mais importantes para a eficiência da produção das estatísticas definidas nas agendas (ou planos, nos termos das leis), o compartilhamento de registros públicos para fins estatísticos, que é estabelecido no marco legal vigente e, ainda assim, segue sendo uma questão controversa a superar. Os ex-presidentes do IBGE entrevistados em Senra, Fonseca e Millions (2016), cujas gestões se deram no período de pesquisa, ratificaram a limitação no acesso aos registros como uma questão a ser suplantada.

Para Malin (2012), até a promulgação da Lei de Acesso à Informação, LAI, em 2011, 23 anos após o lançamento de sua carta magna, o Brasil mantinha-se fora de concepção informacional global relacionada ao direito à informação. Destaca que a LAI foi a resposta a movimentos da sociedade civil, decisões e políticas de Estado e de pressões internacionais.

A aprovação da Lei nº 12.527 – Lei de Acesso à Informação (LAI) – no Brasil representa a adesão do país a um novo regime de informações, mais precisamente, ao regime jurídico de direito à informação pública que vem se manifestando globalmente através de leis nacionais e supranacionais, com força reestruturante da ordem social e política brasileira a ser monitorada e estudada (MALIN, 2012, p. 2).

Avalia que é arrojada a LAI brasileira por promover a adoção de padrões de dados abertos para divulgação das informações do setor público. Também, avalia como avançada a abrangência das entidades alcançadas pela LAI, incluindo várias instâncias do setor público e entidades privadas com financiamento público.

Esclareça-se que o IBGE, como toda organização da administração pública no País está sujeito a cumprir as demandas da sociedade por informações, documentos ou esclarecimentos, conforme a LAI, resguardado, no entanto seu compromisso com o sigilo

⁴⁰ JARDIM, J.M. Os arquivos (in)visíveis: a opacidade informacional do Estado brasileiro. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, IBICT/UFRJ, 1998.

estatístico. A LAI é destacada aqui em razão de ser indicativo de uma relação do País com a transparência da informação que dista, em muito, daquela em vigor quando da concepção das leis estatísticas no Brasil.

Em que pese a adoção da LAI no País, que poderia apontar cenário de participação social mais amplo e visão mais totalizante sobre a informação pública no Brasil, é notória a dificuldade de acesso a registros administrativos para uso estatístico, denotando que a adoção da LAI não se reveste de sinergia suficiente para avanço nesse campo.

Essa dificuldade é ratificada por um evento recente – a articulação para a construção do eSocial, proposto para reunir bases de dados provenientes de registros administrativos, algumas delas com tradição de uso para fins estatísticos. O eSocial propicia a racionalização de preenchimento de diversos formulários para o governo brasileiro, unificando-os em um único instrumento. O portal do projeto apresenta a seguinte definição.

É um novo sistema de registro, elaborado pelo Governo Federal, para facilitar a administração de informações relativas aos trabalhadores. De forma padronizada e simplificada, o novo eSocial empresarial vai reduzir custos e tempo da área contábil das empresas na hora de executar 15 obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas. Todas as informações coletadas pelas empresas vão compor um banco de dados único, administrado pelo Governo Federal, que abrangerá mais de 40 milhões de trabalhadores e contará com a participação de mais de 8 milhões de empresas, além de 80 mil escritórios de contabilidade.⁴¹

O projeto eSocial é uma ação conjunta dos seguintes órgãos e entidades do governo federal: Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Ministério do Trabalho. As informações prestadas ao eSocial, se propõe, substituirão o atendimento das organizações e cidadãos a diferentes bases de dados, sendo este o caso da Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP), do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados para controlar as admissões e demissões de empregados sob o regime da CLT (CAGED) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) entre outras listadas no mencionado portal.

Em especial, o CAGED e a RAIS possuem aplicação estatística sobre mercado de trabalho, assim como são utilizados pelo IBGE na atualização de seu cadastro para a realização de pesquisas pertinentes ao domínio Estatísticas Econômicas da CIE. O fato do IBGE não ter integrado o grupo de instituições envolvido nessa construção desde o lançamento do projeto provoca reflexão.

Um acontecimento dessa ordem ratifica a ausência de olhar integrado sobre as políticas de informação no País, assim como pode indicar que o mal-estar informacional

⁴¹ Disponível em <<http://portal.esocial.gov.br/institucional/conheca-o>>. Acesso em: 20 abr. de 2018

designado por Malin, no final da década de 1990, persiste exatamente no sentido da não consideração das múltiplas aplicações da informação pública.

O IBGE propôs, com vistas a avançar em direção a uma abordagem estratégica sobre informação e no compartilhamento de bases de dados, a criação de sistema integrado de informações oficiais, incluído no Plano Plurianual do período 2016-2019, conforme indicado no objetivo e iniciativas, transcritos abaixo. Não há notícias de avanços em direção a este sistema.

OBJETIVO:1160 - Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Órgão Responsável:

[...]

Iniciativas

06LU - Implementação da Infraestrutura do Sistema Nacional de Informações Oficiais promovendo a organização e articulação das instituições envolvidas e dos dados por elas produzidos.

[...]

06LW - Implantação do Portal Nacional de Informações Oficiais, plataforma web de acesso ágil, completo e integrado aos dados e respectivos metadados do sistema de informações oficiais.⁴²

Cardoso (2016), diante das indicações Constitucionais, no que diz respeito à gestão participativa de políticas públicas no Brasil, sugere fóruns de debate de políticas públicas referente, também, às estatísticas oficiais.

[...] Um espaço público não estatal, onde a sociedade tenha a possibilidade de influir nas decisões sobre a forma de acesso aos dados estatísticos, sobre as prioridades nas estatísticas a serem disponibilizadas e sobre todos os aspectos relacionados à gestão da produção e disseminação de dados estatísticos, constitui um espaço importante para que o sistema seja transparente e para que as estatísticas públicas possam ser vistas também como um espaço de disputas e que a sociedade possa usá-las como um instrumento da atitude crítica ao poder (CARDOSO, 2016, pp. 46-47).

O enfoque crítico da autora estimula reflexão mais abrangente em eventual contexto de atualização da legislação estatística. Sua sugestão atenderia aos requisitos de transparência e *accountability*, assim como na escuta mais ampliada, poderia propiciar agendas estatísticas mais inclusivas, com respeito ao direito às estatísticas oficiais e respectiva oferta de visibilidade, a qual se associam aplicações como forças constitutivas da sociedade, conforme destacado anteriormente.

O recente processo de atualização do marco legal do SEN de Portugal culminou com a promulgação de nova legislação em 2008 e merece atenção. Foi feita a opção por explicitar

⁴²Disponível em <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/planeja/plano-plurianual>>. Acesso em: 20 abr. de 2018.

a dimensão de boas práticas em estatística, reforçando ambiente favorável, ao cumprimento do código acordado. A lei portuguesa contém inovação ao explicitar, no instrumento legal, valores presentes no texto dos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais e nos códigos de boas práticas em estatísticas da União Europeia, a exemplo do conteúdo do Artigo quinto, do capítulo II.

Artigo 5.º Independência técnica

1 — As estatísticas oficiais são produzidas com independência técnica, sem prejuízo do cumprimento das normas emanadas do Sistema Estatístico Nacional ou do Sistema Estatístico Europeu.

2 — A independência técnica consiste no poder de definir livremente os métodos, normas e procedimentos estatísticos, bem como o conteúdo, forma e momento da divulgação da informação.⁴³

Como reforça a experiência brasileira, em que se verificaram definições legais que não se configuram em prática, uma ação dessa natureza pode não ser suficiente para a efetiva adesão a tais valores. De todo modo, tem forte simbolismo a inclusão desses últimos no texto legal. Além de apontar que a reponsabilidade por tornar tais valores efetivos, no âmbito das estatísticas oficiais, é dos integrantes e responsáveis pelo SEN, a letra da lei propicia, à sociedade portuguesa como um todo, a possibilidade de, sobre a adoção e prática dos mencionados valores, exercer a vigilância cidadã.

Assim, a análise dos contextos sinalizou tanto elementos favoráveis quanto desfavoráveis à dinâmica das agendas que se proponha conduzir em direção aos valores de amplo direito à informação, na presença de transparência e *accountability*.

Foram observadas influências globais que incluíam a força da rede internet, a desigualdade socioeconômica e a velocidade e fragmentação das relações sociais, próprias do capitalismo em sua forma mais avançada. O monitoramento de agenda mundial para melhoramento das condições de vida no planeta, bem como a profusão de bases de dados, está no entorno das estatísticas.

No panorama nacional dois momentos bem demarcados foram notados no período de estudo, sob o ponto de vista sociopolítico, antes e após as manifestações de 2013. As estatísticas nacionais se firmaram internacionalmente, houve avanços no uso da tecnologia e aprimoramento de sua produção, ocorrendo também o enfrentamento de limitações no campo orçamentário e do uso de bases de dados administrativas, condicionantes importantes para as decisões sobre as agendas estatísticas.

⁴³ PORTUGAL, Lei do Sistema Estatístico Nacional, Instituto Nacional de Estatística. Disponível em <https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cont_inst&INST=53870&xlang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2017.

Os exames da legislação estatística e de tópicos do regime de informação pública nacional permitiram avançar na compreensão da necessidade de atualização do marco legal estatístico e identificar fatores constitutivos da gestão pública da informação, com potencial para impactar as decisões referentes às agendas e à atualização da lei e sua efetiva aplicação. Adicionalmente, foram vistos indicativos da inexistência de olhar estratégico sobre as informações públicas no País em que as estatísticas oficiais fossem parte integrante.

4 DA GOVERNANÇA ÀS (IN) VISIBILIDADES: BRASIL DE 2006 A 2016

As agendas são instrumentos que orientam a produção de estatísticas, definindo os tópicos a serem contemplados nos programas de trabalho das agências integrantes dos Sistemas Estatísticos. Também determinam parte significativa da visibilidade propiciada pelas estatísticas oficiais a questões da vida em sociedade, assim como a recortes populacionais ou territoriais.

No Brasil, em que pese a letra da lei estatística no que concerne aos planos não seja cumprida, a produção de estatísticas oficiais tem se orientado sobre a dinâmica que mantém a agenda permanentemente atualizada, de acordo com as demandas por estatísticas oficiais identificadas. Schwartzman (1996b) descreve os termos do texto legal e ratifica a autoridade do IBGE para a condução do alinhamento de demandas para a produção estatística.

A legislação brasileira (lei 6183, de 11/12/74) dá ao IBGE a responsabilidade de coordenar o sistema estatístico nacional. A suposição é que, primeiro, existe um sistema estatístico nacional, definido através de um Plano Nacional de Estatísticas Básicas e um Plano Nacional de Informações Estatísticas e Geográficas a ser orientado, coordenado e desenvolvido pelo IBGE; e, segundo, que o IBGE tem a capacidade técnica e a autoridade formal de exercer esta coordenação, em relação aos demais órgãos da administração pública (SCHWARTZMAN, 1996b, p. 1).

O mesmo autor pondera sobre a complexidade da realidade e sobre o caráter imperativo da contínua atenção sobre as diferentes demandas por parte do IBGE.

[...] trabalho permanente de negociações e busca de consenso que cabe ao IBGE exercer, não de forma impositiva, mas através de um trabalho permanente de diálogo e análise sobre a natureza e a necessidade de informações, em conjunto com outras entidades e instituições (SCHWARTZMAN, 1996b, p. 1).

Cabe registrar, adicionalmente, que seja em razão da letra da lei, seja pela legitimidade de que desfruta para atuar como coordenador do Sistema Estatístico (SENRA, 1998) ou pela credibilidade que lhe é atribuída (CARDOSO, 2017b), é central a atuação do IBGE na condução da dinâmica para o delineamento das agendas.

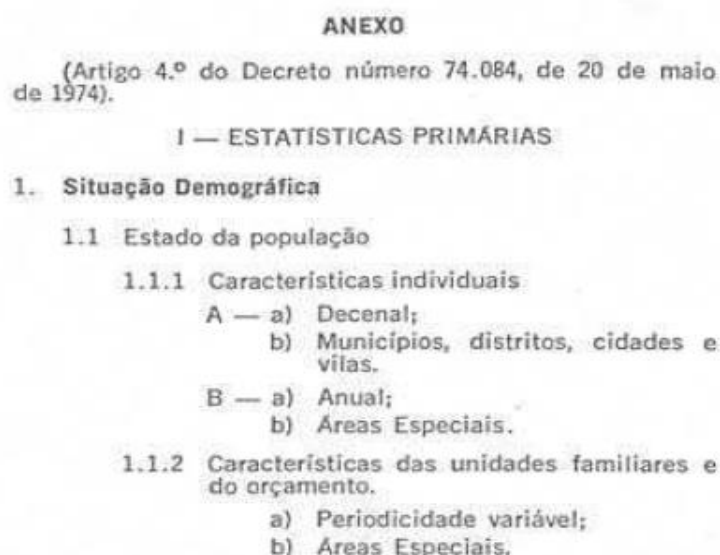
As agendas estatísticas apresentam-se, em geral, sob a forma estruturada de lista de tópicos que, corresponde a um SOC que representa os assuntos alvos de mensuração. Há casos em que se incluem, para cada item que integra a cobertura temática, as especificações da abrangência geográfica e da periodicidade das investigações estatísticas.

A figura 3 apresenta, a título de esclarecimento do que aqui se denomina uma agenda estatística, a primeira página do Plano Geral de Informações Estatísticas brasileiro, publicado em 1974.

Neste plano, o tópico “Características Individuais” que integrava o subtema “Estado da População”, do tema “Situação Demográfica”, era proposto para investigação a cada 10 anos em

“Municípios, vilas e cidades” e, a cada ano, em “Áreas especiais”. Assim, tal apresentação da agenda coincidia com uma estrutura de classificação da cobertura temática a cumprir, distinguindo-se facetas, conforme definidas em Hjørland (2008), relacionadas à temporalidade e à espacialidade, para a categoria temática de nível mais elementar.

Figura 3: Fragmento do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, Brasil, 1974



Fonte: IBGE.⁴⁴

A última proposta de plano estatístico oficial nacional, com algum grau de formalização, nos termos dos instrumentos legais, é parte do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas - PGIEG de 1992. No texto de apresentação do documento, o então presidente do IBGE destacou a construção participativa do plano e seu caráter orientador do SEN.

A proposta do Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas – PGIEG-, divulgada neste documento, resulta de amplo processo de discussão que teve curso nos últimos meses, em que se procurou identificar as demandas de informações pelos mais diversos segmentos da sociedade brasileira.

O PGIEG é um importante instrumento de gestão dos processos de produção das estatísticas econômicas, sociais e demográficas e de informações geocientíficas. O referido plano deverá, nos próximos anos, orientar a atividade das instituições que compõem o Sistema Estatístico Nacional, bem como a produção de informações geocientíficas pelo IBGE.

Rio de Janeiro 09 de janeiro de 1992, Eduardo Augusto Guimarães, Presidente do IBGE (IBGE, 1992)⁴⁵

⁴⁴ Disponível em <http://www.ibge.gov.br/confest_e_confega/anexo_decreto_74084>. Acesso em: 10 dez. 2017.

⁴⁵ Disponível em <http://www.ibge.gov.br/confest_e_confega/pgieg_1992.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2017.

A proposta de plano de 1992 é apresentada segundo duas lógicas distintas, uma que privilegia as fontes de informação e outra que privilegia temas e a eles associa facetas, correspondentes à periodicidade de divulgação das estatísticas, à sua cobertura geográfica e à instituição responsável por sua realização. Um fragmento do sumário deste plano compõe a figura 4, assinalando ambas as formas de organização.

Figura 4: Fragmento da Proposta de Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, sumário, Brasil, 1992

SUMÁRIO	
I PESQUISAS POR ÁREA TEMÁTICA.....	11
1 Características Demográficas e Sócio-Econômicas da População...	11
2 Agropecuária, Extração Vegetal e Pesca	13
3 Indústria	14
4 Serviços	14
5 Preços	15
6 Agregados Macroeconômicos	16
II DESCRIÇÃO DAS PESQUISAS.....	18
1 Censo Demográfico	18
2 Estatísticas do Registro Civil.....	19
3 Estatísticas sobre as Separações Judiciais e Divórcios.....	21
4 Contagem Rápida de População.....	22

Fonte: IBGE.

A figura 5 apresenta fragmento da proposta de plano, segundo área temática.

Figura 5: Fragmento da Proposta de Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, apresentação segundo área temática, Brasil, 1992

I PESQUISAS POR ÁREA TEMÁTICA	
1 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SÓCIO-ECONÔMICAS DA POPULAÇÃO	
1.1	CENSO DEMOGRÁFICO Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Decenal
1.2	ESTATÍSTICAS DO REGISTRO CIVIL Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Trimestral
1.3	ESTATÍSTICAS SOBRE SEPARAÇÕES JUDICIAIS E DIVÓRCIOS Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Trimestral
1.4	CONTAGEM RÁPIDA DE POPULAÇÃO Entidade Responsável: IBGE Abrangência Geográfica: Todo o Território Nacional Periodicidade: Decenal

Fonte: IBGE.

Os planos assim definidos estabeleceriam as entidades responsáveis por produzir as estatísticas e, por decorrência, propiciariam a composição institucional do Sistema Estatístico.

Exemplificando, além do IBGE, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), produz estatísticas sobre educação, respondendo, entre outras bases, pelo Censo Escolar. Também, o Banco Central produz estatísticas de Balanço de Pagamentos. Ambos os produtores, ao lado de outros, são propostos para viabilizar agendas estatísticas, pelo menos, desde o último plano legalmente estabelecido, aquele de 1974. Como o INEP e o Banco Central respondiam por categorias temáticas do último plano publicado de acordo com a legislação em vigor, estariam, sob esse critério, credenciados a serem intitulados como Instituições integrantes do SEN.

Observe-se que, após a publicação da proposta de PGIEG em 1992 pelo IBGE, ocorreram, conforme observado no capítulo anterior, três realizações das Conferências, em 1996, 2006 e 2016, para o debate e definição de rumos das estatísticas nacionais, além de inúmeras outras articulações no campo da governança. No entanto, os planos decorrentes das três conferências não foram publicados ou formalmente propostos.

A inexistência de publicação regular de agendas para o SEN brasileiro priva a sociedade de transparência sobre o instrumento orientador da produção estatística nacional. Adicionalmente, esta situação de falta de explicitação das agendas implica a falta de clareza para designação das instituições que integram o SEN (SENRA, 2006).⁴⁶

Fato é que as agendas existem e são efetivadas – estatísticas são produzidas e (in) visibilidades são atribuídas. Para compreender a dinâmica que resulta nas estatísticas ofertadas à sociedade brasileira, apesar da inexistente publicação de agendas, através da pesquisa empírica, instâncias de governança e atores foram identificados e analisados e, no que diz respeito ao conteúdo das agendas, foram levantados os registros de debates e de demandas referentes à produção estatística, bem como das (in) visibilidades.

4.1 PARA COMPREENDER A DINÂMICA DAS AGENDAS NO BRASIL

O percurso metodológico consistiu, inicialmente, em busca exploratória por registros documentais que teve por objetivo identificar instâncias (canais, espaços e eventos) de governança, com potencial para alimentar debates e decisões sobre as agendas estatísticas oficiais no País no período 2006-2016.

⁴⁶ O Anuário Estatístico do Brasil reúne resultados de estatísticas nacionais anualmente, definidas sob o conceito e autoridade do IBGE em seu papel de coordenador do SEN. Trata-se de consolidação a posteriori da realização dos levantamentos. Envolve a colaboração de diferentes “parceiros” institucionais, termo utilizado no próprio Anuário. O último volume foi consultado em março de 2018 no link <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720>>.

Foram identificadas instâncias constituídas legal ou formalmente e respectivos objetivos. Nesse contexto exploratório foi encontrado um detalhado levantamento, realizado pelo IBGE, de variadas formas de interações, com diferentes organizações, estatais ou não. O registro das citadas interações, assim como das instâncias de governança, propiciou um panorama abrangente de ações e articulações vinculadas ao IBGE, realizadas junto a potenciais integrantes do SEN brasileiro e a atores do seu entorno.

O estudo sobre os atores foi realizado a partir de análise documental sob dois enfoques. O primeiro consistiu na observação comparada de categorias de atores e as respectivas participações nas seguintes instâncias de governança: Encontros Nacionais de Usuários e Produtores de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais de 2006 e 2016 e as diferentes realizações, desde 2006 a 2015, do fórum de discussão da reformulação das pesquisas domiciliares produzidas pelo IBGE. Uma taxonomia foi construída, com o objetivo de possibilitar a observação comparativa das participações das diferentes categorias de atores nessas instâncias.

O segundo enfoque do estudo sobre os atores consistiu na observação dos relacionamentos com o IBGE. Para distintas categorias de atores, os tipos de interações realizadas, conforme identificadas no levantamento organizado pelo IBGE, foram analisadas. É apresentado complemento da análise, iniciada no capítulo anterior a título de contextualização, dos depoimentos prestados por dois ex-presidentes que conduziram o IBGE no período de estudo, encontrados no livro “O desafio de retratar o país”, organizado por Senra, Fonseca e Millions (2016).

A pesquisa referida ao conteúdo das agendas estatísticas foi direcionada à dimensão da cobertura temática, tendo em vista a centralidade dessa dimensão na definição das agendas e, também, a disponibilidade da Classificação de Informações Estatísticas, CIE, homologada em 2015, que funcionou como um instrumento de tradução das diferentes coberturas temáticas correspondentes às discussões ou demandas registradas em diferentes instâncias de governança, ao longo do período 2006-2016.

O levantamento e a análise comparativa dos Encontros, fóruns e interações levantadas pelo IBGE se constituíram no primeiro enfoque do estudo da cobertura temática. A segunda e terceira vertentes trataram visibilidades e invisibilidades o domínio Estatísticas Sociais da CIE, a partir da análise da documentação referente ao Comitê de Estatísticas Sociais no período de 2008 a 2015.

A busca por visibilidades para outros domínios da CIE levou ao portal do Banco Central, onde foi encontrado registro referente ao domínio da CIE, Estatísticas Econômicas.

O conteúdo do quadro 7 corresponde à sistematização dos diferentes enfoques e correspondentes etapas do percurso empírico efetivado.

Quadro 7: Sistematização do percurso empírico: elementos da dinâmica de definição das agendas, enfoques pesquisados e caracterização das etapas da pesquisa realizada, segundo período de referência, método da investigação e fontes consultadas

(continua)

Elementos da dinâmica de definição de agendas	Enfoques pesquisados	Caracterização das etapas da pesquisa realizada
Instâncias para a Governança	Instâncias estabelecidas legalmente ou formalmente Interações levantadas pelo IBGE	Período: 2006-2016; Método: Exploratório; Fontes: -Legislação estatística brasileira; - Estatuto e Regimento Interno do IBGE; - Portal do IBGE; - Planejamento Estratégico do IBGE 2012- 20150. Período: 2006-2016; Método: Análise exploratória de documentos; Fontes: -Levantamento realizado pelo IBGE em 2013.
Atores	Construção de Taxonomia Participações em instâncias de Governança	Período: 2006-2016; Método: Análise de documentos e revisão bibliográfica sobre taxonomias pré-existentes; Fontes: - Programações detalhadas do II e III Encontros (2006 e 2016); - Tabela de Naturezas Jurídicas; - Guidelines UN em qualidade. Período: 2006-2016; Método: Análise de documento, seguida de quantificação e respectiva análise; Fontes: -Taxonomia de atores customizada para os objetivos da pesquisa; - Programações detalhadas do II e III Encontros (2006 e 2016); - Informes referentes às 15 realizações do Fórum do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares.

Quadro 7: Sistematização do percurso empírico: elementos da dinâmica de definição das agendas, enfoques pesquisados e caracterização das etapas da pesquisa realizada, segundo período de referência, método da investigação e fontes consultadas

(final)

Elementos da dinâmica de definição de agendas	Enfoques pesquisados	Caracterização das etapas da pesquisa realizada
Atores	Sinergias	Período: 2006-2016; Método: Exploratória; Fontes: Levantamento das interações realizado pelo IBGE.
	Sinergias e Controvérsias	Período: 2006-2016; Método: Exploratória; Fontes: Levantamento das interações realizado pelo IBGE.
Cobertura temática: debates; demandas e registros de (in) visibilidades a partir da produção de estatísticas no SEN	Cobertura temática em instância de governança	Período: 2006-2016; Método: Análise de documento, seguida de quantificação e respectiva análise; Fontes: -Classificação de Informações Estatísticas; -Programações detalhadas do II e III Encontros (2006 e 2016); -Informes referentes às 15 realizações do Fórum do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares.
	Cobertura temática das interações	Período: 2006-2016; Método: Análise de documento, seguida de quantificação e respectiva análise; Fontes: -Classificação de Informações Estatísticas; -Levantamento das interações realizado pelo IBGE em 2013.
	Registro das visibilidades através de estatísticas do SEN	Período: 2008-2015; Método: Análise de documento, seguida de quantificação e respectiva análise; Fontes: -Classificação de Informações Estatísticas; -Portal do Comitê de Estatísticas Sociais; -Portal do IBGE; -Portal do Banco Central.
	Registro de invisibilidades	Período: 2011-2015; Método: Análise de documentos; Fontes: -Portal do Comitê de Estatísticas Sociais; - Informes referentes às 15 realizações do Fórum do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares; - Levantamento de interações pelo IBGE.

Fonte: Elaboração própria.

4.2 INSTÂNCIAS PARA A GOVERNANÇA

Circunscritas ao período 2006-2016, as instâncias que propiciam ações de governança registradas em documentação fundamentalmente associada ao IBGE foram estudadas. Foram explorados documentos focalizados na gestão das estatísticas oficiais, assim como outros mais abrangentes, associados ao âmbito da administração pública federal brasileira.

Tendo em vista o papel coordenador legalmente e legitimamente atribuído ao IBGE em relação à produção das estatísticas brasileiras, a investigação documental foi iniciada na análise de seu portal para a busca de tópicos referentes à configuração das agendas estatísticas.⁴⁷

A exploração do portal resultou num conjunto de endereços eletrônicos que propiciaram enlaces para a observação de diferentes questões de interesse desta dissertação. Tais enlaces são apresentados na medida em que seu conteúdo seja focalizado. Cabe, ainda, o destaque para o texto do Planejamento Estratégico do IBGE no período 2012-2015 (IBGE, 2012), especialmente como ponto de partida para a identificação de diferentes instâncias de governança.

Este primeiro enfoque da investigação consistiu, então, em identificar e caracterizar os espaços, ações ou instrumentos de governança, com potencial para estarem implicados na dinâmica das agendas do SEN brasileiro no período 2006 a 2016. Constituiu-se em etapa exploratória que levou à localização, a partir do documento referente ao Planejamento Estratégico do IBGE 2012-2015, de levantamento datado de abril de 2013, contendo interações diversas entre a instituição e diferentes atores, registrado como:

Objetivo Estratégico 01.02. Implementar uma política de relações institucionais, com órgãos nacionais, visando fortalecer as atividades de coordenação técnica e de gestão de parcerias e alianças estratégicas com diferentes órgãos produtores e usuários de informações.

Meta 01.02.02. Estabelecer, em 2013, quadro de acompanhamento das parcerias e cooperações nacionais do IBGE, com vistas à avaliação da pertinência, ao acompanhamento e ao provimento de informações. (IBGE, 2013)⁴⁸

Tal levantamento contribui de forma marcante para a percepção do dinamismo inerente à definição das agendas estatísticas oficiais, que se materializam nos levantamentos estatísticos realizados.

⁴⁷ Note-se que no transcorrer da realização da pesquisa o portal do IBGE sofreu reformulação radical. A nova versão foi disponibilizada experimentalmente, com um vínculo de condução para a versão antiga. Este enlace assegurou que a presente pesquisa não sofresse descontinuidade.

⁴⁸ IBGE (2013b), Planejamento Estratégico 2012-2015 (Edição Revisada). Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=263449&view=detalhes>. Acesso em: 15 fev. 2018

Foi analisada, então, documentação relativa a um conjunto de instâncias, com potencial para impactar o conteúdo das agendas estatísticas, nas quais se exercitavam a governança e respectivas dimensões de transparência e *accountability*.

Há instâncias de debate e consulta mais abrangentes, quer pelo nível estratégico de sua atribuição, caso do Conselho Técnico do IBGE, quer por se configurar como evento de ampla participação de atores e diversificada cobertura temática, caso dos Encontros Nacionais de Usuários e Produtores de Informações Sociais, Econômicas e Ambientais, que englobam as Conferências Nacionais de Estatísticas, referidas na legislação estatística nacional.

Integram essa lista de instâncias, também, espaços para debates de alcance temático menos abrangentes do que os daqueles citados anteriormente. Correspondem aos contatos com usuários, com vistas ao desenvolvimento de projetos compreendidos como estruturantes, uma vez que abarcam algum grau de diversidade temática e rupturas de modos de produção tradicionais e de séries históricas. Este é o caso do caso do fórum de debate dos projetos de revisão das pesquisas domiciliares e das pesquisas sobre a agropecuária.

O quadro 8 apresenta os variados espaços de governança, formal ou legalmente constituídos, incluindo, também, aqueles com caráter temático específico que, isoladamente, não propiciam possibilidade de balanceamento entre tópicos a incluir nas agendas, mas que, somados a outros, alimentam o panorama geral das demandas e debates relacionados às estatísticas.

Para cada instância são apresentados: o objetivo, o alcance prioritário, que indica se seu objetivo tem como referência primordial projetos ou ações do IBGE ou do SEN, e a periodicidade de realização.

Quadro 8: Instâncias legal ou formalmente estabelecidas para a governança das estatísticas oficiais, objetivos, alcance e periodicidade de realização, Brasil, 2006-2016

(continua)

Instâncias para a governança	Objetivo, alcance prioritário, periodicidade
Conselho Técnico do IBGE	Objetivo: Formulação de propostas e de pronunciamentos referentes a questões concernentes ao planejamento e à execução das atividades nas áreas de competência da missão institucional da Fundação IBGE, apreciação da proposta do Conselho Diretor do IBGE referente aos planos de trabalho anuais e plurianuais, bem como em relação aos respectivos orçamentos, encaminhando suas conclusões e recomendações à Direção da Fundação IBGE; apreciar questões técnicas por solicitação do Conselho Diretor do IBGE; Alcance prioritário: IBGE; Periodicidade proposta: Duas reuniões a cada ano.

Quadro 8: Instâncias legal ou formalmente estabelecidas para a governança das estatísticas oficiais, objetivos, alcance e periodicidade de realização, Brasil, 2006-2016

(continua)

Instâncias para a governança	Objetivo, alcance prioritário, periodicidade
Encontros Nacionais de Usuários e Produtores de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais ⁴⁹	Objetivo: Encontro inclui vários eventos, dentre eles a Conferência Nacional de Estatísticas conforme prevista nos instrumentos legais; Alcance prioritário: SEN; Periodicidade proposta: Realização, no máximo, a cada 5 anos.
Comissão Consultiva do Censo Demográfico	Objetivo: Grupo de especialistas aos quais são submetidas questões sobre o planejamento, cobertura temática, aspectos metodológicos, tratamento de resultados e soluções desenvolvidas para eventuais problemas enfrentados. Alcance prioritário: IBGE; Periodicidade proposta: Foi constituído para acompanhamento da Contagem de População de 2007 e para o Censo Demográfico de 2010.
Comissão Consultiva do Censo Agropecuário	Objetivo: Grupo de especialistas aos quais são submetidas questões sobre o planejamento, cobertura temática, aspectos metodológicos, tratamento de resultados e soluções desenvolvidas para eventuais problemas enfrentados; Alcance prioritário: IBGE; Periodicidade proposta: Foi constituído para acompanhamento da Censo Agropecuário de 2007.
Comissão Consultiva do Censo Agropecuário	Objetivo: Encontro inclui vários eventos, dentre eles a Conferência Nacional de Estatísticas conforme prevista nos instrumentos legais; Alcance prioritário: SEN; Periodicidade proposta: Realização a, no máximo, a cada 5 anos.
Comitê de Estatísticas Sociais	Objetivo: Diagnóstico e definição de demandas por estatísticas sociais. Instituir a cooperação dos órgãos produtores de registros administrativos, pesquisas sociais, censos e outras fontes, com vistas ao fortalecimento e aprimoramento das informações estatísticas sociais oficiais, visando ampliar o uso, a variedade e qualidade das informações. Alcance prioritário: SEN; Periodicidade proposta: Grupo executivo, a cada 3 meses e Grupo gestor, semestralmente.
Comissão Nacional de Classificações	Objetivo: Assessorar o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão na supervisão do Sistema Estatístico Nacional - SEN, atuando especialmente no estabelecimento e no monitoramento de normas e padronização do Sistema de Classificação das Estatísticas Nacionais; examinar e aprovar as classificações; expedir ato formalizando as classificações; atuar como curadora do Sistema de Classificação; Alcance prioritário: SEN; Periodicidade proposta: Semestral.

⁴⁹ O evento de 2006 foi a segunda realização do Encontro, e o de 2016, a terceira. Esse último teve o nome alterado para “III Conferência Nacional de Produtores e Usuários de Informações Estatísticas, Geográficas e Ambientais” e foi referenciada com o termo “Infoplan”, para sugerir informações para o planejamento, destacando uma das formas de aplicações das estatísticas oficiais que, conforme visto, são mais abrangentes. Na dissertação se utiliza a expressão “Encontro nacional” para referir ambos os eventos.

Quadro 8: Instâncias legal ou formalmente estabelecidas para a governança das estatísticas oficiais, objetivos, alcance e periodicidade de realização, Brasil, 2006-2016

(final)

Instâncias para a governança	Objetivo, alcance prioritário, periodicidade
Comitê de Estatísticas Ambientais e da Água	Objetivo: Definir metodologia e elaboração das contas ambientais da água; Alcance prioritário: SEN; Periodicidade proposta: Anual
Comitê Técnico das Contas Regionais do Brasil e Comitê Técnico do PIB dos Municípios do Brasil	Objetivo: Assegurar elaboração de contas estaduais e de cálculo do Produto Interno Bruto Municipal sob metodologia harmonizada e consistente com a orientação metodológica do IBGE; Alcance prioritário: SEN; Periodicidade proposta: Anual.
Fórum do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares	Objetivo: Discussão com usuários referente ao desenvolvimento e às definições referentes ao projeto de reformulação das pesquisas domiciliares do IBGE; Alcance prioritário: IBGE; Periodicidade proposta: Semestral.
Fórum do Sistema Nacional de Pesquisas da Agropecuária	Objetivo: Discussão com usuários o desenvolvimento e definições referentes ao projeto de reformulação das pesquisas sobre a agropecuária do IBGE; Alcance prioritário: IBGE; Periodicidade proposta: Semestral.
Fórum do Censo Agropecuário	Objetivo: Consulta aos usuários sobre o conteúdo do questionário do Censo Agropecuário; Alcance prioritário: IBGE; Periodicidade proposta: Ocorrências pontuais nas proximidades do planejamento do Censo.
Consultas aos usuários do Censo 2010	Objetivo: Consulta aos usuários sobre o conteúdo do questionário do Censo Demográfico; Alcance prioritário: IBGE; Periodicidade proposta: Ocorrências pontuais nas proximidades do planejamento do Censo.
Encontro de Produtores de Informações visando à Agenda de Desenvolvimento Sustentável pós-2015.	Objetivo: Definir e construir indicadores para o monitoramento dos objetivos e metas da Agenda 2030, para comparação internacional e intranacional; Alcance prioritário: SEN; Periodicidade proposta: O terceiro encontro dessa natureza se realizou na segunda semana de abril de 2018.
GT Estatísticas sobre População em situação de rua (No âmbito de Comitê criado pela Secretaria de Direitos Humanos)	Objetivo: Avançar em desenho de censo ou contagem de população em situação de rua; Alcance prioritário: SEN; Periodicidade proposta: Reuniões agendadas de acordo com atividades definidas e seus desdobramentos.
Comitê de Estatísticas de Gênero e Uso do Tempo	Objetivo: Estimular a incorporação da perspectiva de gênero na produção e análise das estatísticas oficiais do país; Alcance prioritário: SEN; Periodicidade proposta: Reuniões agendadas de acordo com atividades definidas e seus desdobramentos.

Fonte: Elaboração própria.

Para além das instâncias formalmente ou legalmente instituídas, foi analisado o levantamento realizado pelo IBGE, datado de abril 2013, que se adiciona às instâncias apresentadas no quadro anterior. São 230 interações interinstitucionais do IBGE, oferecendo um recorte do que é o cotidiano de contatos da instituição com atores do seu entorno. Sinaliza, também, o potencial das interações estabelecidas para alimentar “as sucessivas aproximações”, conforme a expressão de Schwartzman (1996b), que constituem as agendas.

Quadro 9: Tipos e descrições de interações, levantamento pelo IBGE, 2013

Tipos de Interações	Descrições
Convênio	Acordo formal entre o IBGE e órgãos ou entidades da administração pública estadual, distrital ou municipal ou, ainda, entidades privadas sem fins lucrativos.
Termo de Cooperação	Acordo formal entre o IBGE e órgãos da administração pública federal (Ministérios, Secretarias, autarquia, fundações públicas, empresas estatais dependentes).
Acordo de Cooperação	Acordo formal de cooperação entre o IBGE e entidades privadas.
Colaboração Técnica	Cooperação informal entre o IBGE e entidades do setor público, privado ou terceiro setor. Inclui participação em projetos, intercâmbio de informações e auxílios pontuais.
Reunião Temática	Participação de técnicos do IBGE em eventos para discussão/apresentação de temas de interesse da instituição.
Grupo de Trabalho	Grupos de trabalho em que o IBGE participa.
Tabulações Especiais	Atendimentos pontuais.
Acesso a bases de dados	Acesso às bases de dados da Instituição parceira.
Termo de Cessão	Empréstimos realizados pelo IBGE.

Fonte: IBGE, levantamento realizado em abril de 2013.

Dentre as 230 interações, 156 diziam respeito a Diretoria de Pesquisas do IBGE, área responsável pela execução da maior parte das estatísticas produzidas pelo Instituto. O

levantamento, parcialmente reproduzido no anexo B, incluiu as seguintes variáveis: categorias dos atores envolvidos, nome da instituição, tema ou objeto, natureza da relação (se convênio, cooperação técnica ou outro), situação ou estágio em que se encontrava a interação, data de início e de fim para parte delas e, finalmente, a área do IBGE envolvida.

Nessa documentação é adotada uma categorização das interações realizadas, denominadas, no documento, como relações. O quadro 9 contém as categorias e as respectivas descrições. Tais categorias se identificam com a noção de sinergia entre os SEN e os atores do seu entorno, que será observada com maior detalhamento mais adiante.

A tabela 1 quantifica as interações por tipo, dentre as 156 interações correspondentes à área de pesquisas do IBGE. Também, aponta a quantidade daquelas que atendem a condição de “afetarem as agendas”. Consideraram-se nessa condição, as interações que apontavam para novo tema de investigação, nova pesquisa, nova operação estatística ou nova abordagem, que não fossem passíveis de serem viabilizados a partir das estatísticas produzidas na época da efetivação da interação.

Tabela 1: Interações exercidas pela área de pesquisa com atores diversos e interações com potencial para influenciar agendas, IBGE, 2013

Categorias de Interações	Interações da área de pesquisas	Potencial para influenciar agenda
Convênio	15	8
Termo de Cooperação	51	40
Acordo de Cooperação	11	5
Colaboração Técnica	37	21
Reunião Temática	10	-
Grupo de Trabalho	12	2
Acesso a bases de dados	12	-
Outros	8	-
Total	156	76

Fonte: Elaboração própria.

É forte a conexão do IBGE com outras instituições, o que caracteriza uma intensiva dedicação à governança, em que parte expressiva das ações são diretamente vinculadas às agendas, havendo potencialidade, também, dessas últimas serem influenciadas pelas demais interações. Não se colocam exatamente no campo da informalidade, mas muitas vezes se constroem nos níveis hierárquicos táticos e técnicos, conforme identificado no levantamento.

Sintetizando, observaram-se diferentes instâncias em que ações e debates no âmbito

da governança das agendas estatísticas nacionais, sob a condução do IBGE, ocorreram.

Para a quase totalidade das instâncias formal ou legalmente constituídas, apresentadas no quadro 9, foi verificada regularidade de realização. Os Encontros Nacionais de Usuários e Produtores das estatísticas oficiais, com realização a cada dez anos (1996, 2006 e 2016), extrapolaram o intervalo de cinco anos entre as realizações formalmente proposto. No entanto, foram realizados e se constituíram em eventos de grande porte, conforme os dados apresentados sobre sessões realizadas e atores participantes, que serão apresentados e analisados nas próximas seções, demonstraram.

Outras regularidades foram observadas, tais como aquelas que são referentes às reuniões e seminários do Comitê de Estatísticas Sociais e do fórum do Sistema Integrado das Pesquisas Domiciliares. Diversas outras instâncias cumpriram a temporalidade prevista, a exemplo, da consulta para a definição do conteúdo do questionário do Censo Demográfico, que ocorreu no período estudado, como parte do planejamento do Censo 2010.⁵⁰

Como irregularidade relevante foi observado o caso das reuniões do Conselho Técnico do IBGE, fórum estabelecido para determinar orientações estratégicas para a condução da instituição que, certamente se consubstanciariam em diretrizes para a viabilização e estabelecimento de prioridades para a construção de agendas ou, eventualmente, sobre a própria dinâmica e procedimentos formais e legais a ela pertinentes.

Vale analisar essa descontinuidade também à luz do regime de informação nacional mais abrangente, uma vez que esse Conselho, que é coordenado pelo IBGE, é integrado por expressiva representação de atores sociais, com predominância de representantes da Administração Pública Federal. Conta, também, com a participação de ex-presidentes do IBGE.⁵¹

Além do conjunto de instâncias formalizadas através de instrumentos legais ou de mecanismos atinentes à gestão das estatísticas oficiais, foi observada ampla diversidade de interações institucionais que envolvem convênios, cooperações, estudos especiais e grupos de trabalho entre outros, indicando intenso relacionamento sinérgico do IBGE com expressiva variedade de atores.

⁵⁰ Inédito modelo de consulta pública, sobre o conteúdo do questionário do Censo Demográfico de 2020, encontrava-se em curso no período de elaboração desta dissertação através do portal do IBGE, <[https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=consulta pública censo 2020&searchphrase=all](https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=consulta+pública+censo+2020&searchphrase=all)>. Acesso em: 05 abr. de 2018.

⁵¹ No mesmo passo da reformulação da legislação, estavam em andamento, durante a gestão de Roberto Olinto (iniciada em 2017), estudos para reestruturação da representação institucional do Conselho Técnico.

O total de 156 interações referentes à área que responde pela maior parte das pesquisas estatísticas do IBGE evidencia o caráter de execução descentralizada dessas ações. Dentre elas, 76 são vinculadas à proposição de alterações na agenda estatística vigente. O número de interações e a consequente e necessária descentralização de responsabilidades para viabilizá-las reforçam o requisito de coordenação dessas ações.

4.3 ATORES

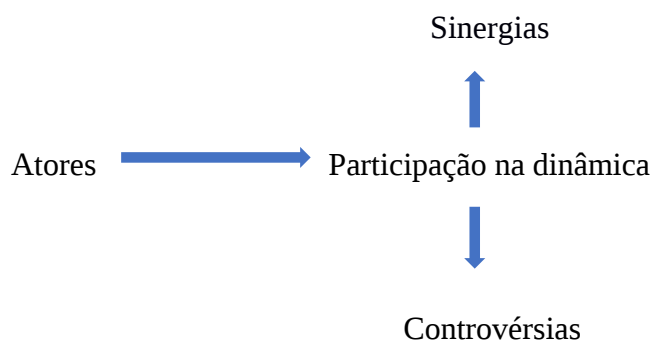
A segunda etapa da pesquisa envolveu a investigação de atores do entorno do SEN brasileiro implicados na dinâmica de desenho das agendas estatísticas. Dentre as instâncias de governança instituídas no período 2006-2016, identificadas na primeira etapa da pesquisa, elegeram-se os dois Encontros e as realizações dos fóruns com os usuários, com vistas à reformulação das pesquisas domiciliares pelo IBGE, para o estudo dos atores. A partir da documentação referente às mencionadas instâncias foi realizada a quantificação das participações de diferentes categorias de atores. Tais números foram registrados e analisados segundo taxonomia que dialoga com a “Tabela de Naturezas Jurídicas” ratificada pela Comissão Nacional de Classificações (CONCLA)⁵².

Essa taxonomia foi especialmente construída para o uso na presente pesquisa. Tomou por base, também, a observação dos documentos estudados referentes aos Encontros de 2006 e de 2016, que evidenciou a necessidade de destaque para alguns dos agrupamentos de atores. Essa construção é descrita, como introdução à apresentação de resultados deste bloco da pesquisa.

A observação dos atores incluiu também o estudo de sinergia e controvérsias entre estes e o IBGE. No campo da sinergia, o levantamento sobre as interações agregou elementos relevantes. Ainda, para iluminar sinergia com atores, mas também para a observação de controvérsias, avança-se na análise de depoimentos de ex-presidentes do IBGE, iniciada no capítulo anterior para a compreensão dos contextos. A figura 6 ilustra os enfoques pesquisados.

Para a análise do conjunto de atores do entorno dos SEN, não foi identificada taxonomia consolidada que propiciasse suporte aos estudos, especialmente, àqueles comparativos. Assim, antes mesmo de avançar sobre os enfoques citados, construiu-se taxonomia customizada às necessidades da presente pesquisa.

⁵² TABELA de Natureza Jurídica, Comissão Nacional de Classificações. Disponível em <<https://concla.ibge.gov.br/estrutura/natjur-estrutura/natureza-juridica-2016>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

Figura 6: Atores e enfoques pesquisados

Fonte: Elaboração própria.

Antecedendo a essa customização a análise das frequências de inserções de diferentes grupamentos de atores como participantes no segundo e terceiro Encontros. Uma vez obtida essa percepção, categorizações pré-existentes foram estudadas.

Foi estudado o Manual de Qualidade das Nações Unidas que define os seguintes “*stakeholders*” dos Sistemas Estatísticos a serem considerados nas relações com o público externo: usuários, provedores de dados, agências de fomento, agentes governamentais de mais elevada posição e meios de comunicação. É recomendado que se tenha clareza de quem são esses entes, mas, o manual não avança nessa categorização para além da lista mencionada, que se atém muito mais aos relacionamentos do que à natureza de atores. Não se mostrou, portanto, passível de utilização para a averiguação aqui pretendida, no que dizia respeito aos participantes nas instâncias de governança.

Analizou-se, também, a classificação utilizada no levantamento das interações, realizado pelo IBGE em 2013, do qual alguns resultados foram apresentados na seção anterior. Optou-se por não a utilizar em razão de não apresentar desagregadas duas categorias de atores que mostraram presença expressiva em pelo menos um dos Encontros de Usuários e Produtores, as universidades públicas e os órgãos de pesquisa dos Estados e Municípios.

A Tabela de Naturezas Jurídicas, homologada pela Comissão Nacional de Classificação apresentava excessiva concentração de atores, dentre os observados nos II e III Encontros, no grande grupo de seu primeiro nível de agregação, Administração Pública, não permitindo distinguir, por exemplo, os mesmos dois grupos de atores recém citados, entre outros. Assim, para adotar integralmente a tabela, seria necessário adotá-la em seu segundo nível de desagregação, o que exigiria esforço não trivial para o enquadramento dos atores participantes das instâncias de governança, podendo acarretar imprecisões.

No que diz respeito à taxonomia proposta por González de Gómez, também são tipos de relações que são tomados em conta, ou seja, se midiáticas, institucionais ou associativas. Registre-se que o grupo de relações institucionais concentra a quase totalidade dos atores analisados nos dois Encontros de produtores e usuários, o que, por um lado não anima o uso da categorização, mas, por outro, se trata de resultado digno de nota. O mesmo é pertinente dizer sobre a concentração em “Administração Pública” observada na avaliação da Tabela de Naturezas Jurídicas da CONCLA⁵³.

Assim, a decisão foi adotar a Tabela de Natureza Jurídica como referência, com a manutenção, na taxonomia desenhada, da possibilidade de tradução para as grandes categorias da Tabela de Natureza Jurídica, com exceção de Pessoas Físicas, categoria não observada nos eventos estudados.

São as seguintes as categorias que foram consideradas e suas correspondências com a categoria mais agregada da Tabela de Natureza Jurídica:

- Fundações públicas federais, Universidades públicas, Outras autarquias inclusive regime especial, Ministérios, secretarias e outros, Administração pública nos estados e municípios - correspondem à grande categoria Administração Pública da Tabela;
- Empresas públicas federais e outras entidades empresariais - correspondem a à grande categoria Entidades Empresariais da Tabela;
- Associações, confederações, associações e outras entidades de direito privado e sem fins de lucro - correspondem à grande categoria Entidades sem fins de lucro da Tabela;
- Internacional - corresponde às Organizações Internacionais e outras instituições extraterritoriais.

Apenas um número mínimo de atores não foi classificado, em razão de incerteza sobre sua inserção jurídica, não implicando, portanto, impacto sobre os resultados obtidos.

Com base nessa construção, as participações de atores nos debates ocorridos no II e III Encontros, assim como nos fóruns do projeto de reformulação das pesquisas domiciliares, foram quantificadas e analisadas.

Foram analisados, inicialmente, os atores participantes dos II e III Encontros de Produtores e Usuários. Tais participações são contadas com repetição, isto é, o número de participações associado a cada categoria de atores corresponde ao número de presenças nas diversas sessões dos Encontros. A tabela 2 permite comparar as participações observadas em 2006 e 2016.

⁵³ TABELA de Natureza Jurídica, Comissão Nacional de Classificações. Disponível em <<https://concla.ibge.gov.br/estrutura/natjur-estrutura/natureza-juridica-2016>>. Acesso em 15 fev. 2018.

O IBGE aparece em ambos os encontros com o maior número de participações. Em 2006 foram 126 (30,3%) e em 2016 houve redução dos números absoluto de participações (para 74) e relativo (para 22,4%). Os pesos das categorias que se inserem na Administração Pública, conforme a definição da Tabela de Naturezas Jurídicas, em ambos os encontros foram muito próximos, 80,5% em 2006 e de 80,1% em 2016.

Tabela 2: Atores, inclusive IBGE, e participações nas sessões dos Encontros Nacionais de Usuários e Produtores, 2006 e 2016

Categorias de Atores	2006	2016	2006 (%)	2016 (%)
IBGE	126	74	30,3	22,4
Fundações públicas federais	23	20	5,5	6,0
Universidades Públicas	56	26	13,5	7,9
Outras autarquias, inclusive regime especial	26	33	6,3	10,0
Ministérios, Secretarias e outros	63	101	15,2	30,5
Administração pública estados e municípios	40	11	9,6	3,3
Empresas Públicas Federais	7	13	1,7	4,0
Outras entidades empresariais	9	11	2,2	3,3
Associações, confederações e federações	3	11	0,7	3,3
Outras entidades de direito privado e sem fins de lucro	9	6	2,2	1,8
Internacional	49	20	11,8	6,0
Não categorizados	4	5	1,0	1,5
Total	415	331	100	100

Fonte: Elaboração própria.

A tabela 3, em que se exclui as participações do IBGE, permite observar especialmente os atores externos à instituição. Mais uma vez prevaleceu a participação do agrupamento Administração Pública, de 72% em 2006 e 74,3% em 2016.

Dentre as categorias que integram a Administração Pública, em 2006 são destaques Ministérios, secretarias e outros (21,8%) e Universidades Públicas (19,4%). O destaque para a primeira segue e se amplia de forma marcante em 2016 (39,3%), com as Universidades Públicas (10,1%) sendo superadas pela categoria denominada Outras autarquias, inclusive

regime especial (12,8%). Foi notável a queda percentual das participações internacionais (de 17% para 7,8%). O mesmo ocorreu com as participações de Estados e Municípios (de 13,8% para 4,3%).

Tabela 3: Atores, exclusive IBGE, e participações nas sessões dos Encontros Nacionais de Usuários e Produtores, 2006 e 2016

Atores	2006	2016	2006 (%)	2016 (%)
Fundações públicas federais	23	20	8,0	7,8
Universidades Públicas	56	26	19,4	10,1
Outras autarquias, inclusive regime especial	26	33	9,0	12,8
Ministérios, Secretarias e outros	63	101	21,8	39,3
Administração pública estados e municípios	40	11	13,8	4,3
Empresas Públicas Federais	7	13	2,4	5,1
Outras entidades empresariais	9	11	3,1	4,3
Associações, confederações e federações	3	11	1,0	4,3
Outras entidades de direito privado e sem fins de lucro	9	6	3,1	2,3
Internacional	49	20	17,0	7,8
Não categorizados	4	5	1,4	1,9
Total	289	257	100	100

Fonte: Elaboração própria.

Com relação às realizações do fórum do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares⁵⁴, que ocorreram desde 2006 até 2015, foi observada lista de pessoas e instituições mobilizadas para participar nos referidos fóruns. Essa lista, integrante do acervo documental da área de pesquisas do IBGE, contempla 607 contatos, dentre os quais 15, sem associação institucional. A tabela 4 aponta as entidades constantes dessa lista, o que oferece um panorama dos convites realizados no decorrer dos quinze fóruns realizados. Cabe

⁵⁴ IBGE, Projeto de Reformulação das Pesquisas Domiciliares Amostrais do IBGE. Disponível em <www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/>. Acesso em 10 mar. 2017.

destacar que o número de participantes a partir do segundo fórum ficava em torno de 100 participantes, em geral, superando essa marca.

Tabela 4: Atores mobilizados para participar das realizações do Fórum do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares, IBGE, desde 2006 até 2014

Atores	Mobilizados para participar dos Fóruns do SIPD	Mobilizados para participar dos Fóruns do SIPD (%)
Fundações públicas federais	4	3,4
Universidades Públicas	13	11,2
Outras autarquias, inclusive regime especial	3	2,6
Ministérios, Secretarias e outros	35	30,2
Administração pública estados e municípios	25	21,6
Empresas Públicas Federais	2	1,7
Outras entidades empresariais	14	12,1
Associações, confederações e federações	13	11,2
Outras entidades de direito privado e sem fins de lucro	2	1,7
Internacional	4	3,4
Não categorizados	1	0,9
Total	116	100

Fonte: Elaboração própria.

Os percentuais de agentes mobilizados pertencentes às categorias Ministérios, secretarias e outros (30,2%), Administração pública estados e municípios (21,6%), Outras entidades empresariais (12,1%), Universidades Públicas (11,2%) e Associações, confederações e federações (11,2%) superaram 10%. Correspondem à Administração pública federal, estadual e municipal, 69% das entidades mobilizadas.

Para avançar na compreensão de sinergias observa-se o levantamento de interações realizado pelo IBGE.

Tabela 5: Atores, interações com o IBGE e com área de pesquisas do Instituto, levantamento de abril de 2013

Atores	IBGE	IBGE (%)	Área de Pesquisas	Área de Pesquisas (%)
Ministérios e Secretarias da Presidência da República	108	47,0	83	53,2
Estados e Municípios	55	23,9	30	19,2
Administração Indireta, Agências Reguladoras e Tribunais	32	13,9	21	13,5
Entidades Privadas, Terceiro Setor e Serviços Sociais Autônomos	23	10,0	22	14,1
Internacional	12	5,2	0	-
Total	230	100	156	100

Fonte: Levantamento de interações, IBGE, 2013.

Em relação ao IBGE como um todo e à área de pesquisas, em torno da metade das interações ocorreram junto a Ministérios e Secretarias da Presidência da República. Estados e Municípios são a segunda frequência mais elevada, tendo em vista que duas das interações abarcam as 27 Unidades da Federação, sendo uma delas do âmbito da área de pesquisas. A presença de interações com Entidades Privadas, Terceiro Setor e Serviços Sociais Autônomos ocorrem na quase totalidade no campo da produção das estatísticas (22 em 23). O mesmo ocorre com cerca de dois terços (22 em 32) das interações com a Administração Indireta, Agências Reguladoras e Tribunais.

Observe-se que as três primeiras categorias da tabela se integram à categoria Administração Pública da Classificação de Natureza Jurídica, correspondendo, assim agregadas, a 85% das interações totais e a 86% daquelas correspondentes à área em que preponderam os estudos e pesquisas referentes às estatísticas oficiais.

No campo da sinergia junto a diferentes atores, ambos os presidentes, em seus depoimentos, destacaram a preocupação com a valorização e o reconhecimento dos profissionais da instituição, assim como reconhecem em suas gestões momentos de culminância de construção prévia da inserção do IBGE no campo internacional.

Como sinergias específicas ao período 2003-2016, quando geriram o IBGE, ambos mencionaram as intensivas demandas ministeriais e os destaques orçamentários pelos ministérios para viabilizá-las. Sobre o último período, a presidenta Wasmália Bivar destacou

atuações integradas no campo das estatísticas ambientais e a consolidação do Comitê de Estatísticas Sociais. Todos esses aspectos conversam diretamente com a definição de agendas e o suprimento de lacunas estatísticas.

O acesso a registros administrativos, mencionado por ambos os presidentes, se insere como o vislumbre de sinergia desejável, porém, não alcançada no domínio das estatísticas sobre segurança pública, por exemplo. Assim, enquanto não se concretiza política que assegure o compartilhamento de tais registros, a questão tende para o campo das controvérsias. Foi trazida, por ambos os presidentes, a percepção do necessário olhar estratégico sobre ações públicas sobre informação no Brasil, de modo a tornar efetivo esse compartilhamento.

Destacaram, ainda, a vivência de espaços de controvérsias, tais como a limitada alocação de recursos para a viabilização das articulações para a coordenação do SEN e da produção de estatísticas, inclusive, conforme visto, afetando operações censitárias realizadas ou previstas para realização nas respectivas gestões.

A observação sobre os atores, em resumo, apontou predominância de interações, mobilizações e participações vinculadas à categoria de natureza jurídica correspondente à administração pública, cuja participação nos Encontros ficou ao redor de 80% e nos fóruns, em torno de 70% do total das instituições mobilizadas para o debate da reformulação das pesquisas domiciliares do IBGE.

Essa marcante preponderância diz muito sobre os espaços ofertados nas instâncias exploradas para os diferentes atores influenciarem as agendas. Observou-se, também, apesar da participação elevada e constante participação da categoria Administração Pública nos dois Encontros, a diferença na composição interna desse agrupamento mais geral. Foi registrada a redução da participação de Universidades Públicas no Encontro de 2016 em relação ao de 2006 (19,4% para 10,1%) e o acréscimo de Ministérios, secretarias e outros (21,8% para 39,3%).

Adicionar um período a essa comparação propiciaria outras evidências para fundamentar eventual justificativa para essas e outras flutuações observadas nas participações. A documentação sobre o encontro de 1996 encontra-se publicada sob a forma digitalizada no portal organizado por Simon Schwartzman, ex-presidente do IBGE que conduziu esse primeiro encontro.⁵⁵ A documentação na forma de volumes físicos referente a esse Encontro é encontrada no acervo documental do IBGE.

⁵⁵ Disponível em <[https://archive.org/details/simonschwartzman?sort=-date&&and\[\]=year%3A"1996">](https://archive.org/details/simonschwartzman?sort=-date&&and[]=year%3A). Acesso em: 07 fev. 2018.

Diferentes tipos de sinergia e controvérsias foram mapeados. Os fatores sinérgicos revelaram-se nas interações compiladas em 2013 pelo IBGE, anteriormente mencionada como o reflexo do cotidiano no que diz respeito às relações interinstitucionais. Observaram-se como tipos de interações mais expressivas: Termo de Cooperação (52) e Colaboração Técnica (33), no total de 240.

Da análise das entrevistas de dois ex-presidentes do IBGE, destacaram-se, no âmbito da sinergia, a atenção na manutenção dos necessários comprometimento e competência técnica do corpo de profissionais. Lembraram, também, o prestígio internacional das estatísticas brasileiras, marcadas pelo elevado padrão de relacionamento com a comunidade estatística global alcançado pelo IBGE.

O campo das controvérsias se expressou na insuficiência de recursos alocados para o cumprimento do programa estatístico em momentos específicos, afetando, especialmente, operações de modelo censitário. Advertiram sobre a requerida interação entre agentes governamentais, visando à gestão estratégica do compartilhamento de bases de dados administrativos para seu uso como fonte de estatísticas oficiais.

4.4 COBERTURA TEMÁTICA E (IN) VISIBILIDADES

Para a abordagem do terceiro e último enfoque de pesquisa, a cobertura temática relacionada à dinâmica das agendas, são observadas as óticas das demandas e das visibilidades e invisibilidades estatísticas no SEN brasileiro. É adotada a Classificação de Informações Estatísticas (CIE), como referencial para as comparações correspondentes ao alcance temático dos conteúdos debatidos nos Encontros de 2006 e 2016 e nos fóruns, assim como para a análise das interações.

Sob a ótica da visibilidade estatística observam-se dois domínios da CIE, Estatísticas Sociais e Estatísticas Econômicas, tomando por base uma dentre as instâncias de governança formalmente constituídas, o Comitê de Estatísticas Sociais e os portais do IBGE e do Banco Central, com vistas a identificar a produção do SEN brasileiro sobre esses domínios.

Por fim, sobre as invisibilidades ou as lacunas percebidas no período são considerados o estudo e o levantamento realizados no âmbito do Comitê de Estatísticas Sociais.

Os temas ou assuntos são os componentes essenciais das agendas estatísticas oficiais. Aparecem na dinâmica sob a forma das demandas, que se apresentam muitas vezes em contextos de debates sobre a produção de estatísticas. Tais demandas, de acordo com sua

condição de inclusão na agenda, podem se configurar em visibilidades estatísticas ou em invisibilidades. Assim, a pesquisa foi realizada para atender a essas três perspectivas, registradas na figura 7.

Figura 7: Cobertura temática e enfoques pesquisados



Fonte: Elaboração própria.

Os resultados referentes ao estudo da cobertura temática são, inicialmente, apresentados na tabela 6, em que às categorias que compõem o nível tema da CIE são associadas às frequências das interações registradas pelo IBGE em abril de 2013.

A existência de tantas abordagens e interações sob as quais as estatísticas são debatidas confirma o caráter transversal dos interesses temáticos dos diferentes atores que se aproximam dos Sistemas Estatísticos Nacionais. Este fato é consistente com a categorização das aplicações estatísticas como força constitutiva da sociedade no contexto da dinâmica de delineamento das agendas.

Os números da tabela 6 mostram a presença de diferentes temas da CIE nas interações compiladas pelo IBGE, denotando o envolvimento de variadas especializações temáticas e técnicas nessas interações que refletem o cotidiano Institucional no que diz respeito a articulações externas.

O domínio referente às Estatísticas Econômicas acumula o maior número de interações (88), seguido por Estatísticas Sociais, com 58. Os temas com maiores quantitativos de interações correspondem às Estatísticas Macroeconômicas (51), Estatísticas Econômicas Setoriais (20) e População (17). Destacam-se Saúde e Trabalho, ambos os temas com oito interações identificadas, pois são temas homogêneos, não existindo desagregação em variados subtemas, tal como ocorre com os três temas que os superaram em quantidade de interações.

Tabela 6: Domínios e temas da CIE e interações sobre eles, IBGE, 2013

Domínios e Temas CIE	Inserções em interações	Inserções em interações (%)
Estatísticas Sociais	58	34,1
Administração pública e participação político-Social	0	0
Educação	3	1,8
Habitação	6	3,5
Justiça e segurança	0	0
População	17	10,0
Proteção social	3	1,8
Rendimento, despesa e consumo	5	2,9
Saúde	8	4,7
Trabalho	8	4,7
Uso do Tempo	1	0,6
Outras estatísticas sociais	7	4,1
Estatísticas Multidomínio e Meio Ambiente	24	14,1
Estatísticas multidomínio	-	-
Meio Ambiente	-	-
Estatísticas Econômicas	88	51,8
Estatísticas econômicas setoriais	20	11,8
Estatísticas macroeconômicas	51	30,0
Outras estatísticas econômicas não especificadas anteriormente	1	0,6
Preços e custos	2	1,2
Setor informal	0	0
Outras Econômicas	14	8,2
TOTAL	170	100

Fonte: Elaboração própria.

Observação: Diferentes temas podem estar inseridos numa mesma interação.

Em continuação, em termos pragmáticos, foram observadas as coberturas temáticas de tópicos já constantes da agenda e daqueles propostos e aprovados para integrarem futuras agendas ou para serem avaliados para futura inclusão. Com esse objetivo foram estudados os documentos referentes aos Encontros com usuários (2006 e 2016) e as realizações do fórum do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares.

Os Encontros que reúnem produtores e usuários das estatísticas nacionais, ainda que não se desdobrando na definição de um plano estatístico como define a lei, tratam-se dos fóruns mais abrangentes em que se discutem as estatísticas nacionais, correspondendo ao contexto mais próximo de discussão das atribuições e de variados aspectos relevantes para a própria viabilização do Sistema Estatístico Nacional. Foram examinados os assuntos debatidos em tais encontros, tendo em vista seu efeito provável sobre a definição de futuras agendas estatísticas oficiais que viessem a ser efetivamente produzidas.

A análise dos temas debatidos no Encontros de 2006 e de 2016 foi realizada com base na CIE. Para tanto foram analisadas as pautas tratadas nas diferentes sessões que constituíram os encontros. Associaram-se os títulos de tais sessões, sempre que pertinente, a domínios, temas ou subtemas da CIE. O documento detalhado que expressa esse levantamento encontra-se no apêndice B. A tabela 7 contém o resultado consolidado.

Cabe observar que, para uma sessão que se encaixasse em mais de uma categoria da CIE, elegeu-se uma delas, considerando-se a afinidade temática predominante. Esta eleição não ficou totalmente livre de subjetividade, no entanto, foram poucos os casos em que essa situação ocorreu, implicando pequeno impacto sobre as análises apresentadas.

Entre os Encontros, uma primeira alteração notável, é a da distribuição das sessões entre os três domínios. A tabela 7 apresenta esse registro. O domínio Estatísticas Sociais ocupou 48,5% das participações em 2016 e, em 2006, ocupava 40,9 %. Este domínio apresentou em ambos os encontros o maior número absoluto de sessões. Crescimento relativo maior foi observado no número de sessões sobre as Estatísticas Multidomínio e Meio Ambiente. O número de sessões pautadas centralmente em temas econômicos sofreu redução absoluta e em termos relativos. As sessões sobre Estatísticas Econômicas que correspondiam a 34,0 % do total, passaram a corresponder a 20, 2%.

A tabela 8 apresenta estes números desagregados segundo os temas da CIE. Observa-se que o crescimento registrado em Estatísticas Sociais se explica fundamentalmente pelo maior número de sessões sobre os temas Habitação, População, Saúde e Educação. O crescimento das sessões referentes ao tema da CIE estatísticas ambientais explica o crescimento do domínio em que se enquadram.

Tabela 7: Domínios da CIE e sessões sobre eles nos Encontros de Usuários e Produtores, 2006 e 2016

Domínios da CIE	Sessões 2006	Sessões 2016	Sessões 2006 (%)	Sessões 2016 (%)
Estatísticas Sociais	36	48	40,8	48,5
Estatísticas Multidomínio e Meio Ambiente	22	31	25,1	31,3
Estatísticas Econômicas	30	20	34,1	20,2
Total	88	99	100	100

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 8: Domínios e temas da CIE e sessões sobre eles nos Encontros de Usuários e Produtores, 2006 e 2016

(continua)

Domínios e temas da CIE	Sessões 2006	Sessões 2016	Sessões 2006 (%)	Sessões 2016 (%)
Estatísticas Sociais	36	48	40,8	48,5
Administração pública e participação político-social	2	3	2,3	3,0
Educação	3	3	3,4	3,0
Habitação	3	5	3,4	5,1
Justiça e segurança	2	2	2,3	2,0
População	11	15	12,5	15,2
Proteção social	1	1	1,1	1,0
Rendimento, despesa e consumo	0	2	0	2,0
Saúde	5	8	5,7	8,1
Trabalho	4	7	4,5	7,1
Uso do Tempo	1	0	1,1	0
Estatísticas sociais combinadas	4	1	4,5	1,0
Domínio Estatísticas Multidomínio e Meio Ambiente	22	31	25,1	31,3
Estatísticas multidomínio	11	12	12,5	12,1
Meio Ambiente	11	19	12,5	19,2

Tabela 8: Domínios e temas da CIE e sessões sobre eles nos Encontros de Usuários e Produtores, 2006 e 2016

Domínios e temas da CIE	Sessões 2006	Sessões 2016	Sessões 2006 (%)	(final) Sessões 2016 (%)
Estatísticas Econômicas	30	20	34,1	20,2
Estatísticas econômicas setoriais	17	12	19,3	12,1
Estatísticas macroeconômicas	4	5	4,5	5,1
Outras estatísticas econômicas	-	-	-	-
Preços e custos	5	3	5,7	3,0
Setor informal	1	0	1,1	0
Estatísticas econômicas combinadas	3	-	3,4	-
Total	88	99	100	100

Fonte: Elaboração própria.

O conteúdo debatido nas quinze realizações do Fórum do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares registra que a construção desse projeto possui duas motivações centrais: ampliação de temas investigados a partir das pesquisas domiciliares e aprimorar os processos de produção de modo a viabilizar tal ampliação temática. Assim, o mencionado projeto, ainda em desenvolvimento, tem e terá impacto sobre a definição e a viabilização das agendas estatísticas.

Do ponto de vista do domínio das Estatísticas Sociais e do tema Estatísticas de multidomínio, os debates no referido fórum são bastante abrangentes, como indica o quadro 10. As demais categorias da CIE não foram alvo de debate.

Para a observação da cobertura temática das interações, Encontros e fóruns foi adotada como referência a Classificação de Informações Estatísticas. Nos Encontros de 2006 e 2016 e nos fóruns, bem como nas interações compiladas, as coberturas temáticas, observadas a partir da CIE, foram próximas da exaustividade. Assim, tais instâncias podem ser consideradas eficientes segundo esse critério.

Os Encontros que, dentre as instâncias observadas, relacionam-se mais estreitamente com a avaliação e debate das agendas, deixaram de incluir, em 2006, os temas Rendimento, despesa e consumo e Outras Estatísticas Econômicas e, em 2016, os temas Uso do Tempo e Outras Estatísticas Econômicas apenas.

No que diz respeito ao tema das Estatísticas Ambientais, cujo processo de construção do programa estatístico encontrava-se em desenvolvimento, foi registrado comportamento consistente com essa condição, a evolução positiva do número de sessões realizadas em cada

encontro, 11 sessões em 2006 e 19, em 2016.

Quadro 10: Objetivos temáticos do projeto Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares e associação à Classificação de Informações Estatísticas, realizações dos fóruns desde 2006 a 2015

Temas da CIE	Objetivos temáticos do projeto em discussão
Estatísticas Sociais	
Administração pública e participação político-social	-
Educação	Detalhamento de temas investigados pelo IBGE, como por exemplo, Educação;
Habitação	Regularidade na investigação de temas tais como Habitação. Uniformização dos conceitos e classificações dos indicadores produzidos pelo IBGE, Habitação;
Justiça e segurança	Maior flexibilidade para inclusão de novos temas, como por exemplo, Vitimização
População	Uniformização dos conceitos e classificações dos indicadores produzidos pelo IBGE a exemplo das definições de domicílio, família e unidade de consumo.
Proteção social	Regularidade na investigação de temas tais como acesso a Programas Sociais Inserção de diferentes temas, a exemplo de Proteção social
Rendimento, despesa e consumo	Produção de informações contínuas sobre consumo; Regularidade na investigação de temas tais como: acesso a Programas Sociais. Uniformização dos conceitos e classificações dos indicadores produzidos pelo IBGE, Rendimento;
Saúde	Detalhamento de temas investigados pelo IBGE, como por exemplo, Saúde; Regularidade na investigação de temas tais como: Segurança Alimentar, Saúde e Habitação.
Trabalho	Produção de indicadores de curto prazo sobre mercado de trabalho com abrangência nacional Inserção de diferentes temas, a exemplo de Trabalho Infantil
Uso do Tempo	Maior flexibilidade para inclusão de novos temas, como por exemplo, Uso do tempo
Estatísticas Multidomínio e Meio Ambiente	
Estatísticas multidomínio	Uniformização dos conceitos e classificações dos indicadores produzidos pelo IBGE: Cor ou raça Inserção de diferentes temas, a exemplo de Cor ou Raça e Origem Inserção de diferentes temas, a exemplo de Gênero Inserção de diferentes temas, a exemplo de Tecnologia da Informação Possibilidade da inclusão de módulos temáticos: turismo e cultura
Meio Ambiente	Regularidade na investigação de temas tais como Habitação. Uniformização dos conceitos e classificações dos indicadores produzidos pelo IBGE: Habitação Inserção de diferentes temas, a exemplo de Meio Ambiente

Fonte: Elaboração própria.

Diante da inexistência de publicação formal de agenda oficial do Sistema Estatístico brasileiro, foram efetuadas diferentes explorações com vistas a observar instrumentos de formalização da visibilidade estatística ofertada aos diferentes domínios e temas da CIE.

A constatação, de certa forma esperada, foi de que não é possível conferir de forma fácil se, por exemplo, domínios, temas e até mesmo subtemas lembrados para debate nas conferências, fóruns ou que foram objeto de interação, estão contemplados na agenda do Sistema Estatístico Nacional brasileiro.

Entretanto, no que diz respeito especificamente às estatísticas produzidas pelo IBGE, estas encontram-se detalhadamente documentadas, dando a conhecer com clareza as visibilidades estatísticas que lhes correspondem.⁵⁶

O portal do Comitê de Estatísticas Sociais, por sua vez, oferece uma consolidação importante das estatísticas produzidas sobre o domínio Estatísticas Sociais, inventariando bases de dados, fontes de estatísticas oficiais nacionais, documentadas segundo padrões vigentes à época (2008 a 2015) para a elaboração de metadados, adotados pelo IBGE.

O Comitê de Estatísticas Sociais reúne diferentes produtores de estatísticas sobre o recorte temático social que o nomeia. O IBGE foi designado coordenador do comitê pelos participantes. No portal do Comitê de Estatísticas Sociais, o escopo temático das bases de dados consideradas e as variáveis pesquisados através de tais bases apresentadas e documentadas, fornecem uma boa aproximação das agendas estatísticas oficiais no âmbito do SEN brasileiro, sob o recorte do domínio da CIE Estatísticas Sociais. O quadro 11 a seguir contempla os temas da CIE, as bases de dados inventariadas e os órgãos que as produzem.

O quadro 12 quantifica as inserções nas bases de dados de cada tema e enumera as bases segundo o órgão produtor, propiciando uma síntese do quadro 11. Ambos os quadros apontam as visibilidades estatísticas proporcionadas sob o ponto de vista da observação do domínio social da CIE em nível de tema, apontando sob esse critério a exaustividade.

⁵⁶ O endereço <metadados.ibge.gov.br/consulta/prnPesquisa.aspx> leva aos domínio, temas e subtemas da CIE e a partir dele é possível acessar vasta documentação sobre as diversas bases de dados e assuntos, objetos de investigação pelo Instituto. Acesso em dez. de 2017.

Quadro 11: Temas do domínio Estatísticas Sociais da CIE, bases de dados inventariadas no âmbito do Comitê de Estatísticas Sociais e instituições produtoras, Brasil, 2008-2015
(continua)

Temas da CIE	Bases de Dados	Órgãos produtores
Adm. pública e participação político-social	- Pesquisas de Informações Básicas Municipais - Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - Financiamento da pós-graduação	IBGE IBGE CAPES ⁵⁷
Educação	- Censo Demográfico - Contagem de população - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Capes – Metadados do Sistema Nacional de Pós2 - Censo Escolar da Educação Básica - Censo da Educação Superior - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM - Prova Brasil - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica	IBGE IBGE IBGE CAPES INEP INEP INEP INEP INEP INEP INEP INEP
Habitação	- Censo Demográfico - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Pesquisa de Orçamentos Familiares - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde - Cadastro Único dos Programas Sociais	IBGE IBGE IBGE IBGE Ministério da Saúde Min. Desenv. Social
Justiça e segurança	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Sistema de Informações de Mortalidade - Sistema de Informações Hospitalares - Sistema de Informações Ambulatoriais - Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal - Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública	IBGE Ministério da Saúde Ministério da Saúde Ministério da Saúde Ministério da Justiça Ministério da Justiça
População	- Censo Demográfico - Contagem de População - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Pesquisa de Orçamentos Familiares - Estatísticas do Registro Civil - Sistema de Informações de Mortalidade - Sistema de Informações de Nascidos Vivos - Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde	IBGE IBGE IBGE IBGE IBGE Ministério da Saúde Ministério da Saúde Ministério da Saúde
Proteção social	- Informações Básicas Municipais - Informações Básicas Estaduais - Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho - Anuário Estatístico da Previdência Social - Boletim Estatístico da Previdência Social - Boletim Estatístico da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações da Previdência Social - Estatísticas Municipais de Previdência Social	IBGE IBGE Min. Prev. Social Min. Prev. Social Min. Prev. Social Min. Prev. Social Min. Prev. Social

⁵⁷ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Fonte: Comitê de Estatísticas Sociais.

Quadro 12: Temas do domínio Estatísticas Sociais da CIE, inserções nas bases de dados inventariadas pelo Comitê de Estatísticas Sociais e produtores, Brasil, 2008-2015

Temas da CIE	Inserções	Produtores e Inserções
Administração pública e participação político-social	3	IBGE (2); Capes (1)
Educação	11	IBGE (3); Capes (1); INEP (7)
Habitação	6	IBGE (4); Ministério da Saúde (1); Ministério do Desenvolvimento Social (1)
Justiça e segurança	6	IBGE (1); Ministério da Justiça (5)
População	8	IBGE (5); Ministério da Saúde (3)
Proteção social	7	IBGE (2); Ministério da Previdência Social (5)
Rendimento, despesa e consumo	5	IBGE (5)
Saúde	22	IBGE (6); Ministério da Saúde (16)
Trabalho	6	IBGE (3); Ministério do Trabalho (3)
Uso do Tempo	1	IBGE (1)
Todos	75	IBGE (32); Capes (2); INEP (7); Ministério da Saúde (17); Ministério do Desenvolvimento Social (1); Ministério da Justiça (5); Ministério da Previdência Social (5); Ministério do Trabalho (3)

Fonte: Elaboração própria.

Para os domínios Estatísticas Econômicas e Estatísticas Multidomínio e Meio Ambiente não se encontrou espaço consolidado, a partir da ação de diferentes instituições, potencialmente ou historicamente integrantes do SEN brasileiro, nos moldes do Comitê de Estatísticas Sociais. Sendo assim não se viabilizou um olhar na mesma medida daquele estabelecido para as estatísticas sociais, quer sobre as visibilidades, quer sobre invisibilidades.

De todo modo foi possível assegurar observação importante do domínio das Estatísticas Econômicas, reunindo-se as fontes de informações do IBGE e do Banco Central. Tal procedimento aponta a quase totalidade de cobertura, também, para os temas deste outro domínio da CIE.

O exame dos portais do Banco Central e do IBGE subsidiaram o preenchimento do quadro 13, que, ao final, está ratificado no conteúdo encontrado no portal do Banco. Um maior detalhamento é passível de ser construído, mas não se constituiria em construção conjunta pelos diferentes produtores, em instância em prol da governança e coordenação das estatísticas oficiais, a exemplo da experiência no âmbito do Comitê de Estatísticas Sociais.

Quadro 13: Temas do domínio Estatísticas Econômicas e principais instituições produtoras de estatísticas nacionais, Banco Central, Brasil, 2018

Temas	Instituições produtoras
Estatísticas econômicas setoriais	IBGE
Estatísticas macroeconômicas	IBGE, Banco Central, Institutos estaduais
Preços e custos	IBGE, FGV
Setor informal	IBGE
Outras estatísticas econômicas não especificadas anteriormente	Não se aplica

Fonte: Elaboração própria⁵⁸

Optou-se, portanto, por não avançar nessa direção. Cabe destacar, que o IBGE tomou a iniciativa de sensibilizar autoridades e parceiros para a concretização de um Comitê de Estatísticas Econômicas (IBGE, 2014). Tal comitê não tinha se viabilizado até o final de do período coberto pelo presente estudo (2016).

No campo das invisibilidades foi explorado o estudo realizado na esfera do Comitê de Estatísticas Sociais. Verificou-se que o SEN brasileiro no que diz respeito ao domínio Estatísticas Sociais, tomando-se como referência os temas da CIE, possui cobertura inquestionável. Porém, o trabalho realizado no âmbito do Comitê de Estatísticas Sociais demonstra que a falta de cobertura temática é apenas uma perspectiva possível para a identificação de lacunas estatísticas.

⁵⁸ Com base em <<http://www.bcb.gov.br/pec/sdds/port/sddsp.htm?perfil=1>> e <www.ibge.gov.br>. Acessos em: 10 fev. 2018.

Esse estudo, conforme registrado no portal do Comitê, procurou avançar no diagnóstico da produção de estatísticas oficiais, analisando potencialidades das bases de dados documentadas e suas lacunas.

“Assim, são metas principais: [...]

- Identificar potencialidades e lacunas das principais bases de dados do País com vistas à obtenção da visão sistêmica do que cabe avançar na produção e consistência das informações de natureza social.”⁵⁹

O Comitê adotou dois enfoques nessa análise das lacunas e o primeiro consistiu no exame das bases de dados listadas no quadro 11. A segunda abordagem para a observação de lacunas estatísticas foi estruturada segundo assuntos ou temas. Para tanto, foi tomado como referência o *framework* proposto pela 40ª Sessão da Comissão de Estatísticas das Nações Unidas para as temáticas do campo social (NAÇÕES UNIDAS, 2009), que leva em conta os seguintes tópicos população, família e comunidade, saúde, educação e treinamento, trabalho, recursos econômicos, habitação, crime e justiça, cultura e lazer, segundo os diversos grupos populacionais e com ampla cobertura geográfica.

No que diz respeito ao estudo sobre as bases de dados foram observadas três naturezas de lacunas: temporal, geográfica e temática.

Como exemplo, no que dizia respeito à Pesquisa Nacional de Saneamento básico foi destacada a lacuna temporal, tendo em vista a irregularidade nos levantamentos propostos para serem realizados a cada cinco anos. Sobre a o Censo Escolar, identificava-se a falta de informações para caracterização dos corpos administrativos das escolas, o que corresponderia à natureza temática. A lacuna geográfica se identificava em referência à Pesquisa Mensal de Empregos, que investigava mercado de trabalho conjuntamente em seis Regiões Metropolitanas brasileiras.⁶⁰

Desvinculada das bases de dados, na análise segundo temas, foram percebidas diferenças conceituais e demandas por novos temas. O resultado do trabalho encontra-se no portal do Comitê. Apresentam-se a seguir alguns destaques.

O estudo do tema Trabalho, tomou como ponto de partida a Convenção 160 da Organização Internacional do Trabalho, que determina as estatísticas necessárias para o estudo do mercado de trabalho. Identificou a necessidade de produzir estatísticas sobre o

⁵⁹ Comitê de Estatísticas Sociais. Disponível em <<https://ces.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

⁶⁰ Esta lacuna foi suprida com a implantação pelo IBGE da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, pesquisa que propicia indicadores conjunturais sobre mercado de trabalho no Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e concernentes a outras desagregações geográficas. Esta implantação está inserida na reformulação das pesquisas domiciliares, cujos fóruns com usuários forma analisados neste percurso empírico.

custo da mão de obra, lesões e enfermidades provocadas por acidentes de trabalho e referentes aos conflitos do trabalho.

Em alusão ao tópico Educação foram apontadas as faltas de quantificação de estudantes brasileiros, criança ou adultos, no exterior, bem como de dados salariais dos professores. Foi observada lacuna no campo temático, associada à necessária harmonização conceitual entre levantamentos e pesquisas do INEP e do IBGE.

Enfim estudos similares foram desenvolvidos sobre os temas Pobreza e Saúde. Foram identificadas, em consulta com diferentes secretarias do Ministério de Desenvolvimento Social. Sugeriu-se, por exemplo, a realização de pesquisa da qualidade do acesso a serviço de saúde, educação e assistência social para a população em geral e para beneficiários do programa de transferência de renda, Bolsa Família.

Em saúde, o grupo de estudo identificou forte aderência da produção brasileira às recomendações da Organização Mundial de Saúde, porém identificou lacunas alusivas ao controle de tuberculose, assim como a necessidade de criação de uma base de dados nacional de saúde mental, gerenciada pelo Ministério da Saúde, entre outras demandas.

O Comitê observou, também, sobre Justiça e Segurança Pública, tópicos de indiscutível relevância, que “Na área de Justiça, foi apontada a dificuldade de obtenção de dados oficiais consolidados, integrados, padronizados e atualizados sobre segurança pública e criminalidade.”⁶¹

A expectativa de melhoria desse panorama foi registrada, em razão de projeto do Ministério da Justiça em prol dessa harmonização, o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisional e sobre Drogas, instituído pela Lei nº 12.681 de 2012.

O debate sobre a Classificação Internacional de Crimes realizado no III Encontro de Produtores e Usuários indicou a persistência de lacuna de harmonização (IBGE, 2016) nessa área.

Lima e outros (2017), ao analisarem homicídios no Brasil, destacam uma lacuna de harmonização para a adequada interpretação deste fenômeno e relatam precariedade nas estatísticas nacionais.

E, enquanto isso, a violência, seja ela cometida pelos “criminosos”; pela sociedade; ou pelo Estado, ainda é vista, muitas vezes, como uma resposta legítima frente ao crime, ao medo e à insegurança. A violência é vista e aceita como parte constituinte das nossas relações sociais. E, de igual forma, esse cenário pode ser constatado até mesmo pelas precárias estatísticas públicas divulgadas no Brasil,

⁶¹ Comitê de Estatísticas Sociais. Bases de Dados. Lacunas. Disponível em <<https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/lacunas-de-informacao/lacunas-tematicas-diferencas-conceituais-e-demandaslink>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

que enfrentam não poucos obstáculos conceituais, metodológicos e político-institucionais para servirem como um retrato da realidade brasileira na área e como insumos para avaliações rigorosas das políticas públicas. Elas são, no limite, um dos fronts de batalha pela democratização da informação e pela defesa da *accountability* enquanto ferramenta de governar (LIMA, 2005). Apenas como exemplo desta complexidade, não há no país um sistema nacional oficial de estatísticas criminais com qualidade. Em termos práticos, por exemplo, o SINESP (Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública) não tem conseguido ser adequadamente alimentado desde a sua criação, em 2012, uma vez que as Unidades da Federação colocam grandes resistências para o fornecimento dos dados e não há base legal que obrigue os estados e o Distrito Federal enviarem dados e, mais ainda, enviarem segundo os mesmos critérios metodológicos e classificatórios (LIMA e outros, 2017, pp. 5-6).

Assim, no que diz respeito às invisibilidades, há um campo de pesquisa em aberto, tanto para identificá-las quanto para compreender as justificativas para ocorrerem. As análises do levantamento das interações elaborado pelo IBGE, das realizações do fórum e dos próprios Encontros reforçam esse ponto de vista. Foram observados debates e demandas referentes a estudos sobre os temas da CIE uso do tempo e aquele associado às populações especiais (subtema do tema estatísticas multidomínio), a exemplo de populações em situação de rua, indígenas e quilombolas.

Em especial essas lacunas que aludem aos grupos populacionais especiais possuem duas diferentes dimensões – a temática e a territorial. O projeto sobre povos indígenas que foi efetivado no Censo Demográfico de 2010, ademais da inclusão de questões direcionadas a esse contingente populacional, exigiu trabalho de alta complexidade, prévio à operação censitária, com o objetivo de localizar no território nacional as terras indígenas legalizadas, em que foram feitas as entrevistas de conteúdo especial. (IBGE, 2010).

Assim, no que concerne às visibilidades estatísticas ofertadas pelo SEN, foi identificada a documentação completa da produção sob responsabilidade do IBGE em seu próprio portal.

O portal do Banco Central na internet apresenta a compilação de estatísticas do domínio Estatísticas Econômicas produzidas sob sua responsabilidade e o registro de outras viabilizadas por diferentes agências, inclusive pelo IBGE. A descrição dessas estatísticas, compreendendo aspectos metodológicos, é apresentada. A cobertura temática do domínio Estatísticas Econômicas da CIE, no portal do Banco, é completa. Essa iniciativa do Banco Central, que torna pública a produção do SEN brasileiro nos temas econômicos, é motivada pela finalidade do próprio Banco. Propicia clareza sobre as estatísticas que fundamentam as estimativas sobre o desempenho da economia do País ou medidas de política econômica, atendendo ao anseio de atores nacionais e internacionais.

Tomando-o como instância proposta para direcionar a condução do Sistema Estatístico

Nacional, no que diz respeito ao domínio da CIE Estatísticas Sociais, observou-se a documentação sobre o trabalho das diferentes instituições integrantes do Comitê de Estatísticas Sociais, referente ao período 2008 a 2015, disponibilizada em seu portal. Essa exploração documental propiciou identificar, nas bases de dados ali trabalhadas, cobertura temática incontestavelmente abrangente do domínio, acarretando visibilidades estatísticas importantes, estabelecidas a partir de 55 bases de dados produzidas por oito instituições integrantes do Comitê.

Ao estudar lacunas (ou invisibilidades), o Comitê aprofundou a avaliação das limitações dessas bases, identificando nelas lacunas de ordens temática, temporal ou espacial. Identificou, também, a lacuna de harmonização dos registros de Segurança Pública e Justiça, fonte de invisibilidade, sob a ótica das estatísticas oficiais. Essa última constatação, tendo em vista a relevância que diferentes segmentos da sociedade brasileira, com diferentes motivações, atribuem ao tema, coloca em questão os critérios para o estabelecimento de prioridades estatísticas no País.

Observe-se, no entanto, que em relação ao levantamento aqui realizado das visibilidades ofertadas no campo das estatísticas oficiais brasileiras, não se pode assegurar a exaustividade. Até porque não é possível avaliá-la, pois, é parte da busca por compreender a dinâmica de definição das agendas, a inexistência de publicação consolidada da agenda em produção pelo SEN brasileiro.

A pesquisa sobre invisibilidades cumpriu o percurso de resgate e compreensão do esforço realizado pelos integrantes do Comitê de Estatísticas Sociais. Derivou desse estudo a observação de que a sustentação de instâncias com essa natureza torna viável avançar no delineamento, tanto de visibilidades quanto de invisibilidades. Tanto quanto a publicação das agendas, a compilação de invisibilidades de modo consolidado é inexistente.

Em resumo, através da abordagem empírica aqui apresentada, além de se ratificar que inexistente a publicação sistemática e consolidada das (in) visibilidades propiciadas pelas estatísticas oficiais produzidas no âmbito do SEN brasileiro, constatou-se que as invisibilidades requerem o estudo mais aprofundado, abarcando diferentes naturezas de lacunas, o que foi identificado a partir da análise desenvolvida pelo Comitê de Estatísticas Sociais.

Também, a própria dinâmica de definição das agendas e seus elementos, conforme demonstrado pelo amplo conjunto de fontes e análises exigidos para o delineamento deste percurso de investigação, não possui documentação materializada, apesar do seu caráter

fundamental à definição das estatísticas oficiais no País, e do expressivo trabalho que lhe corresponde.

Esses aspectos refletem de forma incontestável o descolamento entre a letra da lei vigente e os procedimentos adotados que, a investigação evidenciou, possuem aspectos a serem aprimorados. Simultaneamente, tais procedimentos vigentes envolvem relevantes avanços frente a lei, em direção às necessárias “aproximações sucessivas” (Schwartzman, 1996b) para o retrato da vida em sociedade, complexo e mutável.

Nesse sentido, foi notável o intensivo trabalho, sob a forma de diferentes e numerosas instâncias para a governança e interações viabilizadas, que aproxima o SEN e múltiplos atores e respectivos interesses.

Sob a ótica da cobertura temática dos debates e das demandas nos Encontros e realizações dos fóruns, a pesquisa registrou resultado próximo à exaustividade, tomando-se como referência os domínios e temas da CIE.

Por outro lado, foi observada a forte concentração de atores da administração pública, como participantes das instâncias de governança analisadas e no quadro de interações elaborado pelo IBGE. Flutuações nas participações de agrupamentos componentes da administração pública, entre os Encontros de 2006 e 2016, merecem destaque. Foi registrada a queda na participação de Universidades Públicas e de representantes de Estados e Municípios e o aumento na presença de Ministérios, Secretarias e outros.

A sinergia nas relações entre atores e o IBGE se mostrou concreta e consistente no levantamento de interações variadas e abundantes. Os ex-presidentes destacaram, adicionalmente, a positiva inserção das estatísticas brasileira no cenário internacional.

Os gestores do IBGE ressaltaram, por outro lado, dificuldades enfrentadas na alocação de recursos para a produção das estatísticas oficiais. Observaram o compartilhamento das bases de dados, que emprestaria maior efetividade à condução das estatísticas nacionais, como necessário objeto de ações estratégicas no campo da informação no País.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As motivações para avançar na compreensão da dinâmica de definição das agendas estatísticas oficiais residiram, fundamentalmente, nas duas funcionalidades dessas últimas, detentoras de força estratégica evidente no campo de ação dos Sistemas Estatísticos Nacionais: a definição das estatísticas oficiais a produzir nacionalmente e a determinação de (in) visibilidades para questões sociais, econômicas e ambientais, assim como para grupos populacionais e recortes territoriais.

Em referência à natureza das estatísticas oficiais, para além de sua identificação como ciência de Estado, prevaleceu o entendimento de que evoluíram, especialmente, nos contextos democráticos, para expressarem as demandas da sociedade como um todo. As organizações produtoras de estatísticas oficiais buscam atender às demandas de diferentes segmentos da sociedade, incluídas às necessidades governamentais, porém, sem submeter sua independência técnica ao governo em vigência de mandato, na definição do que e como produzir. Além disso, especialmente na definição das agendas, lidam com relações de poder, conflitos de interesses, recursos, legislações e normatizações, fatores que se integram à complexa realidade do entorno dessa definição.

Esse caráter de atendimento a múltiplos e distintos atores reforça a categorização de diferentes aplicações das estatísticas oficiais como forças constitutivas da sociedade. Ratifica, também as concepções teóricas de informação adotadas nesse contexto de definição de agendas com múltiplos demandantes. Tais concepções contemplam aspectos técnico-científicos e expressões materiais das estatísticas (publicações e bases de dados) e, também, a sua dimensão que possibilita, aos diferentes atores sociais, a capacidade para propor ou promover mudanças a partir das estatísticas oficiais e respectivas visibilidades ofertadas.

Braman ilustrou bem o impacto das estatísticas em sociedade ao destacar a etnicidade como construção estatística que delineia a nação. Fosse essa a única aplicação, já se justificariam ações do mais elevado grau estratégico em relação às estatísticas no campo da política de informação. No entanto, são inúmeras as aplicações, exigindo o necessário olhar dos gestores dos Sistemas Estatísticos para a exaustividade no atendimento às demandas, ou o máximo empenho na atenção ao direito à informação. Assim, ter o cumprimento da exaustividade como norma é importante, cabendo, no entanto, a permanente avaliação do quanto as forças ao redor da dinâmica das agendas são de fato aliadas desse objetivo, ademais da consideração dos recursos.

Assim, a dimensão ética foi inescapável nessa abordagem política sobre a dinâmica das agendas. No âmbito das estatísticas oficiais, o código internacional de boas práticas, os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais das Nações Unidas, abarca valores que, no decorrer do desenvolvimento teórico da pesquisa, se mostraram conexos à dinâmica de definição das agendas, dentre eles, o mencionado direito à informação. O código inclui, também, a transparência e a prestação de contas, dimensões inerentes à governança que se pretenda efetiva.

A pesquisa desenvolvida propiciou uma compreensão abrangente da dinâmica das agendas estatísticas no período 2006 a 2016 no Brasil, incluindo a oferta de espaços a diferentes atores para a participação nos debates e decisões atinentes às coberturas temáticas, sobre as quais se produziriam estatísticas, de acordo com as agendas estabelecidas. Permitiu, também, observar a variedade e estrutura temáticas envolvidas nessa dinâmica no País.

Os resultados da pesquisa evidenciaram diversidade de interações e espaços de debate sobre as estatísticas nacionais, demonstrando o importante esforço despendido pelo IBGE na atenção à efetiva governança das estatísticas oficiais no Brasil.

Assim, as versões de agendas concretizadas pelo SEN brasileiro foram influenciadas pelas necessidades estatísticas apresentadas dinamicamente no sem número de instâncias e interações observadas. Tais agendas se efetivaram a partir do equilíbrio obtido entre a pertinência das novas necessidades estatísticas reveladas e os recursos técnicos e materiais disponíveis.

As diferentes instâncias de governança e formas de interações identificadas confirmam que a definição da produção de estatísticas no Brasil se beneficia, sob essa ótica, de práticas de transparência e *accountability*, ratificando, também, a atuação do órgão coordenador do SEN brasileiro, com o objetivo de assegurar decisões permeáveis ao entorno.

Complementarmente, as numerosas instâncias de governança e interações e a abrangente cobertura temática observada apontaram para uma resposta positiva no que diz respeito à efetividade da dinâmica observada.

No entanto, a governança da definição de agendas, com suas intrínsecas dimensões de transparência e *accountability*, exige clareza na identificação dos aspectos constituintes da dinâmica. Publicar a agenda em curso, assim como a lista de lacunas e respectivas justificativas para não as viabilizar, ultrapassando a ratificação da transparência, contribuiria, também, para minimizar rupturas bruscas nos processos de trabalho das agências estatísticas, especialmente, diante de trocas de governo.

A pesquisa ratificou a necessária viabilização de registro documental, no que diz respeito à dinâmica propriamente dita das agendas estatísticas. Divulgar ações, atores, agendas e lacunas se constitui em passo básico para a própria consolidação do SEN e para a sua sólida e abrangente governança. Um ponto importante a destacar é a identificação de um espaço institucional formal para servir de *habitat* a esse registro da dinâmica das agendas e, conseqüentemente, da produção estatística nacional pelo SEN. O portal do IBGE seria o local pertinente, tendo em vista a legitimidade atribuída ao papel do instituto como coordenador das estatísticas nacionais. Complementarmente, a forma completa e detalhada como a produção do próprio Instituto encontra-se apresentada pode servir de modelo para o desenvolvimento documental sugerido.

A observação do conteúdo temático associado às agendas, comparando-se diferentes instâncias, foi viável em razão da recente homologação da CIE, que foi instrumento básico aos estudos apresentados. A CIE foi confirmada, portanto, como um instrumento promissor para a promoção da transparência e prestação de contas numa dinâmica complexa como a que se viu.

Caberia avaliar a possibilidade de desenho de uma CIE-agenda, que poderia servir para registro da agenda em curso, dando transparência às mensurações com as quais o Sistema Estatístico Nacional se compromete no período. O modelo de facetas, adotado na proposta de plano estatístico de 1992, é interessante. A CIE-agenda poderia ser estruturada, incluindo-se três facetas, correspondentes à periodicidade de divulgação dos resultados, à abrangência territorial, com a especificação dos níveis geográficos de cobertura da investigação, e à indicação da agência responsável pela produção das estatísticas.

Com esse formato, as agendas vigentes do SEN brasileiro atenderiam aos preceitos de transparência e prestação de contas, passando a ser instrumentos de acompanhamento das estatísticas oficiais por usuários em geral. Também, as agendas propiciariam a identificação das organizações integrantes do Sistema Estatístico Nacional, aspecto acentuado por Senra (2006) em relação às agendas. Esse seria mais um elemento favorável à efetiva governança da dinâmica de construção das agendas, possibilitando ao IBGE atuar como coordenador de tais organizações, com vistas à viabilização do programa estatístico.

A ampla cobertura temática das instâncias e interações examinadas, entretanto, não esgota a definição das visibilidades, em que pese sua importância. Notadamente, o exame do trabalho do Comitê de Estatísticas Sociais adverte que há outras dimensões a observar no que diz respeito a visibilidades e a invisibilidades estatísticas. Adota-se aqui a lacuna de

harmonização nas estatísticas de Segurança Pública, dentre aquelas destacadas na pesquisa, para representar essa situação.

Desse modo, cumpre reforçar, com base no trabalho realizado pelo mencionado Comitê, que também o registro sistemático das lacunas e as respectivas justificativas integrem a documentação da dinâmica das agendas. Esse tipo de documentação possibilitaria que as agências estatísticas se posicionassem sobre o conjunto completo das necessidades estatísticas expressas, bem como ampliaria a capacidade de controle da sociedade sobre os programas estatísticos vigentes e suas eventuais versões futuras.

São diversos os fatores que implicam a existência de tais lacunas, sendo a insuficiência de recursos a justificativa mais óbvia, tendo sido destacada por ex-presidentes do IBGE como controvérsia presente e que impactou, no período da pesquisa, decisões relativas, por exemplo, a algumas operações censitárias.

O gestor da informação estatística, consciente, ainda que por conhecimento tácito, da força constitutiva da sociedade inerente aos usos das estatísticas, passa a ser um agente em favor da exaustividade no atendimento às demandas. No entanto, tal exaustividade pode e deve se valer de duas instâncias, pois duas frentes de ação se fazem bem-vindas, aquela em direção ao olhar estratégico das estatísticas oficiais, como uma parte de uma política nacional integrada de informação, e o outro, o olhar da participação cidadã de diferentes atores, com aprofundamento do exercício da governança e devidas transparência e *accountability*.

Também, os resultados apontaram a excessiva concentração de atores vinculados à administração pública nos debates que subsidiaram as agendas estatísticas no período. Assim, se determinado tema ou segmento populacional não correspondesse à prioridade de um dado governo vigente, haveria risco de exclusão ou substituição de tópicos da agenda sem a devida avaliação sobre o interesse mais abrangente sobre eles.

Em outras palavras, essa representação desigual pode dificultar a percepção da relevância das diferentes demandas, inclusive das necessidades referentes a grupos mais vulneráveis, os quais tendem a dispor de instrumentos mais limitados para transmitir suas necessidades estatísticas. Nesse sentido, as práticas de atenção ao entorno sociopolítico do Sistema Estatístico brasileiro se fazem importantes, também, no que diz respeito à definição de prioridades.

Esse desequilíbrio, observado na participação de atores nos espaços de governança e interações, ao final pode acarretar risco ao amplo direito à informação e às efetivas transparência e *accountability*. É requerido suprir essa deficiência de representação de diferentes segmentos da sociedade nas diferentes instâncias de debate.

Envolver e aproximar representações de distintos atores tem potencial para propiciar uma troca importante, ampliando a percepção da sociedade para a preocupação dos gestores das estatísticas com a exaustividade do atendimento, embora, sempre condicionada a recursos. O ator participante tem potencial para se tornar em agente diretamente interessado na credibilidade e legitimidade associadas às estatísticas. A legislação estatística portuguesa ousou formalizar valores cujos cumprimentos passam, em tese, a serem observados pelos cidadãos portugueses em geral.

Outro resultado da pesquisa requer reflexão. Dentro do próprio agrupamento administração pública foi registrada a queda das participações de Universidades Públicas e de Estados e Municípios entre os dois Encontros (2016 em relação a 2006). Apesar da limitação dessa comparação, por contar com dois pontos na linha do tempo apenas, esse é um tipo de observação a considerar. Não há, em princípio, justificativa para terem se tornado menos importantes, no debate das agendas estatísticas nesse período, os olhares da pesquisa do limiar do conhecimento ou o das regionalidades do País.

Recorde-se que as agendas estatísticas se constituem em sistemas de organização do conhecimento sobre as sociedades a partir das estatísticas oficiais, com toda uma carga simbólica, explorada na dimensão sociopolítica da OC, assim como por Bourdieu (2008). São construídas no âmbito de organizações governamentais e, portanto, influenciadas por prioridades estatais. Assim, parte do processo de definição das agendas estatísticas resulta da percepção estatal em relação aos aspectos da vida em sociedade sobre os quais seria pertinente realizar a mensuração estatística.

Estas escolhas, sob o ponto de vista do Estado, resultam em consequências concretas e definem visibilidade ou invisibilidade a recortes populacionais, territoriais ou temas de interesse da sociedade. Aos gestores dos Sistemas Estatísticos compete, na definição de tais agendas, a proposição e execução de políticas informacionais para conciliar a referida dimensão estatal e os múltiplos interesses dos distintos agentes sociais. Este é mais um forte argumento para se ampliar a representatividade de atores e para monitorá-la.

A forma e a intensidade da preponderância da participação de atores representantes da administração pública federal nos fóruns estudados pode ser, ainda, efeito de sobreposição da influência secular (estatísticas como ciência de Estado), além de práticas remanescentes na gestão pública brasileira de resistência a abordagens para o campo informacional, segundo os delineamentos participativos propostas na Constituição Federal brasileira vigente.

Assim, cabe assegurar a presença das regionalidades, bem como de espaços para diferentes setores, tais como empresas, associações diversas, representantes de trabalhadores, de populações especiais e entidades sem fins de lucro. A consolidação de uma estrutura de atores assim constituída ofereceria maior possibilidade para que a dinâmica das agendas alcance estabilidade desejável, no sentido de máxima percepção e inclusão das necessidades estatísticas de diferentes setores da sociedade.

Relacionadas aos atores observaram-se, também, sinergia e controvérsias e comentou-se sobre o acesso a registros administrativos e o possível impacto que o avanço em política de dados abertos e na gestão informacional geral podem exercer sobre a atual situação. A controvérsia que corresponde ao confronto entre demandas e recursos, geralmente escassos, se faz presente. Recursos e compartilhamento das bases de dados seguem identificados como problemas ou, de acordo com a conceituação aqui seguida, seguem controversos.

Além dos pontos mencionados, a caracterização do problema das agendas estatísticas no Brasil, inclui a defasagem temporal da legislação que, a rigor, se confunde também como parte do contexto. Mais uma vez é pertinente o argumento da ausência do olhar estratégico informacional mais geral, conectando-se às estatísticas. Não custa recordar que o País tardou bastante a aderir à política de dados abertos. A Lei de Acesso à Informação foi promulgada em 2011. A boa notícia é que trouxe, segundo Malin (2012), avanços importantes.

No Brasil, três aspectos de contexto mereceram destaque: o cenário sócio-político atual e os fatos que apontam risco à ordem democrática; o cenário informacional, incluindo a proposição de participação cidadã, a partir da Constituição Federal vigente desde 1988, e a adesão à política de dados abertos; e, por fim, a defasagem do marco legal estatístico brasileiro.

A ordem democrática sustentável é pano de fundo das estatísticas oficiais no que tange ao caráter abrangente e constitutivo da sociedade de suas aplicações, assim como de práticas de governança, que sejam efetivas em transparência e *accountability*. A leitura da dinâmica de definição das agendas no Brasil realizada no presente estudo, tendo em vista a caracterização e enquadramento conceitual atribuído às estatísticas e segundo o percurso teórico adotado, sustenta-se em presença de democracia, sendo também, as próprias estatísticas, um fator de fortalecimento deste regime de poder. Nesse sentido, rumos que aprofundem a fragilização da democracia no País podem impor ajustes de assertivas, conclusões e recomendações aqui apresentadas.

O ambiente informacional nacional demonstra ações e intenções em direção ao amplo acesso à informação. A Constituição Federal, promulgada em 1988, propõe regulamentação de espaços participativos na definição e avaliação de ações governamentais e políticas públicas. A aprovação da Lei de Acesso a Informação em 2011 e práticas recentes no campo da informação aberta e democraticamente compartilhada integram o cenário. Essas iniciativas têm convivido no País com resistências a concepções de participação e abertura.

Da gestão pública da informação no Brasil é requerida visão totalizante sobre os usos, impactos, forças propulsoras e relações envolvidas, no entanto, há sinais de falta de olhar estratégico sobre as estatísticas oficiais. A falta de atualidade da legislação estatística, e as controvertidas dificuldades em avanços definitivos no compartilhamento de bases de dados para uso estatístico e na alocação de recursos reforçam essa observação. Valoriza ainda a condução do SEN brasileiro como sistema finalizado aberto, reconhecendo-se ser inquestionável a influência desse cenário mais abrangente.

Um ponto associado ao cenário global diz respeito aos impactos da forma mais recente do capitalismo anteriormente mencionados que, no caso brasileiro, se alinham também à estrutural desigualdade socioeconômica experimentada. Tal aspecto impõe a identificação de mecanismos que conduzam à redução do impacto dessa desigualdade no campo do acesso e agendamento das estatísticas oficiais e nos debates que afetam a definição das agendas, ratificando o empenho para a permanente e ampliada escuta aos diferentes atores.

A compreensão aqui alcançada sobre a definição das agendas apontou outros aspectos da própria dinâmica, das estatísticas e do Sistemas Estatísticas Nacionais a aprofundar. A proposição apresentada para a adaptação da CIE à um instrumento de documentação das agendas estatísticas, a CIE-agenda, por exemplo, requer diligências nos campos da Organização do Conhecimento e das estatísticas oficiais.

O estudo de atores do entorno do SEN se ressentiu da falta de definição ou, pelo menos, de reflexão sobre uma taxonomia adequada à compreensão dos muitos tipos de agentes e relacionamentos que se observam. O estudo de atores frente à dialética presente nas relações com os Sistemas Estatísticos, em que se alternam controvérsias e sinergia, é também um desdobramento pertinente. Cabe, avanços, portanto, na mencionada taxonomia para atores, que seria útil em futuros estudos e levantamentos, evitando-se a customização aqui exigida. Tal taxonomia seria facilitadora, também, da gestão dos SEN no que tange às articulações junto aos variados atores. Para este estudo, tópicos em política e ética informacional, mantendo-se o enfoque da complexidade das relações de poder envolvidas,

assim como no campo da Organização do Conhecimento, seriam requeridos.

Aprofundar a compreensão dos conceitos de governança e de coordenação no contexto das estatísticas nacionais, com fundamentação teórica em política de informação, sob o enfoque de enfrentamento das relações de forças atuantes, é de utilidade, tendo em vista a interdependência desses conceitos.

Esses possíveis desdobramentos identificados, ademais do próprio desenvolvimento da dissertação, demonstram que a integração da Ciência da Informação aos saberes típicos dos profissionais em estatísticas oficiais afirma-se como parceria de elevado potencial, renunciando muito aprendizado sobre a dimensão sociopolítica das estatísticas oficiais.

Ainda, a complexidade observada do objeto de estudo, a dinâmica de desenho das agendas estatísticas, ratificou a pertinência por estudá-lo a partir de abordagem de política e ética informacionais para além da gestão das etapas do ciclo estatístico e da avaliação do cumprimento de boas práticas. Foram levadas em conta história e estruturas contextualizadas sob as óticas sociais, políticas, econômicas e informacionais.

A dinâmica brasileira para o delineamento de agendas se apresentou efetiva, especialmente sob as óticas da cobertura temática e da intensiva e permanente abertura de espaços de contato com o público externo. Registra-se, no entanto, como imperativo o avanço na documentação consolidada das agendas do SEN brasileiro, incluídas visibilidades e invisibilidades, bem como no registro dos passos para sua definição. Essa iniciativa, adicionalmente, acarretaria na própria identificação das instituições participantes do SEN. Avançar no equilíbrio de representação dos segmentos da sociedade nas instâncias de debate das estatísticas se mostrou, também, essencial.

A defasagem temporal da concepção das leis estatísticas, a falta de ação coordenada para o compartilhamento das bases de dados para fins estatísticos, assim como as dificuldades na alocação de recursos para o SEN, são situações concretas do cenário nacional que apontam para o necessário olhar sobre as estatísticas oficiais, integrado ao âmbito mais abrangente da política pública de informação do País.

Por fim, diante dos acontecimentos relatados, referentes aos últimos anos do período de estudo, ficou a preocupação com a possibilidade de aprofundamento dos abalos sofridos pela democracia no Brasil. Essa questão não é menor, tendo em vista que à dinâmica de delineamento das agendas inclusivas se impõem fundamentos tais como o direito à informação, a transparência e a *accountability*. Tais fundamentos, na mesma medida em que constituem e fortalecem práticas democráticas, demandam vigor do ambiente democrático de modo a corroborar sua adoção pelos Sistemas Estatísticos.

REFERÊNCIAS

ATHIAS, L. et al. **Proposta de Projeto de Governança**. IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indicadores Sociais. No prelo.

BANCO MUNDIAL. **Governance and Development**. Washington, DC, 1992. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSPContentServer/WDSP/IB/1999/09/17/000178830_98101911081228/Rendered/PDF/multi_page.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BANCO MUNDIAL. **Relatório do desenvolvimento mundial: governança e a lei**. 2017. Disponível em <<http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2017/01/30/improving-governance-is-key-to-ensuring-equitable-growth-in-developing-countries>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

BEZERRA, A. Vigilância e Filtragem de Conteúdo das Redes Digitais. In: INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: DO DOCUMENTO ÀS REDES, 16., **Anais...** João Pessoa. 2015.

BOBBIO. **Democracia e segredo**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

_____. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1985.

BORKO, H. Information Science: what is it? **American Documentation Institute**, v.19, n.1, p. 3-5, Jan.1968.

BOURDIEU, P. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. Cap.4, p. 91-135, 2008.

BRAMAN, S. **Change of state**: information, policy and power. Cambridge, MA: MIT Press. 2006.

_____. **The Emergent Global Information Policy Regime**. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

BRASIL. Lei nº 5.878, de 11 de maio de 1973. Brasília, D.F. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5878.htm>. Acesso em: 08 mar. 2017.

_____. Decreto-lei nº 161, de 13 de fevereiro de 1967. Brasília, D.F. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0161.htm>. Acesso em: 08 mar. 2017.

_____. Decreto nº 74.084, de 20 de maio de 1974. Brasília, D.F. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/confest_e_confega/decreto_74084.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2017.

_____. Lei nº 5.534, de 14 de novembro de 1968. Brasília, D.F. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5534.htm>. Acesso em: 08 mar. 2017.

_____. Decreto nº 77.624, de 17 de maio de 1976. Brasília, D.F. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D77624.htm>. Acesso em: 08 mar. 2017.

_____. Decreto nº 4.740, de 13 de junho de 2003. Brasília, D.F. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4740.htm>. Acesso em: 08 mar. 2017.

_____. Portaria nº 215, de 12 de agosto de 2004. Brasília, D.F. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/disseminacao/eventos/missao/regimento.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2017.

BRESSER-PEREIRA sobre impeachment: 'É uma vergonha'. **Revista Fórum**. Porto Alegre. 17 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?edicao=20920&t=series-historicas>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

BUCKLAND, M. Information as thing. **Journal of the American Society of Information Science**, v.42, n.5, p. 351-360, June 1991.

CAPURRO, R. Desafíos teóricos y prácticos de la ética intercultural de la información, In: FLORIDI, L. Ethics in the Infosphere. **The Philosophers' Magazine**, v. 6, p. 18-19, 2001. Disponível em: <<http://www.capurro.de/paraiba.html>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

_____. What is Information Science for? a philosophical reflection, In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). **Conceptions of Library and Information Science; historical, empirical and theoretical perspectives**, London; Los Angeles: TaylorGraham, 1992. p. 82-96.

_____; HJØRLAND, B. The concepts of information. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 37, cap 8, p. 343-411, 2003. Disponível em <<http://www.capurro.de/infoconcept.html>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

CARDOSO, S.R. **As estatísticas do IBGE no Estado democrático: relevância, imparcialidade e igualdade de acesso**. 2017. Tese (Doutorado), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Educação e Humanidades, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2017b.

_____. Especificidades e controvérsias do Sistema Estatístico Brasileiro. **Revista de Estudios Brasileños**, v. 4, n. 61, primer sem. 2017a.

_____. O lugar da autonomia e da participação social no Sistema Estatístico Nacional. **Administração Pública e Gestão Social**, v.8, n.1, jan.-mar. 2016.

CHENAIS, G. **A National Strategy for the Development of Statistics (NSDS): a proposal for the structure of the final document**. The Partnership in Statistics for Development in the 21st Century - Paris 21. 2008.

CLASSIFICAÇÃO de Informações Estatísticas, Metadados IBGE, Classificação Temática. Disponível em: <<https://metadados.ibge.gov.br/consulta/prnClassificacaoTematica.aspx>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS, GEOGRÁFICAS E AMBIENTAIS - INFOPLAN, 3., 2016, Rio de Janeiro. IBGE. 2018. Disponível em: <<https://eventos.ibge.gov.br/3conferencia>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

CORREIA, F.; RIBEIRO, M.; ZILHÃO, M.J. Statistical literacy: statistics Portugal approach to improve it. **European Conference of Quality, 2014**. Disponível em <<http://www.q2014.at/papers-presentations.html>>. Acesso em: 07 jan. 2018.

CUNHA, A.S.F. **Em torno da Engenharia dos Sistemas Estatísticos Nacionais nos Estados de Direito Democrático**. Lisboa. 2014. Mimeo.

DAHLBERG, I. Knowledge Organization: a new Science? **Knowledge Organization**. V. 33, n.1, p. 11-19, 2006.

DANTAS, M. Dialética da informação: uma leitura epistemológica no pensamento de Vieira Pinto e Anthony Wilden (I). **Liinc em Revista**, v. 11, n. 2, 2015.

_____. Dialética da informação: Uma leitura epistemológica no pensamento de Vieira Pinto e Anthony Wilden (II). **Liinc em Revista**, v. 12, n. 1, 2016.

_____. **Trabalho com informação**: valor, acumulação, apropriação nas redes do capital. Rio de Janeiro, RJ: CFCH/ECO-UFRJ, 2012. Disponível em <www.marcosdantas.pro.br>. Acesso em: 03 jan. 2017.

DÉBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1967. [Cap. 1, 2 e 8](#).

ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, 2., 2006, Rio de Janeiro. IBGE. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/confest_e_confefe/index2.htm>. Acesso em: 05 dez. 2017.

FELLEGI, I.P. Characteristics of an effective statistical system. **International Statistics Review** (1996), v. 64, n. 2, p. 165-197. 1996.

_____. Official statistics: pressures and challenges, ISI President's Invited Lecture, 2003, **International Statistics Review**, v. 72, n. 1, p. 139-155. 2004.

FONSECA, S. M. A educação, com ajuda da imprensa, (pós) graduou a atividade estatística. In: Senra, N.C. (coord.). **Organizando a coordenação nacional: Estatística, educação e ação pública na Era Vargas**. Rio de Janeiro, 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Editora Paz & Terra, 2014.

_____. **População, território e segurança**. Martins Fontes, São Paulo, 2008.

FROHMANN, B. Taking policy beyond information science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23, 1995, Edmond, Alberta. **Anais...**

GIDDENS, A. (2008). **O estado-nação e a violência**. São Paulo, Ed. Edusp, 2008. Cap. 7.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos Cenários políticos para a Informação, **Ciência da Informação**, Brasília, v.31, n.1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

_____. Regime de informação: construção de um conceito, **Informação e Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012.

GUIMARÃES, E. A. Produção de estatística e sistema estatístico, Rio de Janeiro, **Revista Brasileira de Estatística**, v.51, n.195, 1990.

GUIMARÃES, J.O.C. (2014). Análise de domínio como perspectiva metodológica em organização da informação, **Ciência da Informação**, Brasília, v. 41 n. 1, p. 13-21, jan./abr. 2014.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1996, p. 257-289. Cap. 17.

HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**. 35, n.2/n.3, p. 86-101, 2008.

IBGE. Código de boas práticas das estatísticas do IBGE, Rio de Janeiro, **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Métodos e Qualidade**. 2013a. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=293799>>. Acesso em: 05 mar. 2017.

_____. Planejamento Estratégico 2012-2015 (Edição Revisada). 2013b. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=263449&view=detalhes>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. Sistema de Estatísticas Econômicas Integradas, SEEI. **Diretoria de Pesquisas**. Rio de Janeiro. 2014.

_____. **Projeto de Reformulação das Pesquisas Domiciliares Amostrais do IBGE**. Disponível em <www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/>. Acesso em: 10 mar. 2017.

INDICADORES IBGE: **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua - PNAD-C – Trimestre móvel Fev.-Abr. 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018, p.4. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

INTERNATIONAL ISKO CONFERENCE – ISKORIO2016, 14, 2016, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://isko-brasil.org.br/?page_id=711>. Acesso em 30 mar. 2018.

JANNUZZI, P. de M. **Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais, uma introdução aos conceitos e técnicas**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2016.

LIMA, R.S. et al. **Democracia, Homicídios e Segurança no Brasil: entre simulacros e políticas públicas**, 2017. Mimeo.

MALIN, A.M.B. **Estado e Sociedade de Informação no Brasil: uma investigação sobre o papel da Informação na gestão pública**. 2003. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – MCT/IBICT-UFRJ/ECO, Rio de Janeiro, 2003.

_____. O mal-estar brasileiro na sociedade da informação, **São Paulo em Perspectiva**, p. 30-35, 1998.

_____. Reflexões sobre a adesão brasileira ao Regime Global de Acesso à Informação Pública. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13, 2012, **Anais eletrônicos...** Disponível em <http://obgi.org/wp-content/uploads/2013/08/Produção-Intelectual-2012-Reflexões-sobre-a-adesão-brasileira-ao-regime-global-de-acesso-à-informação-pública.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2018.

MIGUEL, L.F. A democracia na encruzilhada. In JINKINS, I.; DORIA K; e CLETO, M. **Porque gritamos golpe?** Editora: Boitempo, 2016, p. 31-37.

NAÇÕES UNIDAS. **A world that counts, mobilising the data revolution for sustainable development.** Independent expert advisory group on a data Revolution for sustainable development, 2014a.

_____. **Meeting of the Expert Group on International Statistical Classifications, New York, 2017.** Final report. Disponível em <https://unstats.un.org/unsd/class/intercop/expertgroup/2017/AC340-4.PDF>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. Final Report on the Expert Group Meeting on the Scope and Content of Social Statistics. **Background document, Statistical Commission Fortieth session, N.Y., 2009.**

_____. Fundamental Principles of Official Statistics. 2014b. Disponível em <<http://unstat.un.org/unsd/dnss/gp/fundprinciples>>. Acesso em: 9 de abr. 2017.

_____. Fundamental Principles of Official Statistics: Implementation guidelines. **Final draft, subject to editing (January 2015)**”, 46ª Sessão da CENU, 2015.

_____. Guidelines for the Template for a Generic National Quality Assurance Framework. Room document, **United Nations Statistical Commission, forty-third session, 2012a.**

_____. Guidelines on Integrates Economic Statistic. **Department of Economic and Social Affairs, Studies in Methods, Series F**, New York, 2013.

_____. National Quality Assurance Frameworks, 2012b. Disponível em <<http://unstats.un.org/unsd/dnss/qualityNQAF/nqaf.aspx>>. Acesso em: 05 mar. de 2017.

_____. Realizing the future, we want for all Report to the Secretary-General. **UN System Task Team on the Post-2015 United Nations, Development Agenda, 2012c.**

_____. Relatório de Desenvolvimento Humano, 2016b, PNUD. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/relatorio-do-pnud-destaca-grupos-sociais-que-nao-se-beneficiam-do-desenvolvimento-humano-brasil-estagnou-no-idh/>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

_____. Report of the Global Working Group on Big Data for Official Statistics. **United Nations Statistical Commission, 47th session, 2016a.**

OBJETIVOS de Desenvolvimento Sustentável - ODS. In: Nações Unidas do Brasil, 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

OFFICIAL Statistics. In: INTERNACIONAL ASSOCIATION FOR OFFICIAL STATISTICS - IAOS, 2017. Disponível em: <<http://www.iaos-isi.org/>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. In: INTERNATIONAL STATISTICAL INSTITUTE – ISI, 2017. Disponível em: <<https://www.isi-web.org/>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

_____. In: UNITED NATION STATISICAL DIVISION – UNSC, 2017. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/default.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

PENNECK, S. New challenges facing official statistics, A panel discussion held at the World Statistics Congress on Monday 26 August 2013. **Statistical Journal of the IAOS**, n. 30, p.3- 16, 2014.

PINHEIRO, L.V.R. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciados da nova área. In: **O CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: GÊNESES, CONEXÕES E ESPECIALIDADES**, João Pessoa, UFPB, 2002. P. 61-85.

_____. Marcos da Ciência da Informação: os primórdios e alguns eventos subsequentes. **Apresentação em aula ministrada na disciplina Perspectivas da Ciência da Informação** – IBICT-UFRJ/PPGCI, abr. 2016.

PINTO, A. V. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. 2 v.

PLATECK, R. e SÄRNDAL, C. Can a statistician deliver? **Journal of Official Statistics**, v. 17, n. 1, p. 1-20, 2001.

PORTUGAL. **Lei do Sistema Estatístico Nacional, Instituto Nacional de Estatística**.

Disponível em:

<https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cont_inst&INST=53870&xlang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2017.

SCHNEIDER, M. Ética, política e epistemologia: interfaces da informação. In: ALBAGLI, Sarita (Org.) **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília, DF: Ibict, 2013, p. 57-77.

Disponível em:

<http://www.liinc.ufrj.br/pt/attachments/319_Fronteiras%20da%20Ci%C3%Aancia%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 26 maio 2017.

SCHNEIDER, M.; BEZERRA, A. Dominação simbólica e reificação: contribuições de Pierre Bourdieu, Karl Marx e György Lukács para os estudos sobre ética e competência crítica em informação. In: **A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO ENCONTRA PIERRE BOURDIEU**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2017.

SCHNEIDER, M.; SALDANHA, G. (Orgs.). Introdução: Desafios ético-epistemológicos da Era da informação, **Liinc em Revista**, v. 11, n. 2, 2015. Disponível em

<<http://liinc.revista.ibict.br/index.php/liinc/issue/view/47>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

SCHWARTZMAN, S. **Legitimidade, controvérsias, traduções em estatística pública**. Rio de Janeiro, 1996a. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/estpub.htm>. Acesso em: 05 mar. 2017.

SCHWARTZMAN, S. **O Sistema Estatístico Nacional**. 1996b. Disponível em http://www.schwartzman.org.br/simon/sistema_est.htm. Acesso em: 05 mar. 2017.

SELTZER, W. **Politics and statistics: independence, dependence or interaction**. New York: United Nations, Department of Economic and Social Information and Policy Analysis, 1994. 34 p. (Working paper, n. 6).

SENRA, N. C. **A coordenação da estatística nacional: o equilíbrio entre o desejável e o possível**. 1998. **Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - CNPq/IBICT-UFRJ/ECO**, Rio de Janeiro.

_____. **O saber e o poder das estatísticas**. IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. Quanto aos produtores das estatísticas: como nomeá-los e onde formá-los? O caso do IBGE nos anos 1940 e 1950. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, DA SOCIEDADE BRASILEIRA DA HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 14, 2014. **Anais...**

_____; FONSECA, S.M.; MILLIONS, T. **O desafio de retratar o país**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS – SCNT. **Séries históricas do PIB a preços de mercado – taxa acumulada em 4 trimestres (%). 1º trimestre 1996 – 1º trimestre 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?edicao=20920&t=series-historicas>. Acesso em: 30 abr. 2018.

STIGLITZ, J.; SEN, A.; FITOUSSI, J. Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress. **Eurostat**, 2009.

TABELA de Natureza Jurídica, Comissão Nacional de Classificações. Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/estrutura/natjur-estrutura/natureza-juridica-2016>. Acesso em: 15 fev. 2018.

TOMAZELLI, I. FGV: Mercado de trabalho vive situação de pleno emprego. **Estadão**, São Paulo, 17 jan. 2014. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,fgv-mercado-de-trabalho-vive-situacao-de-pleno-emprego,175625e>. Acesso em: 17 abr. 2018

WILDEN, A. Informação. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI, v. 34, Lisboa: Imprensa Nacional, p. 11- 77, 2001.

ANEXOS

ANEXO A

CLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS - CIE

O presente anexo consiste em informações disponibilizadas no portal do IBGE.⁶²

ESTRUTURA DA CLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS – CIE
(Constituída por quatro domínios, formados por temas que, por sua vez, podem ser formados ou não por subtemas)

Domínio: Estatísticas Sociais

- Tema: Administração pública e participação político-social
 - Subtema: Estrutura e gestão da administração pública
 - Subtema: Participação político-social
- Tema: Educação
- Tema: Habitação
- Tema: Justiça e segurança
- Tema: População
 - Subtema: Características gerais da população
 - Subtema: Componentes da dinâmica demográfica e estatísticas vitais
 - Subtema: Família
 - Subtema: Grupos populacionais específicos
 - Subtema: Nupcialidade
- Tema: Proteção social
- Tema: Rendimento, despesa e consumo
- Tema: Saúde
- Tema: Trabalho
 - Subtema: Outras formas de trabalho
 - Subtema: Trabalho remunerado
- Tema: Uso do Tempo

Domínio: Estatísticas multidomínio e Meio Ambiente

- Tema: Estatísticas multidomínio
 - Subtema: Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I
 - Subtema: Condições de vida, pobreza e desigualdade
 - Subtema: Cultura, recreação e esporte
 - Subtema: Empreendedorismo
 - Subtema: Gênero
 - Subtema: Sociedade da Informação
 - Subtema: Turismo

Tema: Meio Ambiente

Domínio: Estatísticas Econômicas

- Tema: Estatísticas econômicas setoriais
 - Subtema: Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura
 - Subtema: Comércio

⁶² Classificação de Informações Estatísticas, encontram-se domínios, temas e subtemas da CIE e as respectivas operações estatísticas em que os temas ou subtemas, se existentes, são investigados. CLASSIFICAÇÃO de Informações Estatísticas, Metadados IBGE, Classificação Temática. Disponível em <https://metadados.ibge.gov.br/consulta/prnClassificacaoTematica.aspx> . Acesso em: 15 nov. 2017.

Subtema: Construção
 Subtema: Indústrias de transformação
 Subtema: Indústrias extrativas
 Subtema: Serviços
 Tema: Estatísticas macroeconômicas
 Comércio internacional e balanço de pagamentos (Subtema)
 Contas Nacionais (Subtema)
 Finanças públicas (Subtema)
 Tema: Outras estatísticas econômicas não especificadas anteriormente
 Tema: Preços e custos
 Tema: Setor informal
 Domínio: Métodos e classificações
 Tema: Classificações e listas estatísticas

São objeto da presente investigação a dinâmica de desenho das agendas estatísticas concernentes aos domínios Estatísticas Sociais, Estatísticas Multidomínio e Meio Ambiente e Estatísticas Econômicas.

DESCRITORES DOS DOMÍNIOS, TEMAS E SUBTEMAS DA CIE

Domínio: Estatísticas Sociais

Compreende as informações sobre população; trabalho; educação; saúde; rendimento, despesa e consumo; proteção social; habitação; justiça e segurança; participação política e social; uso do tempo e grupos populacionais específicos.

Compreende também as informações sobre a administração pública, no que diz respeito à estrutura, dinâmica e funcionamento dos governos estaduais e municipais.

Tema: Administração pública e participação político-social

Compreende as informações sobre gestão da administração pública e a estrutura dos entes federados, bem como os instrumentos utilizados pelas pessoas para expressar seus interesses sociais, econômicos e políticos, abrangendo filiação a sindicatos, associação a órgãos de classe e comunitários, participação através do sistema de representação política e demais conexões sociais, entre outros aspectos. Este tema não compreende a gestão pública das políticas setoriais específicas, tais como:

- Educação
- Saúde
- Proteção social
- Habitação
- Direitos humanos (*Justiça e segurança*)
- Cultura, recreação e esporte
- Meio ambiente

Subtema: Estrutura e gestão da administração pública

Compreende as informações sobre gestão da administração pública, a estrutura e a relação dos entes federados.

Tema: Educação

Compreende as informações sobre educação, abrangendo condição de alfabetização, frequência a creche ou escola, rede e área de ensino, grau de instrução, e gestão da educação, entre outros aspectos.

Tema: Habitação

Compreende as informações sobre habitação, abrangendo tipo de domicílio; material utilizado na construção do domicílio (piso, parede); serviços de infraestrutura básica (abastecimento de água, esgotamento sanitário, destino do lixo e iluminação elétrica) disponíveis no domicílio; urbanização e vizinhança; condição de ocupação; posse de bens duráveis; e gestão pública da habitação, entre outros aspectos.

Este tema não compreende:

- Despesas das famílias com aluguéis (*Rendimento, despesa e consumo*)

Tema: Justiça e segurança

Compreende as informações sobre segurança e vitimização das pessoas, abrangendo aparatos de justiça, mecanismos de segurança pública, e gestão das políticas deste setor, entre outros aspectos.

Tema: População

Compreende as informações sobre características gerais da população, as componentes demográficas (fecundidade, migração, mortalidade); estatísticas vitais, famílias, nupcialidade, grupos populacionais específicos, entre outros.

Este tema não compreende:

- Causas de mortalidade (*Saúde*)
- Religião (*Cultura, recreação e esportes*)
- Gênero (*Estatísticas multidomínio*)

Subtema: Características gerais da população

Compreende as informações sobre tamanho e estrutura (por idade e sexo), distribuição da população, densidade e urbanização.

Subtema: Componentes da dinâmica demográfica e estatísticas vitais

Compreende as informações sobre os níveis e características da fecundidade, migração e mortalidade da população, bem como sobre os nascimentos e óbitos.

Subtema: Família

Compreende informações sobre as estruturas familiares e das unidades domésticas, seus padrões de organização (famílias reconstituídas, casais do mesmo sexo, casais que moram separados, crianças com dupla residência, famílias monoparentais e pessoas que moram sozinhas) e os ciclos de vida familiar (considerando a presença de crianças e jovens em diferentes faixas etárias, idosos e participação dos adultos membros no mercado de trabalho).

Subtema: Grupos populacionais específicos

Compreende as estatísticas agrupadas por segmentos específicos da população a partir dos grupos geracionais (crianças, adolescentes, jovens, idosos), étnico raciais (indígenas, quilombolas, entre outros) ou regionais. Compreende também pessoas com deficiência.

Este subtema não compreende:

- Gênero (*Estatísticas multidomínio*)

Subtema: Nupcialidade

Compreende informações sobre os modelos de formação e dissolução dos arranjos conjugais, casamentos e divórcios, e as transformações econômicas e culturais que impactam sobre a nupcialidade da população brasileira.

Tema: Proteção social

Compreende as informações sobre ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios para a redução e prevenção de vulnerabilidades e riscos, vitimizações, fragilidades, contingências, que cidadãos e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida, por decorrência de restrições sociais, econômicas, políticas, naturais ou de ofensas à dignidade humana, tais como: desemprego; doença; invalidez; envelhecimento; e perda de cônjuge ou pais. Inclui também ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios para enfrentamento da pobreza e da desigualdade, e para promoção de bem-estar e proteção social a famílias, crianças, adolescentes e jovens, pessoas com deficiência e idosos, entre outros.

Compreende também a gestão pública da assistência social.

Tema: Rendimento, despesa e consumo

Compreende as informações sobre rendimento (monetário e não monetário), abrangendo tipos e distribuição de rendimentos e despesas; transferências recebidas e pagas; padrões de consumo; posse de bens de consumo e duráveis; e orçamentos familiares, entre outros aspectos.

Este tema não compreende:

- Companhias de seguro como atores sociais (*Estatísticas financeiras*)
- Fundos de pensão como atores em mercados financeiros (*Estatísticas financeiras*)
- Condições de vida, pobreza e desigualdade
- Inclusão ou exclusão social (*Condições de vida, pobreza e desigualdade*)

Tema: Saúde

Compreende as informações sobre saúde, abrangendo morbidade e causas de mortalidade; acesso e utilização de serviços de saúde; gastos com saúde; estilo de vida (alimentação, tabagismo, consumo de álcool); nutrição (aquisição de alimentos, segurança alimentar e nutricional, avaliação nutricional); deficiência e capacidade funcional; infraestrutura e gestão da saúde; e conta-satélite da saúde, entre outros aspectos.

Tema: Trabalho

Compreende trabalho remunerado e outras formas de trabalho.

Subtema: Outras formas de trabalho

Compreende as informações sobre as outras formas de trabalho (trabalho para o próprio consumo, trabalho voluntário, afazeres domésticos e cuidados de pessoas moradoras do próprio domicílio ou familiares residentes em outros domicílios).

Este tema não compreende:

- Trabalho remunerado
- Uso do tempo

Subtema: Trabalho remunerado

Compreende as informações sobre força de trabalho e mercado de trabalho, abrangendo informações sobre população na força de trabalho, ocupação, desocupação, posição na ocupação, horas trabalhadas; características do empreendimento ou negócio (atividade econômica, tamanho do empreendimento, existência de estabelecimento para funcionar); saúde e segurança no trabalho (acidentes e enfermidades ocupacionais); trabalho decente; e grupos vulneráveis, entre outros aspectos.

Este tema não compreende:

- Trabalho para o próprio consumo, o trabalho voluntário, afazeres domésticos e cuidados de pessoas moradoras no próprio domicílio ou familiares residentes em outros domicílios. (*Outras formas de trabalho*)
- Rendimento do trabalho (*Rendimento, despesa e consumo*)
- Seguro desemprego e benefícios de proteção social (*Proteção social*)
- Participação sindical (*Participação política e conexões sociais*)
- Setor informal (*Estatísticas econômicas*)

Tema: Uso do Tempo

Compreende as informações de como as pessoas distribuem o seu tempo entre as diferentes atividades que realizam, incluindo o trabalho em uma ocupação e outras formas de trabalho (trabalho para o próprio consumo, trabalho voluntário, afazeres domésticos e cuidados de pessoas moradoras do próprio domicílio ou familiares residentes em outros domicílios), educação, cultura, esporte, lazer, comunicação, entre outros aspectos.

Domínio: Estatísticas Multidomínio e Meio Ambiente

Compreende as abordagens temáticas específicas que perpassam pelo menos dois domínios – demografia e estatísticas sociais, estatísticas econômicas e estatísticas ambientais – bem como as informações sobre meio ambiente.

Tema: Estatísticas multidomínio

Compreende as abordagens temáticas específicas que perpassam pelo menos dois domínios – demografia e estatísticas sociais, estatísticas econômicas e estatísticas ambientais.

Compreende os subtemas Condições de vida, pobreza e desigualdade; Sociedade da informação; Empreendedorismo; Gênero; Cultura, recreação e esporte; e Turismo.

Subtema: Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I

Compreende as informações sobre a nova produção do conhecimento, abrangendo Pesquisa e Desenvolvimento - P&D; inovação; recursos humanos em Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I; tecnologias transversais (biotecnologia, nanotecnologia, entre outras); financiamentos em P&D e inovação; indústrias de alta tecnologia; e serviços baseados no conhecimento, entre outros aspectos.

Este tema não compreende:

- Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC (*Sociedade da informação*)

Subtema: Condições de vida, pobreza e desigualdade

Compreende as informações sobre condições de vida da população em seu sentido mais amplo, abrangendo medidas de desigualdade e pobreza; inclusão ou exclusão social; indicadores de situação social, qualidade de vida e de vulnerabilidade ambiental; entre outros aspectos.

Subtema: Cultura, recreação e esporte

Compreende as informações sobre os hábitos e práticas culturais, esportivas e recreativas da população brasileira, abrangendo a religião, a língua falada e demais traços étnicos, a infraestrutura e o acesso aos bens e serviços culturais e esportivos, a produção cultural e o patrimônio, os meios de comunicação, bem como os gastos públicos e das famílias, financiamentos e gestão da cultura e do esporte, entre outros aspectos.

Subtema: Empreendedorismo

Compreende as informações sobre mensuração dos determinantes, performance e impacto da atividade empreendedora de pessoas e organizações, considerando-se como tal a ação humana de empreender em busca da geração de valor através da criação ou expansão da atividade econômica, pela identificação e exploração de novos produtos, processos e mercados.

Subtema: Gênero

Compreende as estatísticas sobre a forma como a sociedade cria os diferentes papéis sociais e comportamentos relacionados aos homens e às mulheres, criando padrões do que é próprio para o feminino e para o masculino e a partir destas compreensões estabelecem relações diversas e/ou desiguais nas várias dimensões da vida social.

Subtema: Sociedade da Informação

Compreende as informações sobre Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC, abrangendo infraestrutura; acesso e utilização (inclusive Internet) por empresas e indivíduos; gastos e investimentos; redes de telecomunicações; comunicações eletrônicas; comércio eletrônico; e-learning; setor TIC; e comércio internacional de produtos, entre outros aspectos.

Subtema: Turismo

Compreende as informações sobre atividade dos visitantes (estrangeiros ou nacionais), abrangendo chegadas e partidas, diárias, gastos e propósito da visita; infraestrutura; e conta-satélite do turismo, entre outros aspectos.

Tema: Meio Ambiente

Compreende as informações sobre recursos naturais (solo, subsolo, vegetação, fauna, flora, recursos hídricos, ar); clima; impacto das atividades sociais, econômicas e culturais exercidas pelo homem sobre os recursos naturais e o meio ambiente; prestação de serviços de saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, manejo de efluentes líquidos) e doenças relacionadas; gastos e dispêndios com proteção ambiental; indicadores agroambientais (uso de agrotóxicos e fertilizantes, agricultura orgânica); monitoramento ambiental (poluição, ecossistemas, uso da terra, proteção ambiental); riscos e desastres ambientais; unidades de conservação da natureza e terras indígenas; desenvolvimento sustentável; e gestão e política ambientais, entre outros aspectos. Compreende também as contas ambientais.

Domínio: Estatísticas Econômicas

Compreende as informações sobre atividades derivadas da participação das empresas e outras organizações no processo de produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

Tema: Estatísticas econômicas setoriais

Compreende as informações sobre atividades econômicas desenvolvidas pelas unidades de produção, abrangendo ramos específicos, tais como Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, Indústrias extrativas, Indústrias de transformação, Construção, Comércio e Serviços, definidos de acordo com a sua atividade principal, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0.

Este tema não compreende:

- Educação
- Saúde
- Governo e estatísticas do setor público (*Finanças públicas*)
- Estatísticas financeiras
- Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (*Ciência, Tecnologia e Inovação*)
- Setor de Tecnologias de Informação e Comunicação - setor TIC (*Sociedade da informação*)

Subtema: Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura

Compreende as informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos, e emprego, entre outros aspectos, específicas das atividades da Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, que pertencem à seção A da CNAE 2.0.

Este tema não compreende:

- Preços agrícolas e similares (*Preços e custos*)

Subtema: Comércio

Compreende as informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos, e emprego, entre outros aspectos, específicas das atividades do Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas, que pertencem à seção G da CNAE 2.0.

Subtema: Construção

Compreende as informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos, e emprego, entre outros aspectos, específicas das atividades da Construção, que pertencem à seção F da CNAE 2.0.

Este tema não compreende:

Custos e índices da construção civil (*Preços e custos*)

Subtema: Indústrias de transformação

Compreende as informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos, e emprego, entre outros aspectos, específicas das atividades das Indústrias de transformação, que pertencem à seção C da CNAE 2.0.

Este tema não compreende:

- Preços de produtos manufaturados (*Preços e custos*)

Subtema: Indústrias extrativas

Compreende as informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos, e emprego, entre outros aspectos, específicas das atividades das Indústrias extrativas, que pertencem à seção B da CNAE 2.0.

Subtema: Serviços

Compreende as informações econômico-financeiras, de produção, bens e serviços consumidos, e emprego, entre outros aspectos, específicas das atividades dos Serviços, que pertencem às seguintes seções da CNAE 2.0: H - Transporte, armazenagem e correio; I - Alojamento e alimentação; J - Informação e comunicação; L - Atividades imobiliárias; M - Atividades profissionais, científicas e técnicas; N - Atividades administrativas e serviços complementares; parte da seção R - Artes, cultura, esporte e recreação; e S - Outras atividades de serviços.

Este subtema não compreende:

- Educação
- Saúde
- Finanças públicas
- Estatísticas financeiras
- Cultura, recreação e esporte (*Estatísticas multidomínio*)

Tema: Estatísticas macroeconômicas

Compreende as informações sobre estrutura, conduta e desempenho da economia nacional como um todo, abrangendo contas nacionais, finanças públicas, estatísticas financeiras, comércio internacional e balanço de pagamentos.

Subtema: Comércio internacional e balanço de pagamentos

Compreende as informações sobre transações econômicas da economia nacional com o resto do mundo, abrangendo mercadorias, serviços e renda; direitos financeiros e passivos; e doações, classificadas como transferências unilaterais, entre outros aspectos.

Subtema: Contas Nacionais

Compreende as informações sobre geração, distribuição e uso da renda no País, acumulação de ativos não financeiros e relações entre a economia nacional e o resto do mundo, abrangendo indicadores como Produto Interno Bruto - PIB, PIB *per capita*, e Renda Nacional Bruta, entre outros aspectos. Tem como referência metodológica as recomendações internacionais sobre a compilação de dados econômicos expressas no manual *System of National Accounts* - SNA. Compreende também Contas Regionais e PIB dos municípios.

Este subtema não compreende:

- Conta-satélite da saúde (*Saúde*)
- Estatísticas de preços (*Preços e custos*)
- Conta-satélite do turismo (*Turismo*)
- Contas ambientais (*Meio ambiente*)

Subtema: Finanças públicas

Compreende as informações sobre execução orçamentária das administrações públicas federal, estadual e municipal e resultados das empresas públicas, abrangendo detalhamento de contas de receita e despesa, fluxos de caixa, ativo e passivo, entre outros aspectos.

Este subtema não compreende despesa pública em áreas específicas, tais como:

- Educação
- Saúde
- Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (*Ciência, Tecnologia e Inovação*)

Tema: Outras estatísticas econômicas não especificadas anteriormente

Compreende as informações econômicas sobre empresas e outras organizações em diferentes setores e trata de temas como demografia das empresas, empresas por porte específico, e instituições sem fins lucrativos, entre outros aspectos.

Tema: Preços e custos

Compreende as informações sobre as variações de preços dos bens e serviços produzidos na economia, abrangendo índices de preços ao consumidor, índices de preços ao produtor, e, ainda, comparações internacionais, visando medir as paridades de poder de compra e os níveis correspondentes de preço e volume do Produto Interno Bruto - PIB, entre outros aspectos. Compreende também as informações sobre custos e índices da construção civil

Tema: Setor informal

Compreende as informações sobre unidades econômicas que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar ocupação e rendimento para as pessoas envolvidas, operando, tipicamente, com baixo nível de organização, com alguma ou nenhuma divisão entre trabalho e capital como fatores de produção, e em pequena escala, sendo ou não formalmente constituídas.

Domínio: Métodos e classificações

Compreende classificações e listas estatísticas, notas técnicas e relatórios sobre os procedimentos metodológicos, e outros documentos técnicos.

Tema: Classificações e listas estatísticas

Compreende as classificações usadas no Sistema Estatístico Nacional e nos cadastros administrativos do País, bem como as classificações internacionais a elas associadas. Compreende também as listas de produtos e serviços por setores econômicos.

ANEXO B
LEVANTAMENTO DE INTERAÇÕES COM DIFERENTES ORGANIZAÇÕES
REALIZADO PELO IBGE - ABRIL DE 2013

(continua)

Natureza da organização	Tema ou objeto da interação	Natureza da interação	Situação	IBGE - Áreas envolvidas
Administração Indireta, Agências Reguladoras e Tribunais	Índice de Custo da Saúde Suplementar – apoio metodológico construção do índice	Colaboração técnica	Aguardando encaminhamento	ÁREA DE PESQUISAS
	PIB Trimestral (Acesso à base da ANATEL para compilação de dados utilizados na elaboração do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais)	Acesso à base de dados	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Telecomunicações - acesso à base de dados	Acordo de Cooperação	Em negociação	ÁREA DE PESQUISAS
	Sistema de Contas Nacionais (Acesso à base da ANEEL para compilação de dados utilizados na elaboração do SCN)	Acesso à base de dados	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) – Estudo detalhado das áreas impactadas direta ou indiretamente pelas estradas projetadas.	Acordo de Cooperação	Em Negociação	ÁREA DE PESQUISAS E OUTRA ÁREA
	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - Implantação de Redes GPS nos estados da Federação e estabelecimento de estações ativas GNSS com objetivos de densificação da Rede INCRA de Bases Comunitárias GNSS – RIBAC e da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS - RBMC	Acordo de Cooperação	Em Andamento	OUTRA ÁREA
	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – Cooperação técnica nas áreas da Geodésia, cadastro e cartografia.	Acordo de Cooperação	Concluído	OUTRA ÁREA
	Instituto Nacional de Propriedade Industrial -INPI – Cooperação técnica, científica, educacional e cultural entre os partícipes, para desenvolvimento e a execução de ações conjuntas para normalização, suporte a análise espacial, difusão e o fortalecimento das Indicações Geográficas e sua inclusão, conforme Decreto nº 6.666 de 27 de novembro de 2008, na Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais.	Acordo de Cooperação	Em Negociação	OUTRA ÁREA

**LEVANTAMENTO DE INTERAÇÕES COM DIFERENTES ORGANIZAÇÕES
REALIZADO PELO IBGE - ABRIL DE 2013**

(continua)

Natureza da organização	Tema ou objeto da interação	Natureza da interação	Situação	IBGE - Áreas envolvidas
Administração Indireta, Agências Reguladoras e Tribunais	Instituto Nacional de Propriedade Industrial -INPI – Desenvolvimento e execução de ações conjuntas para normalização, suporte e análise espacial, difusão e o fortalecimento das Indicações Geográficas na INDE.	Acordo de Cooperação	Concluído	OUTRA ÁREA
	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) - Consolidação da divisão político-administrativa dos municípios do estado.	Acordo de Cooperação	Em Andamento	OUTRA ÁREA
	Fornecimento, pelo IBGE, de indicadores sociais, ambientais e econômicos, visando a elaboração de publicação referente ao legado dos Jogos Rio 2016, sob responsabilidade da APO	Acordo de Cooperação	Em negociação	ÁREA DE PESQUISAS E OUTRA ÁREA
	Participação no Grupo de Trabalho Olympic Games Impact (OGI)	Grupo de Trabalho	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS e OUTRA ÁREA
	Análise de conjuntura	Reuniões temáticas	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Conta Financeira	Acesso à base de dados	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Inclusão Financeira - mapeamento de informações e construção de indicadores para o Relatório de Inclusão Financeira	Colaboração técnica	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Sistema de Contas Nacionais e Conta Financeira (Recebimento por meio de acordo de dados mensais utilizados na elaboração do Sistema de Contas Nacionais Anuais e Trimestrais)	Acesso à base de dados	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	SINAPI	Convênio sem repasse de recursos	Em negociação	ÁREA DE PESQUISAS
	Autoridade Pública Olímpica (APO) - Apoio técnico, nos temas sociais, ambientais e econômicos, em reuniões e seminários na realização dos jogos Olímpicos e Paralímpicos RIO 2016.	Acordo de Cooperação	Em Negociação	ÁREA DE PESQUISAS E OUTRA ÁREA

**LEVANTAMENTO DE INTERAÇÕES COM DIFERENTES ORGANIZAÇÕES
REALIZADO PELO IBGE - ABRIL DE 2013**

(continua)

Natureza da organização	Tema ou objeto da interação	Natureza da interação	Situação	IBGE - Áreas envolvidas
Administração Indireta, Agências Reguladoras e Tribunais	Cessão da base de dados comercial do Diretório Nacional de Endereços – DNE e das informações sobre o Tráfego Postal e Receita (por parte da ECT); inclusão de quesito especial sobre serviço de distribuição dos correios no questionário da POF 2008-09 (por parte do IBGE)	Acordo de Cooperação	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Fornecimento, pelo IBGE, de uma subamostra da amostra mestra de setores para acompanhamento das metas para a universalização dos serviços postais básicos	Acordo de Cooperação	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Tábua de Mortalidade – População Indígena	Acordo de Cooperação	Em negociação	ÁREA DE PESQUISAS
	Pesquisa de Inovação Tecnológica – PINTEC 2011	Termo de Cooperação	Aprovado pelo Conselho Diretor	ÁREA DE PESQUISAS
	Atlas da População Indígena	Colaboração técnica	Em negociação	ÁREA DE PESQUISAS E OUTRA ÁREA
	Censo Agropecuário - Elaboração de tabulações especiais do Censo 2006; metodologias de coleta de informações no Censo Agropecuário 2015	Termo de Cooperação	Em negociação	ÁREA DE PESQUISAS
	Acesso às informações do IRPF e IRPJ	Convênio sem repasse de recursos	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) – Integrar as estações de rastreamento contínuo do Sistema de Posicionamento Global – GPS à serem estabelecidas pela CEMIG nas cidades de: Montes Claros, Governador Valadares, Uberlândia e Varginha ao conjunto de estações integrantes da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS – RBMC estabelecida pelo IBGE.	Acordo de Cooperação	Em Negociação	OUTRA ÁREA

**LEVANTAMENTO DE INTERAÇÕES COM DIFERENTES ORGANIZAÇÕES
REALIZADO PELO IBGE - ABRIL DE 2013**

(continua)

Natureza da organização	Tema ou objeto da interação	Natureza da interação	Situação	IBGE - Áreas envolvidas
Administração Indireta, Agências Reguladoras e Tribunais	Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A, (EMPLASA) – Construção otimizada e homologada de produtos cartográficos que integram o Projeto Mapeia SP – Mapeamento Sistemático Terrestre Básico.	Acordo de Cooperação	Em Andamento	OUTRA ÁREA
	Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S.A. - (EMPLASA) – Cessão gratuita, à CESSIONÁRIA, por prazo indeterminado e de forma não exclusiva, do Direito de Uso de arquivos digitais ou produtos, discriminados na Cláusula Décima Primeira, de propriedade da CEDENTE.	Termo de Cessão	Em Negociação	OUTRA ÁREA
	Cálculo da carga tributária	Reunião Temática	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Universidade de São Paulo (USP) – Colaboração para se manter em atividade as estações de rastreamento contínuo do Sistema de Posicionamento Global – GPS, mantidas pela USP nos municípios de Ubatuba, Cananéia e São Paulo,	Acordo de Cooperação	Em Negociação	OUTRA ÁREA
	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Operação e integração de novas estações de rastreamento contínuo do Sistema GNSS (Global Navigation Satellite Systems) estabelecidas pela UNESP, nos municípios de Ourinhos/SP, Presidente Prudente/SP, Rosana/SP, Araçatuba/SP, São José do Rio Preto/SP, Ilha Solteira/SP, Campinas/SP e Manaus/AM.	Acordo de Cooperação	Em Negociação	OUTRA ÁREA
Entidades Privadas, Terceiro Setor e Serviços Sociais Autônomos	Tabulação especial da PIM-PF	Convênio	Concluído	ÁREA DE PESQUISAS
	Associações e Fundações sem Fins Lucrativos	Colaboração técnica	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS

**LEVANTAMENTO DE INTERAÇÕES COM DIFERENTES ORGANIZAÇÕES
REALIZADO PELO IBGE - ABRIL DE 2013**

(continua)

Natureza da organização	Tema ou objeto da interação	Natureza da interação	Situação		IBGE - Áreas envolvidas
Entidades Privadas, Terceiro Setor e Serviços Sociais Autônomos	Sistema de Contas Nacionais (Acesso à base de dados disponível no site da instituição para elaboração do SCN e Conta Financeira)	Acesso à base de dados	Em andamento		ÁREA DE PESQUISAS
	Associação Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP/OS) – Levantamento dos pontos de apoio em campo e pós-processamento desses dados para correção geométrica de imagens de sensoriamento remoto, ortorretificação, mosaicagem e realce das imagens.	Acordo de Cooperação	Em Negociação		OUTRA ÁREA
	PIB Trimestral (Recebimento de dados mensais da ABEGAS para elaboração do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais)	Colaboração técnica	Em andamento		ÁREA DE PESQUISAS
	Sistema de Contas Nacionais / Conta Financeira (Acesso à base de dados disponível no site da instituição para elaboração do Sistema de Contas Nacionais e Conta Financeira)	Acesso à base de dados	Em andamento		ÁREA DE PESQUISAS
	Inovação (projeto de pesquisa)	Colaboração técnica	Concluído		ÁREA DE PESQUISAS
	Indicadores de Tecnologias da Informação e Comunicação na Administração Pública Municipal	Reunião Temática	Em andamento		ÁREA DE PESQUISAS
	TIC-empresa, TIC-domicílio, e TIC - governo eletrônico.	Convênio	Em avaliação pela Direção		ÁREA DE PESQUISAS
	Inovação - Estimativa anual do gasto empresarial em P&D	Colaboração técnica (para elaboração de pesquisa)	Em avaliação pela direção		ÁREA DE PESQUISAS
	Pesquisa de origem e destino e contagem volumétrica classificatória	Colaboração técnica	Em negociação		ÁREA DE PESQUISAS
	Contribuição ao Relatório de Estatísticas do Empreendedorismo	Colaboração técnica	Em andamento		ÁREA DE PESQUISAS

**LEVANTAMENTO DE INTERAÇÕES COM DIFERENTES ORGANIZAÇÕES
REALIZADO PELO IBGE - ABRIL DE 2013**

(continua)

Natureza da organização	Tema ou objeto da interação	Natureza da interação	Situação	IBGE - Áreas envolvidas
Entidades Privadas, Terceiro Setor e Serviços Sociais Autônomos	Análise de conjuntura (Membro do conselho de análises econômicas e sociais do Estado do Rio de Janeiro)	Reuniões Temáticas	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Sistema de Contas Nacionais (Acesso à base de dados disponível no site da instituição para elaboração do Sistema de Contas Nacionais e Conta Financeira)	Acesso à base de dados	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Emprego e renda - Produção da PME na RM de Curitiba	Convênio	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Elaboração e disponibilização dos resultados sobre Indústria, Comércio e Serviços, assim como a PNAD, PME e CEMPRE, para o Município do Rio de Janeiro	Convênio	Em negociação	ÁREA DE PESQUISAS
	Indústria, Comércio e Serviços	Atendimento continuado a usuário de indicadores conjunturais	Em negociação	ÁREA DE PESQUISAS
	Intercâmbio de conhecimentos e cooperação técnica nas áreas de emprego, proteção social e direitos do trabalho.	Acordo de Cooperação	Em negociação (aprovado pelo Conselho Diretor)	ÁREA DE PESQUISAS
	Mapa do Trabalho Infantil	Colaboração técnica	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Organização da VI Conferência Internacional sobre Estatísticas Agropecuárias – ICAS	Convênio	Aprovado pela direção	ÁREA DE PESQUISAS
	Inovação e TIC	Convênio	Cancelado	ÁREA DE PESQUISAS
	Serviços – Pesquisa Anual de Serviços	Convênio	Concluído	ÁREA DE PESQUISAS
	Serviços – Pesquisa Anual de Serviços	Convênio	Em negociação	ÁREA DE PESQUISAS
Estados e Municípios	SEPLAN, Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), Instituto de Terras do Acre (ITERACRE) e Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (FUNTAC) – Consolidação da divisão político-administrativa dos municípios do estado.	Acordo de Cooperação	Em Negociação	OUTRA ÁREA

**LEVANTAMENTO DE INTERAÇÕES COM DIFERENTES ORGANIZAÇÕES
REALIZADO PELO IBGE - ABRIL DE 2013**

(continua)

Natureza da organização	Tema ou objeto da interação	Natureza da interação	Situação	IBGE - Áreas envolvidas
Estados e Municípios	Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLANDE) e Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas (ITERAL) - Consolidação da divisão político-administrativa dos municípios do estado.	Acordo de Cooperação	Em Andamento	OUTRA ÁREA
	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Tesouro – SEPLAN e Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA - estabelecimento de cooperação técnica entre a SEPLAN, SEMA e o IBGE, para a implantação das redes geodésicas no estado do Amapá, através da materialização das estações altimétricas, planimétrica e gravimétricas, que serão calculadas e disponibilizadas no Banco de Dados Geodésicos do IBGE, conforme normas e especificações deste Instituto.	Convênio	Em Negociação	OUTRA ÁREA
	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Tesouro (SEPLAN – Rede Geodésica do Amapá	Acordo de Cooperação	Em Negociação	OUTRA ÁREA
	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - Consolidação da divisão político-administrativa dos municípios do estado.	Acordo de Cooperação	Em Andamento	OUTRA ÁREA
	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) - Consolidação da divisão político-administrativa dos municípios do estado.	Acordo de Cooperação	Em Andamento	OUTRA ÁREA

**LEVANTAMENTO DE INTERAÇÕES COM DIFERENTES ORGANIZAÇÕES
REALIZADO PELO IBGE - ABRIL DE 2013**

(continua)

Natureza da organização	Tema ou objeto da interação	Natureza da interação	Situação	IBGE - Áreas envolvidas
Estados e Municípios	Secretaria de Estado de Economia e Planejamento do Espírito Santo (SEP), Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo (SEAMA), Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (SESA), Instituto Jones Santos Neves (IJSN), Departamento de Estrada de Rodagem do Estado do Espírito Santo (DER-ES), Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN), Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (ESCELSA) e Fibria S.A. - Composição, manutenção, operacionalização, uso, atualização, compartilhamento e intercâmbio das informações geoespaciais do estado do Espírito Santo (GEOBASES – Sistema Integrado de Bases Geoespaciais do Estado do Espírito Santo).	Acordo de Cooperação	Em Andamento	OUTRA ÁREA
	Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN) e Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos socioeconômicos (IMB) - Consolidação da divisão político-administrativa dos municípios do estado.	Acordo de Cooperação	Em Negociação	OUTRA ÁREA
	Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAN) e Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC) - Consolidação da divisão político-administrativa dos municípios do estado.	Acordo de Cooperação	Em Andamento	OUTRA ÁREA
	Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN) - Consolidação da divisão político-administrativa dos municípios do estado.	Acordo de Cooperação	Em Andamento	OUTRA ÁREA

LEVANTAMENTO DE INTERAÇÕES COM DIFERENTES ORGANIZAÇÕES
REALIZADO PELO IBGE - ABRIL DE 2013

(continua)

Natureza da organização	Tema ou objeto da interação	Natureza da interação	Situação	IBGE - Áreas envolvidas
Estados e Municípios	Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) - Consolidação da divisão político-administrativa dos municípios do estado.	Acordo de Cooperação	Em Andamento	OUTRA ÁREA
	Prefeitura Municipal de Juiz de Fora e Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica (SPDE) – Cessão de imagens aéreas do Município ao IBGE, visando a atualização da Base Territorial do município.	Acordo de Cooperação	Concluído	OUTRA ÁREA
	Instituto de Terras e Planejamento Agrícola da Paraíba (INTERPA) - Consolidação da divisão político-administrativa dos municípios do estado.	Acordo de Cooperação	Em Andamento	OUTRA ÁREA
	Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG) - Consolidação da divisão político-administrativa dos municípios do estado.	Acordo de Cooperação	Em Negociação	OUTRA ÁREA
	Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) e Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG) – Projeto Nomes Geográficos do Estado do Paraná – toponímia passo a passo.	Acordo de Cooperação	Em Andamento	OUTRA ÁREA
	Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM) - Consolidação da divisão político-administrativa dos municípios do estado.	Acordo de Cooperação	Concluído	OUTRA ÁREA
	Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO) - Consolidação da divisão político-administrativa dos municípios do estado.	Acordo de Cooperação	Em Andamento	OUTRA ÁREA
	Fundação Centro de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ) - Cessão gratuita do direito de uso de arquivos digitais do IBGE ao CEPERJ.	Termo de Cessão	Em Andamento	OUTRA ÁREA

LEVANTAMENTO DE INTERAÇÕES COM DIFERENTES ORGANIZAÇÕES
REALIZADO PELO IBGE - ABRIL DE 2013

(continua)

Natureza da organização	Tema ou objeto da interação	Natureza da interação	Situação	IBGE - Áreas envolvidas
Estados e Municípios	Fundação Centro de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ) - Consolidação da divisão político-administrativa dos municípios do estado.	Acordo de Cooperação	Em Andamento	OUTRA ÁREA
	Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) – Desenvolvimento de serviços na área de cartografia.	Acordo de Cooperação	Em Andamento	OUTRA ÁREA
	Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e de apoio à Reforma Agrária (SEARA) - Consolidação da divisão político-administrativa dos municípios do estado.	Acordo de Cooperação	Em Andamento	OUTRA ÁREA
	Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN) - Consolidação da divisão político-administrativa dos municípios do estado.	Acordo de Cooperação	Em Andamento	OUTRA ÁREA
	Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN) - Consolidação da divisão político-administrativa dos municípios do estado.	Acordo de Cooperação	Em Negociação	OUTRA ÁREA
	Secretaria de Planejamento e desenvolvimento Regional (SPDR), Coordenadoria de Planejamento e Avaliação (CPA) e Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC) - Consolidação da divisão político-administrativa dos municípios do estado.	Acordo de Cooperação	Em Andamento	OUTRA ÁREA
	Cessão de espaço do IBGE em Lucas para construção de escola técnica.	TERMO DE CESSÃO	EM NEGOCIAÇÃO	OUTRA ÁREA
	Coleta do Registro Civil // SP	Termo de Cooperação Técnica <u>sem</u> recursos	Em negociação	ÁREA DE PESQUISAS
	Vinculação da Bases de dados do Registro Civil / SINASC / SIM	Termo de cooperação	Solicitação das áreas técnicas	ÁREA DE PESQUISAS
	Contas Regionais e PIB dos Municípios	Termo de Cooperação	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS

LEVANTAMENTO DE INTERAÇÕES COM DIFERENTES ORGANIZAÇÕES
REALIZADO PELO IBGE - ABRIL DE 2013

(continua)

Natureza da organização	Tema ou objeto da interação	Natureza da interação	Situação	IBGE - Áreas envolvidas
Internacional	Cooperação para a realização do Censo Demográfico	Termo de Cooperação	Em Negociação	OUTRA ÁREA
	Cooperação para a Realização do Censo Agropecuário	Colaboração Técnica	Em andamento	OUTRA ÁREA
	Cooperação para a realização do Censo Demográfico	Termo de Cooperação	Em andamento	OUTRA ÁREA
	Cooperação para a realização do Censo Demográfico	Termo de Cooperação	Em Negociação	OUTRA ÁREA
	Cooperação para a realização do Censo Demográfico	Termo de Cooperação	Concluído	OUTRA ÁREA
	Cooperação para a realização do Censo Demográfico	Colaboração Técnica	Em Negociação	OUTRA ÁREA
	Cooperação para a realização do Censo Demográfico	Termo de Cooperação	Concluído	OUTRA ÁREA
	Cooperação para a realização do Censo Demográfico	Termo de Cooperação	Concluído	OUTRA ÁREA
	Cooperação para a Realização do Censo Agropecuário	Colaboração Técnica	Em Negociação	OUTRA ÁREA
	Earth Sciences Sector, Departament of Natural Resources, Canadá (NRCAM/ESS) – Cooperação no Campo das ciências da Terra.	Acordo de Cooperação	Em Andamento	OUTRA ÁREA
	Cooperação para cooperação em matéria de estatística	Termo de Cooperação	Em Negociação	OUTRA ÁREA
	University of New Brunswick (UNB) – Doação ao IBGE do equipamento SycServer S350, um GPS Lightning Arrestor Kit w/25ft, cabo e extensão.	Termo de Doação	Em Andamento	OUTRA ÁREA
Ministérios e Secretarias da Presidência da República	EMBRAPA - Gado de Leite	Tabulações especiais	Concluído. Aberto a nova negociação.	ÁREA DE PESQUISAS
	EMBRAPA - Informática Agropecuária	Termo de cooperação sem repasse	Em negociação	ÁREA DE PESQUISAS

LEVANTAMENTO DE INTERAÇÕES COM DIFERENTES ORGANIZAÇÕES
REALIZADO PELO IBGE - ABRIL DE 2013

(continua)

Natureza da organização	Tema ou objeto da interação	Natureza da interação	Situação	IBGE - Áreas envolvidas
Ministérios e Secretarias da Presidência da República	EMBRAPA - Pantanal	Tabulações especiais	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	EMBRAPA - Suínos e Aves	Termo de cooperação sem repasse	Em negociação	ÁREA DE PESQUISAS
	Produção Agrícola - CONAB	Colaboração técnica	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) – Operação, manutenção e conservação de Estação Climatológica Auxiliar no Centro de Estudos Ambientais do Cerrado (CEAC/DF).	Convênio	Em Andamento	OUTRA ÁREA
	Áreas de risco e drenagem (discussão sobre questionário na Munic)	Reunião Temática	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Habitação – obtenção de dados a partir de registros administrativos de bases cadastrais municipais	Reunião Temática	Aguardando encaminhamento do Mcdades	ÁREA DE PESQUISAS
	Saneamento (Oferta e Qualidade dos Serviços de Saneamento; saneamento na Administração Pública Municipal; discussão sobre futuros levantamentos acerca do tema saneamento básico)	Reuniões Temáticas	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Doação por parte do Ministério da licença da Imagem de Satélite Digital Globe, no âmbito da implantação do Projeto SNIC (Sistema Nacional de Informações das Cidades).	Termo de Doação	Em Andamento	OUTRA ÁREA
	Caracterização socioeconômica de áreas de risco e entorno – indicadores de vulnerabilidade social (com CEMADEN - Centro Nacional de Monitoramento e Desastres Naturais)	Colaboração técnica	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS E OUTRA ÁREA
	Contas de P&D no Brasil (Projeto em fase de avaliação metodológica e compilação de dados para viabilizar a implementação e manutenção da Contas de P&D do Brasil)	Colaboração técnica (Portaria MCT e MPOG 291 de 06/05/2011- Comitê gestor e comitê executivo)	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS

LEVANTAMENTO DE INTERAÇÕES COM DIFERENTES ORGANIZAÇÕES
REALIZADO PELO IBGE - ABRIL DE 2013

(continua)

Natureza da organização	Tema ou objeto da interação	Natureza da interação	Situação	IBGE - Áreas envolvidas
Ministérios e Secretarias da Presidência da República	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) - Caracterização socioeconômica detalhada das áreas definidas como vulneráveis do ponto de vista dos eventos climáticos extremos. Esse levantamento tem por base principalmente as variáveis de condições de vida das populações que habitam os polígonos previamente estabelecidos pelo CEMADEM.	Acordo de Cooperação	Em Negociação	ÁREA DE PESQUISAS E OUTRA ÁREA
	CNPq/ON - Cooperação técnica e científica dentro das respectivas áreas de atribuições e atividades nos campos da Geodésia e Geofísica.	Acordo de Cooperação	Em Andamento	OUTRA ÁREA
	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) – Manutenção de infraestrutura operacional pelo INPE das estações CEEU, RNNA, SALU e CUIB, integrantes da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas GNSS – RBMC do IBGE, e o recebimento de dados de fluxo binário da atividade Redes de Informação em Missões Espaciais- RME.	Acordo de Cooperação	Em Negociação	OUTRA ÁREA
	Observatório Nacional (ON) – Operação do Observatório Magnético instalado no Centro de Estudos Ambientais do Cerrado (CEAC/DF).	Acordo de Cooperação	Concluído	OUTRA ÁREA
	Banda Larga e TV Digital (demanda para produção de dados oficiais), preços, classificação de atividades e serviços de informação e comunicação	Colaboração técnica	Em negociação	ÁREA DE PESQUISAS
	Indicadores de Tecnologias da Informação e Comunicação	Grupo de trabalho	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Metodologia de Avaliação de Políticas Públicas relacionadas a TIC	Reunião temática	Concluído	ÁREA DE PESQUISAS
	Recebimento mensal de informações da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), utilizadas na elaboração do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais	Colaboração técnica	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS

LEVANTAMENTO DE INTERAÇÕES COM DIFERENTES ORGANIZAÇÕES
REALIZADO PELO IBGE - ABRIL DE 2013

(continua)

Natureza da organização	Tema ou objeto da interação	Natureza da interação	Situação	IBGE - Áreas envolvidas
Ministérios e Secretarias da Presidência da República	Correios - Cadastro de endereço com os Correios	Convênio	Em Negociação	OUTRA ÁREA
	Conta Satélite de Cultura - Elaboração das contas de cultura do Brasil	Grupo de Trabalho (Portaria do Ministério da Cultura)	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Gestão de Políticas de Cultura na administração pública municipal (Munic)	Termo de Cooperação <u>com</u> repasse de recursos financeiros	Em negociação	ÁREA DE PESQUISAS
	Indígenas – Inventário Nacional da Diversidade Linguística (projeto)	Colaboração técnica	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2012	Termo de Cooperação <u>com</u> repasse de recursos financeiros	Em negociação	ÁREA DE PESQUISAS
	Capitania Fluvial do São Francisco – Colaboração para manter em atividade a estação RBMC BOMJ, integrante da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo (RBMC).	Acordo de Cooperação	Em Negociação	OUTRA ÁREA
	Centro de Hidrografia da Marinha (CHM) – Cooperação técnico-científica na área de Geodésia, monitoramento do nível do mar, operação e manutenção da Rede Maregráfica Permanente (RPMG).	Acordo de Cooperação	Em Negociação	OUTRA ÁREA
	Comissão Interministerial Para os Recursos do Mar (SECIRM) – confecção de um atlas Geográfico Escolar das Zonas Costeiras e Oceânicas do Brasil e dois mapas murais temáticos.	Acordo de Cooperação	Concluído	OUTRA ÁREA
	Censo Agropecuário - Elaboração de tabulações especiais do Censo 2006; metodologias de coleta de informações no Censo Agropecuário 2015	Termo de Cooperação	Em negociação	ÁREA DE PESQUISAS
	Brasil Sem Miséria (GT – MDS, IBGE, IPEA, CEPAL) – inclui estudos sobre diferenças entre a mensuração de rendimento nas pesquisas domiciliares e Censo; Pesquisa Painel da Pobreza; e Mapa de Pobreza	Memorando de intenções	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS

LEVANTAMENTO DE INTERAÇÕES COM DIFERENTES ORGANIZAÇÕES
REALIZADO PELO IBGE - ABRIL DE 2013

(continua)

Natureza da organização	Tema ou objeto da interação	Natureza da interação	Situação	IBGE - Áreas envolvidas
Ministérios e Secretarias da Presidência da República	Perfil dos Estabelecimentos de Assistência Social Privados	Termo de Cooperação	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC	Termo de Cooperação <u>com</u> repasse de recursos financeiros	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Pesquisa Painel de Pobreza - PPP	Colaboração técnica	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Realização de Suplemento de Assistência Social na MUNIC 2013	Termo de Cooperação com repasse de recursos financeiros	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Atlas de comércio e de serviços	Grupo de Trabalho	Em andamento (IBGE não tem participado em virtude da falta de recursos)	
	Disponibilização de informações da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) para as Estatísticas Econômicas e Contas Nacionais; elaboração de tabulações especiais (pelo IBGE)	Acordo de Cooperação	Em negociação	ÁREA DE PESQUISAS
	Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	Grupo de Trabalho	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Recebimento da base de dados do Cadastro Nacional de Empresas (CNE) do Departamento Nacional de Registros de Comércio (DNRC)	Termo de Cooperação	Em discussão	ÁREA DE PESQUISAS
	Educação de jovens e adultos (Acesso à base de dados do INEP para obtenção de informações utilizadas na elaboração do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais)	Acesso à base de dados	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Educação Profissional e Tecnológica (Acesso à base de dados do INEP para obtenção de informações utilizadas na elaboração do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.)	Acesso à base de dados	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS

**LEVANTAMENTO DE INTERAÇÕES COM DIFERENTES ORGANIZAÇÕES
REALIZADO PELO IBGE - ABRIL DE 2013**

(continua)

Natureza da organização	Tema ou objeto da interação	Natureza da interação	Situação	IBGE - Áreas envolvidas
Ministérios e Secretarias da Presidência da República	Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Análise do fluxo e da dinâmica de propagação da maré na estação da Rede Maregráfica Permanente para Geodésia (RPMG), implantada na capitania dos Portos em Salvador.	Acordo de Cooperação	Em Negociação	OUTRA ÁREA
	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Colaboração para manter em atividade a estação da Rede de Monitoramento Contínuo (RBMC), instalada nas dependências da UFPE.	Acordo de Cooperação	Em Negociação	OUTRA ÁREA
	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - Colaboração para manter em atividade a Estação RMBC SMAR, integrante da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo (RBMC).	Acordo de Cooperação	Concluído	OUTRA ÁREA
	Universidade Federal de Viçosa (UFV) – Colaboração para manter em atividade a Estação RMBC VICO, integrante da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo (RBMC).	Acordo de Cooperação	Em Andamento	OUTRA ÁREA
	Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Colaboração para manter em atividade a estação RBMC PARA, no Campus Centro Politécnico, integrante da Rede de Monitoramento Contínuo (RBMC).	Acordo de Cooperação	Em Negociação	OUTRA ÁREA
	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Cooperação técnica e científica, nos campos da informática, modelagem matemática, cartografia e geografia,	Acordo de Cooperação	Em Andamento	OUTRA ÁREA
	Acesso à base de dados da PREVIC – registros administrativos de entidades de previdência complementar fechadas. Recebimento de dados, através do BACEN, para o cálculo do Valor Adicionado Bruto da atividade, utilizado na elaboração do Sistema de Contas Nacionais.	Acesso à base de dados	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Acesso à base de dados da SUSEP para compilação de dados utilizados na elaboração do Sistema de Contas Nacionais.	Acesso à base de dados	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS

**LEVANTAMENTO DE INTERAÇÕES COM DIFERENTES ORGANIZAÇÕES
REALIZADO PELO IBGE - ABRIL DE 2013**

(continua)

Natureza da organização	Tema ou objeto da interação	Natureza da interação	Situação	IBGE - Áreas envolvidas
Ministérios e Secretarias da Presidência da República	Acesso às informações contábeis do governo federal para elaboração das contas do setor institucional das Administrações Públicas do Sistema de Contas Nacionais.	Acesso à base de dados	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Acesso às informações do IRPF e IRPJ (Acesso à base de dados da Receita Federal do Brasil para compilação de dados utilizados na elaboração do Sistema de Contas Nacionais do Brasil e da Conta Financeira)	Termo de Cooperação	Em negociação	ÁREA DE PESQUISAS
	Carga Tributária (Reuniões com a equipe da Secretaria de Política Econômica para discussão metodológica sobre o cálculo da carga tributária no Brasil)	Reunião Temática	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Implementação do novo manual de estatísticas fiscais com o Tesouro Nacional – Participação do grupo de trabalho para adequação das contas públicas do Brasil ao Manual do FMI.	Grupo de Trabalho (Portaria interministerial nº 90, de 27 de abril de 2007)	Concluído	ÁREA DE PESQUISAS
	Índice de Preços dos imóveis (envolvendo outros atores como Caixa Econômica, Banco Central, Receita Federal, Ministério das Cidades, Ministério da Justiça)	Colaboração técnica	Aguardando encaminhamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Registros administrativos de empresas de seguro e entidades de previdência complementar abertas e fechadas. (Reuniões sobre a utilização dos registros da entidade na elaboração do Sistema de Contas Nacionais)	Reuniões Temáticas	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Elaboração dos Indicadores de Monitoramento e Avaliação de Políticas Regionais - Sistema Nacional de Informação para o Desenvolvimento Regional (SNIDR)	Grupo de Trabalho (Portaria Nº 377, do Ministério da Integração Nacional de 28 de junho de 2012)	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS E OUTRA ÁREA
	Estatísticas indígenas (Terras Indígenas e População) – FUNAI/SII	Colaboração técnica	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	O presente ACORDO tem por objeto o estabelecimento de cooperação técnica entre a Fundação IBGE e a FUNAI para o intercâmbio e a difusão de informações de forma a implementar as ações conjuntas de interesses comuns.	Acordo de Cooperação	Em Negociação	ÁREA DE PESQUISAS E OUTRA ÁREA

LEVANTAMENTO DE INTERAÇÕES COM DIFERENTES ORGANIZAÇÕES
REALIZADO PELO IBGE - ABRIL DE 2013

(continua)

Natureza da organização	Tema ou objeto da interação	Natureza da interação	Situação	IBGE - Áreas envolvidas
Ministérios e Secretarias da Presidência da República	Iniciativa Valoração do Capital Natural do Brasil – convite ao IBGE para participação na Comissão Executiva	Colaboração técnica	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Agência Nacional de Águas – ANA , Secretaria de Recursos Hídricos – SRHU .	Portaria Interministerial	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS E OUTRA
	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – Cooperação técnica que possibilite transformar o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Caatinga (CECAT) e o Centro de Estudos Ambientais do Cerrado (CEAC/DF) em um polo de excelência em geração e disseminação de informações sobre a biodiversidade do Cerrado e Caatinga e de ações para sua conservação.	Acordo de Cooperação	Em Negociação	OUTRA ÁREA
	Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBR) – Estudos ambientais, intercâmbio técnico e científico através de projetos de interesse comum, intercâmbio de dados, de informações técnicas e de pessoal, assistência e assessoria técnico-científica, treinamento de profissional, desenvolvimento experimental.	Acordo de Cooperação	Em Andamento	OUTRA ÁREA
	O presente instrumento tem como objeto estabelecer a cooperação entre o MMA e o IBGE visando à realização de ações conjuntas destinadas ao compartilhamento de informações espaciais.	Acordo de Cooperação	Em Negociação	OUTRA ÁREA
	O presente Termo de Cooperação tem por objeto a contratação compartilhada de serviço de fornecimento de imagens de acervo, orbitais multiespectrais e ortorretificadas, coletadas no ano 2011, de todo o território nacional, totalizando 8.5141.877 Km², evitando-se a sobreposição de dispêndios com obtenção de produtos iguais ou muito semelhantes para as atividades comuns do IBGE e do MMA e demais órgãos da esfera federal.	Termo de Cooperação	Em Andamento	OUTRA ÁREA

**LEVANTAMENTO DE INTERAÇÕES COM DIFERENTES ORGANIZAÇÕES
REALIZADO PELO IBGE - ABRIL DE 2013**

(continua)

Natureza da organização	Tema ou objeto da interação	Natureza da interação	Situação	IBGE - Áreas envolvidas
Ministérios e Secretarias da Presidência da República	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR) – Base Cartográfica Digital continua da Amazônia Legal na escala	Termo de Cooperação	Concluído	OUTRA ÁREA
	Acesso à base de dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) para levantamento de dados para elaboração do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais.	Convênio	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Recebimento de dados mensais da Itaipu Binacional utilizados na elaboração do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais	Convênio	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Secretaria de Patrimônio da União (SPU) - implantação do projeto piloto para definição de metodologia a ser desenvolvida de digitalização de cartas analógicas, de georeferenciamento de cartas digitalizadas e de elaboração de especificação técnica para Termo de Referência para contratação pela SPU de serviços de digitalização, georeferenciamento e catalogação.	Acordo de Cooperação	Em Negociação	OUTRA ÁREA
	Plano Safra da Pesca e Aquicultura (inclusão do tema Aquicultura na PPM)	Termo de Cooperação	Em negociação	ÁREA DE PESQUISAS
	Registro Geral da Pesca (RGP) - cadastro de pescadores beneficiários do seguro defeso – apoio técnico	Colaboração técnica	Concluído	ÁREA DE PESQUISAS
	Sistema Nacional de Informação da Pesca e Aquicultura (SINPESQ)	Decreto 1.694/95	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Comissão Nacional de Classificação – CONCLA	Colaboração técnica (assessoria ao Ministério)	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Inclusão do Bloco de Gestão de riscos e Resposta a desastres na Munic 2013	Colaboração técnica	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Reforma do galpão para guarda e arquivo de documentação do ministério	TERMO DE COOPERAÇÃO PARA DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO Nº 28/2012	ASSINADO	OUTRA ÁREA

LEVANTAMENTO DE INTERAÇÕES COM DIFERENTES ORGANIZAÇÕES
REALIZADO PELO IBGE - ABRIL DE 2013

(continua)

Natureza da organização	Tema ou objeto da interação	Natureza da interação	Situação	IBGE - Áreas envolvidas
Ministérios e Secretarias da Presidência da República	Entidades sem fins lucrativos – identificação de bases de informação para cobertura do setor (FASFIL, PNAD e Contas Nacionais)	Colaboração técnica	Concluído	ÁREA DE PESQUISAS
	Matriz e análise de indicadores para monitoramento da segurança alimentar (projeto CONSEA)	Colaboração técnica	Em negociação	ÁREA DE PESQUISAS
	Política Nacional para os Trabalhadores assalariados rurais - Grupo de Trabalho Interministerial	Grupo de Trabalho Interministerial (instituído pela Portaria nº 295, de 27 de junho de 2012)	Em avaliação pela direção	ÁREA DE PESQUISAS
	Tábua de Mortalidade		Em negociação	ÁREA DE PESQUISAS
	A partir do apoio da ABC, o IBGE presta cooperação para inúmeros países, em especial os da América Latina e os de língua portuguesa, coordena a prestação de informações para o Factbook e outros bancos de dados da OECD (Realização do Censo em São Tomé e Príncipe)	Colaboração técnica	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Conta Satélite de Saúde (Elaboração das contas de saúde do Brasil)	Colaboração técnica	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Indígenas - Sistema de Informação da Atenção da Saúde Indígena	Colaboração técnica	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Informações financeiras dos estabelecimentos de saúde públicos e privados (AMS - financeiro)	Termo de Cooperação <u>com</u> repasse de recursos	Aguardando encaminhamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) – inclui Características de saúde da população; Serviços preventivos de saúde feminina; Mobilidade Física, Fatores de risco e proteção à saúde; Programa de Saúde da Família; Tabagismo.	Termo de Cooperação	Em negociação	ÁREA DE PESQUISAS
	Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar - PENSE	Termo de Cooperação <u>com</u> repasse de recursos	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Planejamento (teste piloto) da Pesquisa Nacional de Saúde	Termo de Cooperação <u>com</u> repasse de recursos	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS

**LEVANTAMENTO DE INTERAÇÕES COM DIFERENTES ORGANIZAÇÕES
REALIZADO PELO IBGE - ABRIL DE 2013**

(continua)

Natureza da organização	Tema ou objeto da interação	Natureza da interação	Situação	IBGE - Áreas envolvidas
Ministérios e Secretarias da Presidência da República	Programa Nacional de Combate à Dengue – Atualização do CNEFE	Convênio	Assinado	OUTRA ÁREA
	Tem por objeto o estudo de indicadores e variáveis socioeconômicas (dados do Censo Demográfico 2010) das áreas definidas como territórios quilombolas. O estudo abrangerá as áreas com delimitação definida pelo INCRA.	Termo de Cooperação	Em Negociação	ÁREA DE PESQUISAS E OUTRA ÁREA
	Observatório de Equidade (temas como Educação e Sistema Tributário Nacional)	Colaboração técnica	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua	Termo de Cooperação com repasse de recursos financeiros	Em negociação	ÁREA DE PESQUISAS
	Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua	Grupo de Trabalho	Em negociação	ÁREA DE PESQUISAS
	Pessoas com deficiência	Colaboração técnica	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Sistema de Indicadores de Direitos Humanos	Comitê Técnico de Acompanhamento do SNIDH (Portaria Nº 619, da Secretaria de Direitos Humanos, de 22 de maio de 2012)	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Levantamento e atualização cadastral de imóveis da União – auxílio pontual na elaboração de questionários, padronização cadastral e recomendações na área logística	Colaboração técnica	Em negociação	ÁREA DE PESQUISAS E OUTRA ÁREA
	Estudos de cor ou raça	Grupo de Trabalho	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Quilombolas – informações sociodemográficas de comunidades quilombolas	Colaboração técnica e Termo de Cooperação com repasse de recursos financeiros	Em negociação	ÁREA DE PESQUISAS
	Estatísticas sobre o Uso do Tempo	Comitê de Estatísticas de Gênero e Uso do Tempo (CGUT)	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS

LEVANTAMENTO DE INTERAÇÕES COM DIFERENTES ORGANIZAÇÕES
REALIZADO PELO IBGE - ABRIL DE 2013

(continua)

Natureza da organização	Tema ou objeto da interação	Natureza da interação	Situação	IBGE - Áreas envolvidas
Ministérios e Secretarias da Presidência da República	Gênero e cor ou raça - produção de indicadores através da PME	Termo de Cooperação	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) – ações que envolvem o IBGE	Colaboração técnica	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Sistema Nacional de Indicadores de Gênero (SNIG) – discussão conceitual	Termo de Cooperação	Em negociação	ÁREA DE PESQUISAS
	Companhia Docas de Santana (CDSA) – Operação e manutenção da estação da rede maregráfica Permanente para Geodésia (RMPJ), na cidade de Santana	Acordo de Cooperação	Em Andamento	OUTRA ÁREA
	Companhia Docas do Ceará (CDC) – Operação e manutenção da estação da Rede Maregráfica Permanente.	Acordo de Cooperação	Concluído	OUTRA ÁREA
	Classificação Brasileira de Ocupações	Colaboração técnica	Em negociação	ÁREA DE PESQUISAS
	Intercâmbio de informações, visando atualização de cadastros (recebimento dos dados da RAIS e do CAGED) – formalização de acordo	Convênio	Aguardando encaminhamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Monitoramento do Trabalho Decente	Grupo de Trabalho	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Trabalho Infantil	Grupo de Trabalho	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS

**LEVANTAMENTO DE INTERAÇÕES COM DIFERENTES ORGANIZAÇÕES
REALIZADO PELO IBGE - ABRIL DE 2013**

(final)

Natureza da organização	Tema ou objeto da interação	Natureza da interação	Situação	IBGE - Áreas envolvidas
Ministérios e Secretarias da Presidência da República	Trabalho nos países do Mercosul	Colaboração técnica	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Avançar na plataforma institucional para contas - Implementar as contas de turismo do Brasil	Colaboração técnica	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS
	Pesquisa de Serviços de Hospedagem	Convênio	Em negociação	ÁREA DE PESQUISAS
	Plataforma Interinstitucional de Turismo	Cooperação técnica	Em andamento	ÁREA DE PESQUISAS

Fonte: IBGE, em cumprimento ao objetivo 01.02/meta 01.02.02 do Planejamento Estratégico do período 2012-2015, versão de 30 de abril de 2013 (IBGE, 2013b)

APÊNDICES

APÊNDICE A

NOTAS DOBRE ATORES NO ENTORNO DOS SEN

Estas anotações subsidiaram o estudo de taxonomia para os estudos comparativos para dos atores. Inicialmente, deram origem à proposta de taxonomia apresentada no quadro 5, capítulo 2, para aprofundamento futuro.

Foram elaboradas a partir de revisão de literatura do campo das estatísticas oficiais e de observação construída a partir de conhecimento tácito sobre essas relações entre os interlocutores e os SEN. Um desdobramento sugerido para o presente estudo é avançar na definição dessa taxonomia.

A primeira categoria, a Comunidade Estatística Internacional inclui a CENU e o ISI, destacados em capítulos anteriores, e as instâncias regionais tais como a Conferência de Estatísticas das Américas (CEA)⁶³, e a Conferência de Estatísticos Europeus. A CEA reúne os Institutos Nacionais de Estatísticas para tratar coerentemente temas específicos, reúne também, por exemplo, Bancos Centrais (preços e contas nacionais) e Ministérios da Agricultura (estatísticas da produção agrícola e sobre segurança alimentar). Tal procedimento aponta para a necessária interação de todos os membros dos SEN com as diretrizes regionais e internacionais. Há, ainda, a atuação estatística de agências das Nações Unidas, a exemplo da Organização Internacional do Trabalho e da Organização para Alimentação e Agricultura, na elaboração de recomendações sobre as estatísticas de seu interesse temático, na capacitação estatística de integrantes do SEN e compilando dados sobre os países. Há alguns anos, organizações de fomento ou blocos organizados para o desenvolvimento econômico e social são colaboradores relevantes do melhoramento das estatísticas. As atuações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, OECD e do Gabinete de Estatística da União Europeia, Eurostat são notáveis neste contexto. Na promoção da governança estatística cabe citar a atuação do PARIS 21 no suporte a diversos países.⁶⁴

Há ainda o papel das organizações científicas, dentre as quais se destaca o ISI e o IAOS e, nas Américas, o Interamerican Statistics Institute, IASI, promovendo, melhores práticas no desenvolvimento teórico das estatísticas e avanços metodológicos na produção de estatísticas públicas, discussões e estudos sobre temas emergentes, formação de

⁶³ Disponível em <<http://www.cepal.org/deype/ceacepal/CEAHhttp>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

⁶⁴ Podem ser citados os bancos regionais para o desenvolvimento, instituições como o FMI e Banco Mundial entre outros.

habilidades em estatística e investimento permanente na busca da fronteira do conhecimento nos âmbitos da estatística teórica, da governança e da produção das estatísticas públicas.

Assim, a partir das contribuições dessas instâncias entre outras, os SEN se apropriam das recomendações referentes a conceitos, definições e classificações e se beneficiam do intercâmbio de melhores práticas em questões técnicas ou sobre a gestão. Também, avançam nas conexões internacionais para promover a cooperação estatística entre países.

Como segundo grupo de interlocutores define-se aquele composto por governos, classe política e órgãos governamentais que, em geral, percebem os resultados dos SEN como bens públicos que contribuem para a gestão e para a avaliação de políticas públicas baseadas em evidências. Esperam que os dados sejam produzidos com precisão e sejam de fácil interpretação.

No que diz respeito à relação com os governos, cabe mencionar que os ONE são centros para produção de conhecimento. Essa característica os diferencia de outras organizações governamentais, pois os ONE não definem nem executam políticas públicas (CUNHA, 2014).

O entendimento de que a produção de estatísticas públicas deve suprir à sociedade como um todo é básico para definir as relações, especialmente com Governos e com a classe política os quais definem orçamento e alocação de recursos para a produção das estatísticas oficiais.

Em vários países existem produtores de informações em nível local associados a diferentes esferas de governo (estados, províncias, municipalidades e outros). Neste contexto a promoção do uso estatístico dos registros administrativos obtidos a partir das diversas esferas pode promover: a ampliação dos domínios temático e geográfico dos SEN, além da distribuição mais racional da produção de informações entre censos, pesquisas e registros administrativos.

Constituem a terceira categoria de interlocutores as organizações públicas e privadas que produzem bases de dados, instituições acadêmicas e os meios de comunicação são entidades de relacionamento com forte identidade com os SEN, porque lidam com e transmitem informação, conhecimento e aprendizagem.

A disponibilidade de dados (produzidos por entidades públicas ou privadas), com potencial para serem organizados para uso em aprimoramento ou avaliação de políticas públicas, coloca aqueles produtores em posição de interlocutores diretos dos SEN,

especialmente no contexto de *data revolution*, como identificado no processo de discussão da Agenda 2030 (NAÇÕES UNIDAS, 2014a).

A interação entre os SEN e o meio acadêmico ocorre junto às instituições de ensino de nível superior e às associações científicas que podem atuar: desenhando marcos teóricos relativos aos novos temas para mensuração estatística; validando metodologias; apoiando o aprimoramento dos processos; analisando as estatísticas; e estabelecendo parcerias.

Os meios de comunicação, da mesma forma que os SEN se reportam ao público em geral para a transmissão de informações complexas e diversificadas. Podem ser importantes aliados dos SEN na correta transmissão das estatísticas de suas inerentes precisão, limitação e fidedignidade. Contribuem de forma decisiva para a percepção da credibilidade dos sistemas estatísticos pela sociedade. Muitos ONE empreendem ações permanentes de aprendizagem estatística junto aos profissionais dos meios de comunicação e promovem iniciativas estratégicas dirigidas aos meios de comunicação. O IBGE possui experiência relevante neste campo (FONSECA, 2014).

São muitas as dimensões envolvidas no relacionamento entre as instituições integrantes dos SEN, enquanto empregadoras, e os profissionais que viabilizam as estatísticas oficiais, quarta categoria de interlocutores sugerida. Dois aspectos básicos dizem respeito à compreensão por esses trabalhadores de que: a razão de ser da produção das informações estatísticas está expressa em sua relevância que, ao final, está associada à produção de informações com vistas a prover melhores condições de vida em sociedade; em suas atividades responderá por valores primordiais, tais como a precisão, a independência técnica, o compromisso com o sigilo estatístico e a credibilidade efetiva e percebida (FELLEGI, 2003) dos resultados dos SEN.

O tempo requerido na formação desses trabalhadores para se tornarem especialistas na produção de informações estatísticas não é curto. Trata-se de atividade complexa que deve atender a amplos aspectos, requer atenção aos detalhes e exige permanente capacidade de adaptação a novos cenários. O investimento em capacitação dessas equipes se requer contínuo. Adicionalmente, estímulos para a ascensão técnica e financeira desse profissional são requeridos para atraí-lo a permanecer na carreira, de modo a assegurar a qualidade e credibilidade das informações produzidas pelos SEN e evitar alocação de recursos excessivos em capacitação de novos trabalhadores ou em retomada de atividades de longa maturação que tenham sido interrompidas por perda do profissional especializado que as desenvolviam.

Há alguns estudos sobre a denominação mais adequada para essa ocupação e sobre os perfis profissionais requeridos para a produção estatística que é multidisciplinar, exigindo, por exemplo, o conhecimento teórico em estatística, economia, geografia e ciências sociais e da computação entre outros. Em muitos países a ocupação é denominada, em inglês, *official statistician*. Este ponto, referente à denominação, segue em aberto no Brasil. (PLATECK & SÄRNDAL, 2001e SENRA, 2014)

A quinta categoria, os respondentes dos censos, pesquisas e registros administrativos podem ser pessoas, famílias, domicílios, empresas privadas, prestadores de serviços públicos e diferentes agências públicas. O compromisso com o sigilo das informações individualizadas é a base da relação dos SEN com as sociedades na sua totalidade e, especialmente, com os respondentes. São requeridos também esforços contínuos para: reduzir carga dos informantes; assegurar a privacidade dos respondentes; atualizar os marcos legais que regulam a obtenção dos dados; e promover a *statistical literacy* (ensino sobre aspectos técnicos e da utilização das estatísticas públicas) (CORREIA, RIBEIRO E ZILHÃO, 2014). Está no âmbito da *statistical literacy* o permanente esclarecimento sobre o importante papel dos informantes em retratar fidedignamente a sociedade através das estatísticas oficiais.

A última e sexta categoria de atores diz respeito ao relacionamento com o cidadão e com a sociedade em geral e impõe o investimento na qualidade geral do serviço prestado e na adequada percepção desses agentes sobre a qualidade e credibilidade das estatísticas publicadas.

Para os usuários mais especializados das estatísticas oficiais, importa também que o acesso aos dados seja fácil e democrático e que as informações produzidas sejam compreensíveis. A possibilidade de comparar dados ao longo do tempo, entre regiões num país e entre países é requerimento básico. Os usuários, especificamente aqueles mais especializados, valorizam a estabilidade das metodologias adotadas. Por outro lado, eles entendem e pedem aprimoramentos necessários. Os integrantes dos SEN, por sua vez, devem estar atentos para não surpreenderem os usuários com mudanças nas bases de dados ou nos métodos. Transparência nas ações colabora positivamente com esse relacionamento e por isso novos levantamentos, novos procedimentos ou rotinas devem ser discutidos ou comunicados previamente à sua realização. A proximidade com os usuários é relevante para identificar suas demandas por novos temas para a mensuração estatística e por esclarecimentos sobre o que é produzido. Imprimem credibilidade a esse relacionamento as seguintes iniciativas: demonstrar dinamismo e abertura para atender demandas; oferecer

alternativas diante da inviabilidade de atendimento completo; e expor com clareza as dificuldades técnicas ou referentes a recursos relacionadas com a solicitação.

Ao final, a efetividade da importância dos SEN junto ao público em geral vai ser tão grande quanto sejam positivas as respostas a algumas perguntas. Ao cidadão é facilitado perceber os direitos que têm sobre a definição do plano de produção das estatísticas oficiais? O cidadão atribui importância e reconhece os padrões científicos em que se embasam as estatísticas oficiais? Tem percepção positiva da utilidade e da credibilidade das estatísticas públicas? O cidadão percebe que existem instrumentos de proteção das organizações estatísticas no que se refere a sua credibilidade e a precisão dos resultados produzidos? Esta é uma frente de pesquisa com potencial para ser desenvolvida.

Por fim, observa-se que as relações descritas, entre os SEN e os atores, correspondem, em geral, a relações de poder, intercâmbio de conhecimento e expectativas compartilhadas, dimensões que ocorrem em maior ou menor intensidade, de acordo com o agente de relacionamento analisado. Considerando-se a Comunidade Estatística Internacional, a comunidade científica, os meios de comunicação e outros produtores, é notável a dimensão “intercâmbio de conhecimento”. Com governos e instituições governamentais, prevalecem as “relações de poder” e aparecem com alguma ênfase as “expectativas mútuas”, as quais aparecem fortemente nos relacionamentos com usuários e respondentes dos censos, pesquisas e registros. Esta categorização das relações tem, também, potencial para constituir linha de investigação futura.

APÊNDICE B

ATORES E TEMAS: II e III ENCONTROS DE USUÁRIOS E PRODUTORES
(continua)

Domínios, temas e subtemas da CIE	Temas Encontro 2006	Atores Encontro 2006	Temas Encontro 2016	Atores Encontro 2016
Domínio: Estatísticas Sociais (Sessões envolvendo mais de um tema do domínio)	Atividade: 261 - Mesa Redonda - CONFEST Pesquisas domiciliares por amostragem complementadas por registros Administrativos Atividade: 267 - Mesa Redonda - CONFEST Pesquisas do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares-SIPD: o Presente e o Futuro (1) Atividade: 296 - Mesa Redonda - SIEG Pesquisas do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares-SIPD: o Presente e o Futuro (2) Atividade: 297 - Mesa Redonda - SIEG Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares por amostragem: métodos Estatísticos Atividade: 710 - Trabalhos Livres - CONFEST Indicadores Sociais Atividade: 276 - Mesa Redonda - CONFEST Sistemas de indicadores e procedimentos de mensuração de Direitos Humanos	IBGE, Ministério do Trabalho; CGU - Controladoria Geral da União; IBGE IBGE; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Trabalho e Emprego IBGE; Organização Internacional do Trabalho; IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade – IETS IBGE; Australian Bureau of Statistics – ABS; IBGE; Organização Internacional do Trabalho IBGE; Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP; IFCS/UFRJ/IFCS; Fundação SEADE Fundação SEADE-SP; IBGE; Comissão Municipal de Direitos Humanos - Prefeitura de São Paulo; IBAM - Instituto de Administração Municipal; FASE; IBGE	M GP126 Grandes projetos Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares – SIPD M RA012 Compartilhamento de informações e acesso a registros administrativos Uso e Compartilhamento de Registros dos Sistemas de Informação e as Pesquisas por Estabelecimentos da Área Social	IBGE; IPEA; ENCE/IBGE MDSA/SAGI; MS; MCidades; IBGE

ATORES E TEMAS: II e III ENCONTROS DE USUÁRIOS E PRODUTORES
(continua)

Domínios, temas e subtemas da CIE	Temas Encontro 2006	Atores Encontro 2006	Temas Encontro 2016	Atores Encontro 2016
Domínio: Estatísticas Sociais Tema: Administração Pública e participação político-social	Atividade: 300 - Mesa Redonda - CONFEST Sociedade civil, organização social e participação nas arenas de gestão de políticas públicas	IBGE; IBGE; Ministério do Desenvolvimento Social; IUPERJ; FGV/SP - Fundação Getúlio Vargas; ABONG - Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais; Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; CEBRAP	P GOV18 Administração pública e participação político-social. Estudos de governança e ODS 16	INEGI/México
Domínio: Estatísticas Sociais Tema: Administração Pública e participação político-social Subtema: Estrutura e Gestão da Administração Pública	Atividade: 331 - Mesa Redonda - CONFEST Pesquisa de Informações Básicas Municipais Atividade: 325 - Mesa Redonda - CONFEST Finanças Públicas: Estatísticas Contábeis do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios - SIAFI e FINBRA	IBGE; Instituto Pólis; Confederação Nacional de Municípios; Instituto Lincoln; Fundação SEADE; Ministério da Fazenda/ ESAF; IBGE IBGE; STN- Secretaria do Tesouro Nacional; STN	M GOV054 Administração pública e participação político-social Governança do setor público M GOV055 Administração pública e participação político-social Registros administrativos fiscais estaduais e municipais	IBGE; Instituto Ethos; Cetic.br; Ministério do Planejamento IBGE; FIMBRA/Secretaria do Tesouro Nacional
Domínio: Estatísticas Sociais Tema: Administração Pública e participação político-social Subtema: Participação Político-social	Atividade: 598 - Mesa Redonda – SIEG Estruturas Territoriais e a Geografia Eleitoral: compatibilização da informação geo-sócio-política para a cidadania	IBGE; TRE-RJ - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro; IUPERJ - Inst. Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro; IBGE; IBGE; IUPERJ - Inst. Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro; UFRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro		

ATORES E TEMAS: II e III ENCONTROS DE USUÁRIOS E PRODUTORES
(continua)

Domínios, temas e subtemas da CIE	Temas Encontro 2006	Atores Encontro 2006	Temas Encontro 2016	Atores Encontro 2016
Domínio: Estatísticas Sociais Tema: Educação	Atividade: 601 - Mesa Redonda - CONFEST Produção e Tratamento das Informações Educacionais Atividade: 343 - Mesa Redonda - CONFEST Estatísticas e avaliação da educação superior Atividade: 342 - Mesa Redonda - CONFEST Avaliação da Educação Básica	IBGE; Ministério da Educação; CEDEPLAR-UFMG; IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; INEP INEP; INEP; Universidade de Sorocaba; Universidade Federal de Goiás – UFGO INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas; PUC/RJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	M ES039 Educação Indicadores educacionais para o monitoramento do Plano Nacional de Educação: Desafios e perspectivas M ES041 Educação Relação entre educação profissional, qualificação e mercado de trabalho: desafios e lacunas na produção de estatísticas oficiais M ES040 Educação Indicadores educacionais para o monitoramento das agendas internacionais: Desafios e perspectivas	IBGE; INEP/MEC; Todos Pela Educação IBGE; IPEA; MEC / SETEC; SENAI IBGE; INEP; CLADE
	Atividade: 301 - Mesa Redonda - CONFEST Fonte de dados e medidas para o cálculo do déficit habitacional Atividade: 592 - Mesa Redonda - CONFEGE Habitação e Aglomerados Subnormais 1	IBGE; Fundação SEADE; Ministério das Cidades; Fundação João Pinheiro; UENF; IBGE UNITED NATIONS Habitat; Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP; Ministério das Cidades; Ministério das Cidades; Universidade de São Paulo - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; IBGE; FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional; UFRJ/IPPUR; Universidade Federal Fluminense	P HAB16 Habitação Entorno dos domicílios (Usuário dos dados) M CV083 Saneamento e meio ambiente Estatísticas de Saneamento Básico P HAB15 Habitação A produção do espaço urbano e o acesso à moradia adequada M HAB050 Habitação Identificação e qualificação dos aglomerados subnormais M HAB049 Habitação Características do domicílio: quais as informações necessárias para caracterizar a adequação da moradia?	IBGE; USP M. Cidades; IBGE; AESBE; ASSEMAE; ABCON; Fiocruz/MG USP IBGE; M. Cidades; IPP; ONU Habitat IBGE; M. Cidades; IPP; IPEA; FJP; ONU HABITAT

ATORES E TEMAS: II e III ENCONTROS DE USUÁRIOS E PRODUTORES
(continua)

Domínios, temas e subtemas da CIE	Temas Encontro 2006	Atores Encontro 2006	Temas Encontro 2016	Atores Encontro 2016
Domínio: Estatísticas Sociais Tema: Habitação	Atividade: 706 - Mesa Redonda - CONFEST Habitação e Aglomerados Subnormais 2	UNITED NATIONS Habitat; Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos – IPP; Ministério das Cidades; Ministério das Cidades; Universidade de São Paulo - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; IBGE; FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional; UFRJ/IPPUR; Universidade Federal Fluminense		
Domínio: Estatísticas Sociais Tema: Justiça e Segurança	Atividade: 358 - Mesa Redonda - CONFEST Violência e Vitimização Atividade: 613 - Mesa Redonda - CONFEST Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal - SINESP e SENASP/MJ	IBGE; Instituto de Segurança Pública do Estado do RJ – IUPERJ; Secretaria de Segurança Pública de São Paulo; UFMG; SENASP/ MJ SENASP/ MJ; Fundação SEADE; MJ; IBGE	M GOV052 Justiça e segurança Produção de estatísticas e indicadores de Segurança Pública M GOV053 Justiça e segurança Produção de estatísticas e indicadores de Justiça M M115 Classificações e nomenclaturas Classificação Internacional de Crimes das Nações Unidas para fins Estatísticos	Ministério da Saúde; Ipea; ISP RJ; SENASP CNJ; MJ/SNJ; MJ/DEPEN; IBGE IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Ministério da Justiça/SENASP; ISP RJ; UNODC

ATORES E TEMAS: II e III ENCONTROS DE USUÁRIOS E PRODUTORES
(continua)

Domínios, temas e subtemas da CIE	Temas Encontro 2006	Atores Encontro 2006	Temas Encontro 2016	Atores Encontro 2016
Domínio: Estatísticas Sociais Tema: População	Atividade: 364 - Palestra - CONFEST Alternativa tecnológica para a coleta de dados no Censo Agropecuário e Contagem de População 2007 Atividade: 258 - Mesa Redonda - CONFEST Rumo ao censo de população 2010 Atividade: 217 - Mesa Redonda – CONFEST Contagem da População 2007, Censo Demográfico 2010 e Modalidades Alternativas para Censos de População	IBGE; IBGE IBGE; IBGE; Ministério da Defesa; CEDEPLAR/UFMG; IBGE IBGE; Ministério da Educação da França; FGV/SP	M TRAB033 População Agenda sobre População e Desenvolvimento: Indicadores do Guia Operacional da Agenda Regional sobre População e Desenvolvimento M GP127 Grandes projetos Censo Demográfico de 2020: possibilidades, perspectivas e desafios M POP028 População Família e Nupcialidade	IBGE; UNFPA; MPOG/CNPd; ABEP/CNPd IBGE; MTE; INEP CEDEPLAR/UFMG; NEPO/UNICAMP; IBGE; PUCMINAS
Domínio: Estatísticas Sociais Tema: População Subtema: Características gerais da população	Mesa Redonda 257 CONFEST Projeções e Estimativas Subnacionais de População Atividade: 255 - Mesa Redonda - CONFEST Sistema de classificação de cor, identidades étnico-raciais e políticas públicas de ação afirmativa	IBGE; CELADE/División de Población de la CEPAL; UFMG/CEDEPLAR; Fundação de Estatística e Economia - FEE – RS; Universidad Nacional de Córdoba; Fundação SEADE- SP IBGE; Núcleo de Cultura Indígena; Prefeitura de Guarulhos; Universidade de Brasília; IE/UFRJ	M POP022 População Características Gerais da População: Cor ou Raça – classificações	IBGE; INEP; IPEA; SEPPIR; UFRJ

ATORES E TEMAS: II e III ENCONTROS DE USUÁRIOS E PRODUTORES
(continua)

Domínios, temas e subtemas da CIE	Temas Encontro 2006	Atores Encontro 2006	Temas Encontro 2016	Atores Encontro 2016
Domínio: Estatísticas Sociais Tema: População Subtema: Componentes da dinâmica demográfica e estatísticas vitais	Atividade: 231 - Mesa Redonda - CONFEST Estatísticas Vitais e de Saúde Atividade: 700 - Mesa Redonda - CONFEST Fontes de dados sobre fecundidade, mortalidade e migração: potencialidades, lacunas e proposições	IBGE; Ministério da Saúde/ Secretaria de Vigilância em Saúde; Fundação SEADE; IBGE; IBGE; Secretaria Especial de Direitos Humanos SEI-BA - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia; UNICAMP/NEPO; CEDEPLAR – UFMG; CEDEPLAR – UFMG; IBGE	MPOP24 População Grupos Populacionais Específicos para as Projeções e Migração interna M POP027 População Componentes da dinâmica demográfica: Mortalidade e estatísticas vitais P POP080 População Lançamento do relatório de 2016 do Observatório das Migrações Internacionais (ObMigra) M POP025 População Componentes da dinâmica demográfica: Migração internacional M POP026 População Componentes da dinâmica demográfica: Mortalidade, fecundidade e estatísticas vitais - Sistema de Informações do Registro Civil – SIRC	INEP; Ministério do Trabalho; Cedeplar IBGE; CEDEPLAR; MS/Sistema de Informações de Mortalidade - SIM; SEADE ObMigra MJ/CONARE; MTE/CNIg; UnB/OBMigra MS/SVS; Secretaria de Previdência Social; IBGE
Domínio: Estatísticas Sociais Tema: População Subtema: Família	Atividade: 218 – Mesa Redonda – CONFEST Novos padrões de organização familiar e alternativas de investigação nas pesquisas domiciliares	IBGE; Universidade Estadual de Campinas - NEPO-UNICAMP ; UFRJ; Fundação SEADE; Fundação SEADE		

ATORES E TEMAS: II e III ENCONTROS DE USUÁRIOS E PRODUTORES
(continua)

Domínios, temas e subtemas da CIE	Temas Encontro 2006	Atores Encontro 2006	Temas Encontro 2016	Atores Encontro 2016
Domínio: Estatísticas Sociais Tema: População Subtema: Família	Atividade: 222 – Mesa Redonda – CONFEST Uniformização dos conceitos e formas de captação dos arranjos familiares nas pesquisas domiciliares, registros e cadastros	IBGE; IBGE; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Saúde; IBGE		
Domínio: Estatísticas Sociais Tema: População Subtema: Grupos populacionais específicos	Atividade: 534 - Palestra - CONFEGE Cadastro de Áreas Especiais: Unidades de Conservação Ambiental e Terras Indígenas Atividade: 215 - Mesa Redonda - CONFEST A Produção de Estatísticas Harmonizadas sobre as Pessoas com Deficiência Atividade: 277 - Mesa Redonda - CONFEST População Indígena	IBGE; FUNAI; IBGE; MMA IBGE; - Coord. Nac. para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE – Ministério da Justiça; National Center for Health Statistics (NCHS); Faculdade de Saúde Pública - Universidade de São Paulo IBGE; Universidade Federal do Amazonas; Escola Nacional de Saúde Pública – FIOCRUZ; Universidade Federal de Campinas; Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos - DGEEC	P POP10 População Grupos Populacionais Específicos: Reg. administrativos e Pop. Tradicionais (indígenas e quilombolas) M POP030 População Grupos Populacionais Específicos: Registros administrativos e Povos Indígenas M POP031 População Grupos Populacionais Específicos: Registros administrativos, Comunidades Quilombolas e outros Povos e comunidades tradicionais M POP032 População Grupos Populacionais Específicos: Deficiência	UFF e UFPE Museu Nacional (MN/UFRJ) e Comissão de Assuntos Indígenas da ABA (CAI/ABA); FUNAI; MS/SESAI; NEPO/UNICAMP IBGE; MDSA/CNPCT; SEPIR; ICMBio; INCRA; MMA Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SDH; INEP

ATORES E TEMAS: II e III ENCONTROS DE USUÁRIOS E PRODUTORES
(continua)

Domínios, temas e subtemas da CIE	Temas Encontro 2006	Atores Encontro 2006	Temas Encontro 2016	Atores Encontro 2016
Domínio: Estatísticas Sociais Tema: População Subtema: Nupcialidade				
Domínio: Estatísticas Sociais Tema: Proteção Social	Atividade: 901 - Palestra - CONFEST Bases de Dados para a Previdência Pública	IBGE; IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	P POP09 População Apresentação das bases dos beneficiários da previdência	Secretaria de Previdência Social
Domínio: Estatísticas Sociais Tema: Rendimento, despesa e consumo			P CV14 Inclusão financeira a partir das pesquisas domiciliares	BACEN
Domínio: Estatísticas Sociais Tema: Saúde	Atividade: 266 Mesa Redonda - CONFEST Segurança Alimentar Atividade: 802 - Palestra - CONFEST Informações para a saúde no Brasil: a construção da Rede Interagencial de Informações para a Saúde (RIPSA)	IBGE; IBGE; FAO/ América Latina; UNICAMP; Universidade de São Paulo; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Saúde - SAS CGPAN IBGE; Ministério da Saúde/ Rede Interagencial de Informações para a Saúde – RIPSA; IBGE	M CV046 Segurança alimentar e nutricional Segurança alimentar M CV047 Segurança alimentar e nutricional Potencialidades da aplicação da EBIA nas pesquisas domiciliares M ES044 Saúde Saúde e direitos Sexuais e Reprodutivos: dados necessários para o monitoramento do acesso aos serviços	UERJ; MS/CGAN; UFRRJ/CPDA/CERESAN; IBGE UFRJ/INJC; FAO/BRASIL; UERJ/IMS; CONSEA IBGE; ABEP /GT de Comportamento Reprodutivo e Fecundidade); UNFPA Brasil; MS; Measure DHS

ATORES E TEMAS: II e III ENCONTROS DE USUÁRIOS E PRODUTORES
(continua)

Domínios, temas e subtemas da CIE	Temas Encontro 2006	Atores Encontro 2006	Temas Encontro 2016	Atores Encontro 2016
Domínio: Estatísticas Sociais Tema: Trabalho			M TRAB038 Trabalho Mercado de trabalho conjuntural e os registros Administrativos e Pesquisas Domiciliares M M093 Classificações e nomenclaturas Classificações Estatísticas para o tema Mercado de Trabalho: Panorama sobre a implementação da Classificação Internacional de Ocupações 2008	IBGE; MTE; IPEA OIT; Ministério do Trabalho; IBGE
Domínio: Estatísticas Sociais Tema: Trabalho Subtema: Outras formas de trabalho				
Domínio: Estatísticas Sociais Tema: Trabalho Subtema: Trabalho remunerado				
Domínio: Estatísticas Sociais Tema: Uso do Tempo	Atividade: 273 - Mesa Redonda - CONFEST Uso do Tempo	SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres; Universidad de la República Uruguay; IBGE; IBGE		

ATORES E TEMAS: II e III ENCONTROS DE USUÁRIOS E PRODUTORES
(continua)

Domínios, temas e subtemas da CIE	Temas Encontro 2006	Atores Encontro 2006	Temas Encontro 2016	Atores Encontro 2016
Domínio: Estatísticas Multidomínio e Meio Ambiente				
Domínio: Estatísticas Multidomínio e Meio Ambiente Tema: Estatísticas multidomínio				
Domínio: Estatísticas Multidomínio e Meio Ambiente Tema: Estatísticas Multidomínio Subtema: Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I	Atividade: 608 - Mesa Redonda - CONFEST Estatísticas de Inovação Tecnológica Empresarial	IBGE; Ministério de Ciência e Tecnologia; UFRJ; FIESP	M ECO076 Ciência, tecnologia e inovação O uso das TIC M ECO075 Ciência, tecnologia e inovação Ciência, tecnologia e inovação M LAN01 Divulgação de Pesquisa Divulgação dos resultados da Pesquisa de Inovação (Pintec) – 2014	IBGE; MCTIC; Anatel; Cetic.b MCTIC; INPI; IBGE IBGE
Domínio: Estatísticas Multidomínio e Meio Ambiente Tema: Estatísticas Multidomínio Subtema: Condições de vida, pobreza e desigualdade	Atividade: 241 - Mesa Redonda - CONFEST Pobreza e desigualdade Atividade: 260 - Mesa Redonda - SIEG Grupo de Especialistas de Estatísticas sobre Pobreza - Grupo do Rio - Lançamento do "Compendium of best practices in poverty measurement"	IBGE; IPEA; Universidad General Sarmiento - Argentina; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome CEPAL; Pan American Health Organization (PAHO); Universidad General Sarmiento - Argentina; U. S. Bureau of the Census; Australian Institute of Health and Welfare; Institut National de la Statistique et des Etudes Economiques (INSEE); Statistics Canada; Instituto Nacional de Estadística (INE)	M CV072 Condições de vida, pobreza e desigualdade Mensuração da Pobreza M CV074 Condições de vida, pobreza e desigualdade Novas fontes para captação dos maiores rendimentos e seus efeitos na mensuração da desigualdade social M CV073 Condições de vida, pobreza e desigualdade Mobilidade social e Vulnerabilidade	MDSA; IPEA; IBGE IPEA; IBGE UERJ; UFF; MDSA/SAGI

ATORES E TEMAS: II e III ENCONTROS DE USUÁRIOS E PRODUTORES
(continua)

Domínios, temas e subtemas da CIE	Temas Encontro 2006	Atores Encontro 2006	Temas Encontro 2016	Atores Encontro 2016
Domínio: Estatísticas Multidomínio e Meio ambiente Tema: Estatísticas Multidomínio Subtema: Cultura, recreação e esporte	Atividade: 236 - Mesa Redonda - CONFEST Informações sobre Cultura: Demandas e Lacunas Atividade: 235 - Mesa Redonda - CONFEST A objetividade das políticas públicas de cultura e a construção de indicadores culturais Atividade: 354 - Mesa Redonda - CONFEST Os desafios da propriedade intelectual	IBGE; CEBRAP; Convenio Andrés Bello Colombia; IBGE IBGE; UNESCO; Ministério da Cultura - Fundação Casa Rui Barbosa; Ministério da Cultura; Ministério da Cultura Ministério da Cultura; Ministério da Justiça; Ministério das Relações Exteriores	P SET24 Cultura, recreação e esporte Âmbito da Cultura M SET079 Cultura, recreação e esporte Esporte M SET078 Cultura, recreação e esporte Cultura	UNESCO IBGE; Ministério do Esporte; Universidade Federal de Sergipe IBGE; MINC; ANCINE; SECOM/PR; CETIC.br
Domínio: Estatísticas Multidomínio e Meio ambiente Tema: Estatísticas Multidomínio Subtema: Empreendedorismo				
Domínio: Estatísticas Multidomínio e Meio ambiente Tema: Estatísticas Multidomínio Subtema: Gênero	Atividade: 232 - Mesa Redonda – CONFEST A abordagem de gênero nas pesquisas domiciliares Atividade: 705 - Mesa Redonda – CONFEST Violência de Gênero	IBGE; SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres; UNIFEM – Brasil; UFF; CEPAL; IPEA IBGE; Secretaria Especial de Políticas para Mulheres; Universidade Cândido Mendes; INEGI/México	M POP077 Gênero Gênero M TRAB13 Trabalho Inserção das mulheres no mercado de trabalho	IBGE; Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; ONU Mulheres; IPEA; ABEP IPEA; UFF; UNICAMP; IBGE

ATORES E TEMAS: II e III ENCONTROS DE USUÁRIOS E PRODUTORES
(continua)

Domínios, temas e subtemas da CIE	Temas Encontro 2006	Atores Encontro 2006	Temas Encontro 2016	Atores Encontro 2016
Domínio: Estatísticas Multidomínio e Meio ambiente Tema: Estatísticas Multidomínio Subtema: Sociedade da Informação	Atividade: 289 - Mesa Redonda - CONFEST Estatísticas sobre Sociedade da Informação: indicadores de Tecnologias da Informação e Comunicação	CEPAL; IBGE; CEPAL; IBGE		
Domínio: Estatísticas Multidomínio e Meio Ambiente Tema: Estatísticas Multidomínio Subtema: Turismo	Atividade: 320 - Mesa Redonda - SIEG Conta Satélite de Turismo Atividade: 321 - Mesa Redonda - CONFEST Economia Regional de Turismo - Projeto Piloto do Cálculo do PIB do Turismo Regional Atividade: 329 - Palestra – CONFEST - Sistema Integrado de Estatísticas do Turismo	IBGE; Comissão Canadense de Turismo; Organización Mundial del Turismo – OMT; CEPAL- ONU CEPAL; Comissão Canadense de Turismo; Organización Mundial del Turismo - OMT ; Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF; IBGE IBGE; Comissão Canadense de Turismo	M SET080 Turismo Estatísticas de Turismo	IBGE; Mtur; BACEN
Domínio: Estatísticas Multidomínio e Meio Ambiente Tema: Meio Ambiente	Atividade: 543 - Mesa Redonda - SIEG Estatísticas Ambientais: experiências internacionais na estruturação de um sistema de informações	IBGE; IBGE; CEPAL; IBGE	M MA096 Contas econômicas ambientais Informações para a contabilidade dos recursos naturais: Mudanças no Uso da Terra e Florestas M MA088 Gestão e monitoramento do meio ambiente Geodésia: a ciência de observação das mudanças globais	IBGE; European Environment Agency; SFB IBGE; UERJ; AGGO – Argentine German Geodetic Observatory

[illegible]

ATORES E TEMAS: II e III ENCONTROS DE USUÁRIOS E PRODUTORES
(continua)

Domínios, temas e subtemas da CIE	Temas Encontro 2006	Atores Encontro 2006	Temas Encontro 2016	Atores Encontro 2016
Domínio: Estatísticas Multidomínio e Meio Ambiente Tema: Meio Ambiente			M MA093 Arranjos institucionais necessários para a produção de informações em Ecossistemas Terrestres	EMBRAPA SOLOS, FAO (Representante no Brasil); SFB; PNUMA, IBAMA
Domínio: Estatísticas Econômicas (debates que envolveram mais de um tema do domínio)	Atividade: 712 - Trabalhos Livres - CONFEST Estatísticas econômicas 1 Atividade: 262 - Mesa Redonda - CONFEST O sistema integrado de pesquisas econômicas do IBGE: trajetória e Perspectivas Atividade: 713 - Trabalhos Livres - CONFEST Estatísticas econômicas 2	IBGE; Banco Central do Brasil; Fundação SEADE; Fundação SEADE IBGE; IBGE; IBGE; IBGE IBGE, SEADE; SEADE; SEADE	M RA010 Compartilhamento de informações e acesso a registros administrativos Uso de Registros Administrativos para Estatísticas de Empresas e Mercado de Trabalho P RA05 Compartilhamento de informações e acesso a registros administrativos Impactos da reformulação das pesquisas econômicas: metodologias / uso dos dados pelo usuário	IBGE; MTE; RFB; BACEN; MDIC; FGV IBGE
Domínio: Estatísticas Econômicas Tema: Estatísticas Econômicas Setoriais			M ECO066 Estatísticas das empresas Estatísticas conjunturais das empresas	IBGE

ATORES E TEMAS: II e III ENCONTROS DE USUÁRIOS E PRODUTORES

(continua)

Domínios, temas e subtemas da CIE	Temas Encontro 2006	Atores Encontro 2006	Temas Encontro 2016	Atores Encontro 2016
Domínio: Estatísticas Econômicas Tema: Estatísticas Econômicas Setoriais Subtema: Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	Atividade: 248 - Mesa Redonda - CONFEST Coordenação das Estatísticas Agropecuárias Atividade: 282 - Palestra - CONFEST Sistema de estatísticas agropecuárias Atividade: 336 - Mesa Redonda – CONFEST Uso de modelos agrometeorológicos para estimativa de rendimento de Lavouras Atividade: 583 - Mesa Redonda - CONFEST Regiões agrárias e seus elementos estruturante Atividade: 337 - Mesa Redonda - CONFEST Padronização da nomenclatura das safras agrícolas Atividade: 249 - Palestra - CONFEST Dado Único de Safras Atividade: 614 - Mesa Redonda - CONFEST Censo Agropecuário 2006 e o Programa Mundial 2010 Atividade: 265 - Mesa Redonda - CONFEST Pesquisas Agropecuárias por amostragem probabilística	IBGE; IBGE; CONAB; Ministério de Desenvolvimento Agrário – NEAD; IBGE IBGE; CEPAL IBGE; Instituto de Agropecuária do Paraná – IAPAR; Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Embrapa Informática Agropecuária IBGE; UERJ; IPEA; IBGE; UFRJ/PPGG; CPDA-UFRRJ; UFC IBGE; CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento; IBGE; IBGE IBGE; CONAB; IBGE; DERAL - Departamento de Economia Rural; Instituto de Economia Agrícola - São Paulo IBGE; FAO IBGE; UFPE; INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais; IBGE	M ECO061 Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura Cadastros e registros administrativos nas estatísticas agropecuárias P GP34 Grandes projetos Censo Agropecuário SPLE3 Informações para o Planejamento A agropecuária e a bússola do IBGE P ECO19 Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura Estratégia Global para Aperfeiçoamento das Estatísticas Agropecuárias M ECO062 Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura Estatísticas da Aquicultura e da Pesca M ECO063 Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura Estatísticas da Produção Florestal M RA007 Compartilhamento de informações e acesso a registros administrativos Uso de registros administrativos para o compartilhamento de dados rurais e funditários georreferenciados	INCRA; CONAB; MAPA; SFB; RFB IBGE MAPA; CNA; COSAG/FIESP; Alysson Paulinelli IBGE MAPA; CNA; FURG; CPP Ibama; SFB; Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro; Embrapa Florestas INCRA; MDSA/SESAN; IBGE

ATORES E TEMAS: II e III ENCONTROS DE USUÁRIOS E PRODUTORES
(continua)

Domínios, temas e subtemas da CIE	Temas Encontro 2006	Atores Encontro 2006	Temas Encontro 2016	Atores Encontro 2016
Domínio: Estatísticas Econômicas Tema: Estatísticas Econômicas Setoriais Subtema: Agricultura, Pecuária, pesca, produção florestal, pesca e aquicultura	Atividade: 245 - Mesa Redonda - CONFEST Atualização de cadastro de produtores agropecuários com fontes externas ao IBGE Atividade: 353 - Mesa Redonda - CONFEST Levantamento de Dados e Informações da Produção Comercial da Pesca e Aquicultura no Brasil. Situação Atual e Perspectivas Atividade: 278 - Mesa Redonda - CONFEST Prospecção de temas para aprofundamento em pesquisas amostrais com base no cadastro do censo agropecuário Atividade: 332 - Mesa Redonda - SIEG Uso de Sensoriamento Remoto em Estatísticas Agropecuárias	IBGE; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Instituto Mineiro de Agropecuária; IBGE; EMATER – RN; USA/NASS/International Program Office IBGE; SEAP; SEAP IBGE; INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Gilberto Moncada Vigo - FAO/ América Latina Debatedor(es) José Garcia Gasques - SPA/MAPA IBGE; Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE; INPE; SIMEPAR; UNICAMP/CEPAGRI; Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	M ECO064 Estatísticas Conjunturais Agropecuárias	IBGE; CONAB; MAPA; BACEN
Domínio: Estatísticas Econômicas Tema: Setoriais Subtema: Comércio				
Domínio: Estatísticas Econômicas Tema: Setoriais Subtema: Construção				

ATORES E TEMAS: II e III ENCONTROS DE USUÁRIOS E PRODUTORES
(continua)

Domínios, temas e subtemas da CIE	Temas Encontro 2006	Atores Encontro 2006	Temas Encontro 2016	Atores Encontro 2016
Domínio: Estatísticas Econômicas Tema: Estatísticas Econômicas Setoriais Subtema: Indústrias de transformação	Atividade: 252 - Mesa Redonda - CONFEST Sistema de Estatísticas Industriais: Estágio Atual e Perspectivas	IBGE; UFRJ; FGV/SP - Fundação Getúlio Vargas; UNICAMP	SPLE5 Informações para o Planejamento A Estatística como retrato da crise na indústria	MDIC; ABIMAQ; CAMEX; IBGE
Domínio: Estatísticas Econômicas Tema: Setoriais Subtema: Indústria extrativa				
Domínio: Estatísticas Econômicas Tema: Setoriais Subtema: Serviços	Atividade: 285 - Mesa Redonda - CONFEST O Sistema Estatístico do Setor Serviços na Europa e no Brasil Atividade: 615 - Mesa Redonda - CONFEST Informações para o planejamento de transportes Atividade: 616 - Mesa Redonda - CONFEST Indicadores do setor de transportes terrestres Atividade: 618 - Palestra - CONFEST Produção de informação de transportes terrestres na ANTT	IBGE; INE/Espanha Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT; ANTT; IBGE; UFRJ/COPPE; Ministério dos Transportes; ANTT; ANTT; ANTT ANTT; ANTT; Ministério dos Transportes; Concessionária Colinas; ABCR/Tendências; ANTT; UNB; ANTT; Concessionária Colinas; ANTT ANTT; ANTT; ANTT; ANTT; Ministério dos Transportes - Secretaria de Política Nacional de Transportes; Centran; UFRJ/COPPEAD; UFSC.		

ATORES E TEMAS: II e III ENCONTROS DE USUÁRIOS E PRODUTORES
(continua)

Domínios, temas e subtemas da CIE	Temas Encontro 2006	Atores Encontro 2006	Temas Encontro 2016	Atores Encontro 2016
Domínio: Estatísticas Econômicas Tema: Estatísticas Macroeconômicas	Atividade: 322 - Palestra - CONFEST Estatísticas Tributárias - Secretaria da Receita Federal	IBGE; Secretaria da Receita Federal		
Domínio: Estatísticas Econômicas Tema: Estatísticas Macroeconômicas Subtema: Comércio internacional e balanço de pagamentos	Atividade: 326 - Mesa Redonda - CONFEST Comércio Exterior, Balança Comercial e Indicadores Derivados Atividade: 327 - Palestra - CONFEST Balanço de Pagamentos - Banco Central	MDIC – Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior; MDIC; Fundação de Comércio Exterior – FUNCEX IBGE; Banco Central do Brasil	M ECO059 Estatísticas macroeconômicas Comércio Internacional e Balanço de Pagamentos	BACEN; MDIC; FUNCEX
Domínio: Estatísticas Econômicas Tema: Estatísticas Macroeconômicas Subtema: Contas Nacionais	Atividade: 306 - Palestra - SIEG Contas Nacionais: Nova Base das Contas Nacionais Atividade: 328 - Mesa Redonda – CONFEST Conta Satélite de Saúde: diagnóstico das metodologias de contas de saúde utilizadas nos países da América Latina e Caribe	IBGE; IBGE IBGE; Pan American Health Organization (PAHO); Ministério da Saúde	M ECO056 Estatísticas macroeconômicas Sistema de Contas Nacionais e Setor famílias M ECO060 Estatísticas macroeconômicas Formação Bruta de Capital Fixo	Receita Federal; ANP; ANS; IBGE BNDES; IBGE
Domínio: Estatísticas Econômicas Tema: Estatísticas Macroeconômicas Subtema: Finanças públicas			M ECO057 Estatísticas macroeconômicas Finanças Públicas M ECO058 Estatísticas macroeconômicas Estatísticas Financeiras	STN; BACEN; Secretaria de Previdência Social; IPEA; RFB Banco Central; SUSEP; IBGE

ATORES E TEMAS: II e III ENCONTROS DE USUÁRIOS E PRODUTORES
(final)

Domínios, temas e subtemas da CIE	Temas Encontro 2006	Atores Encontro 2006	Temas Encontro 2016	Atores Encontro 2016
Domínio: Estatísticas Econômicas Tema: Preços e Custos	Atividade: 247 - Mesa Redonda - CONFEST Índice de Preços ao Produtor: Preço Agrícola e IPP Agropecuário	IBGE; Universidade de São Paulo - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas; FGV/RJ; Fundação Getúlio Vargas; ESALQ – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. IBGE; IBGE	P ECO068 Preços e custos Preços: Estratégia e implementação da COICOP no IBGE M ECO067 Preços e custos Utilização de estatísticas de custo da construção para controle da execução de obras públicas M ECO069 Preços e custos Custos do Trabalho: Construção de estatísticas sobre Custos do Trabalho	IBGE CGU; CAIXA; IBGE; PUC-Rio IBGE; RFB; MTE
	Atividade: 281 - Palestra - CONFEST Preços ao consumidor: PCI - Programa de Comparações Internacionais Atividade: 251 - Palestra - CONFEST Preços ao produtor (Indústria)	IBGE; IBGE		
	Atividade: 279 - Palestra - CONFEST Ampliação do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC	IBGE; INDEC - Argentina; IBGE		
	Atividade: 280 - Palestra - CONFEST Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI	IBGE; CAIXA; IBGE		
Domínio: Estatísticas Econômicas Tema: Setor Informal				
Domínio: Estatísticas Econômicas Tema: Outras, não especificadas anteriormente	Atividade: 323 - Palestra - CONFEST Seguros e Previdência	IBGE; SUSEP - Superintendência de Seguros Privados; SUSEP	M SET070 Energia Registros administrativos sobre energia elétrica	MME; EPE